





SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS.....	3
LISTA DE GRÁFICOS.....	4
LISTA DE TABELAS.....	5
1. CONTEXTO ORGANIZACIONAL.....	7
2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	11
3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	13
3.1. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.....	13
3.1.1. RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS.....	13
3.1.1.1. RECEITAS CORRENTES.....	13
3.1.1.2. RECEITAS DE CAPITAL.....	14
3.1.2. DESPESA ORÇAMENTÁRIA	16
3.1.2.1. DESPESA CORRENTE.....	18
3.1.2.2. DESPESA DE CAPITAL.....	18
3.1.2.3. DESPESAS EXECUTADAS POR TIPOS DE CRÉDITOS – INICIAL, SUPLEMENTAR, ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO.....	20
3.1.3. RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	22
3.1.4. DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS.....	25
3.1.5 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO.....	25
3.2. BALANÇO FINANCEIRO.....	26
3.2.1 CRITÉRIOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DO BALANÇO FINANCEIRO.....	26
3.2.1.1 RECEITA ORÇAMENTÁRIA LÍQUIDA.....	26
3.2.1.2. DESPESA ORÇAMENTÁRIA LÍQUIDA.....	28
3.2.1.3. TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS.....	30
3.2.1.4. RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS.....	32
3.2.1.5. PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS.....	32
3.2.1.6. RESTOS A PAGAR.....	33
3.2.1.7. RESULTADO FINANCEIRO.....	33
3.3. BALANÇO PATRIMONIAL.....	34
3.3.1. ATIVO CIRCULANTE.....	35
3.3.2. PASSIVO CIRCULANTE.....	36
3.3.3. ATIVO NÃO CIRCULANTE.....	38



3.3.3.1. DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA.....	39
3.3.3.1.1. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA NO EXERCÍCIO DE 2022.....	39
3.3.3.1.2. EVOLUÇÃO DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA - INSCRIÇÕES E BAIIXAS – EXERCÍCIOS 2020, 2021 E 2022.	40
3.3.3.1.3. COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	41
3.3.3.1.4. CANCELAMENTOS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA.....	42
3.3.3.1.5. AJUSTE DE PERDAS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA.....	42
3.3.3.2. DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA.....	42
3.3.4. IMOBILIZADO.....	43
3.3.4.1. BENS MÓVEIS (I)	43
3.3.4.2. BENS IMÓVEIS (II)	44
3.3.5. DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO, EXAUSTÃO, REAVLIAÇÃO E REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL.....	44
3.3.6. PASSIVO NÃO CIRCULANTE.....	44
3.3.6.1. PROVISÕES A LONGO PRAZO.....	46
3.3.6.2. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO.....	50
3.3.7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	61
3.3.8. CONTAS DE COMPENSAÇÃO	64
3.4. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.....	64
3.4.1. VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS.....	65
3.4.2. VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS.....	68
3.4.3. RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO.....	71
3.4.4 REAVLIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE DE PERDAS.....	73
3.4.5. DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS.....	74
3.4.6. REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS.....	76
3.4.7. VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES.....	77
3.4.8. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	77
3.5. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	77
3.5.1. FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL.....	78
3.5.2. FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO.....	78
3.5.3. FLUXOS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO.....	78
3.5.4. CRITÉRIOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	78
3.5.6 CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL.....	81



LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 – COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS.....	23
QUADRO 02 - CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA NO EXERCÍCIO DE 2023.....	40
QUADRO 03 – INSCRIÇÕES E BAIXAS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA – EXERCÍCIOS 2021, 2022 E 2023.	41
QUADRO 04 – PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS – EXERCÍCIO DE 2023	58
QUADRO 05 - ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES – LEI Nº 4.320/64.....	62



LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01 – COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS TOTAIS EM RELAÇÃO AO ORÇAMENTO TOTAL DE CADA EXERCÍCIO CORRESPONDENTE.....	15
GRÁFICO 02 – COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS PELOS VALORES ARRECADADOS NO EXERCÍCIO DE 2023.....	16
GRÁFICO 03 – DESPESA EMPENHADA EM RELAÇÃO À DOTAÇÃO ATUALIZADA.....	19
GRÁFICO 04 - COMPOSIÇÃO DA DESPESA TOTAL EMPENHADA EM RELAÇÃO AO TOTAL DO ORÇAMENTO DE CADA EXERCÍCIO CORRESPONDENTE.....	20
GRÁFICO 05 – RECEITAS LÍQUIDAS.....	27
GRÁFICO 06 – DESPESAS LÍQUIDAS.....	29
GRÁFICO 07 – COMPOSIÇÃO DO ATIVO CIRCULANTE.....	35
GRÁFICO 08 – COMPOSIÇÃO DO PASSIVO CIRCULANTE.....	37
GRÁFICO 09 – COMPOSIÇÃO DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE.....	45
GRÁFICO 10 – COMPOSIÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS.....	51
GRÁFICO 11 – COMPOSIÇÃO DE FORNECEDORES A PAGAR A LONGO PRAZO	66
GRÁFICO 12 – COMPOSIÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS.....	67
GRÁFICO 13 – COMPOSIÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS.....	68
GRÁFICO 15 – COMPOSIÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS.....	78
GRÁFICO 14 – COMPOSIÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS.....	69
GRÁFICO 17 - VPA X VPD.....	72
GRÁFICO 18 – COMPOSIÇÃO DA REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE DE PERDAS.....	73
GRÁFICO 19 – COMPOSIÇÃO DA DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS.....	75



LISTA DE TABELAS

TABELA 01 – RELAÇÃO NOMINAL DE ÓRGÃOS CONSOLIDADOS.....	11
TABELA 02 - COMPOSIÇÃO DA RECEITA TOTAL ARRECADADA EM RELAÇÃO AO ORÇAMENTO TOTAL DE CADA EXERCÍCIO.....	14
TABELA 03 – RECEITA PREVISTA VERSUS RECEITA ARRECADADA.....	17
TABELA 04 – COMPOSIÇÃO DA DESPESA ATUALIZADA VERSUS DESPESA EMPENHADA.....	18
TABELA 05 – COMPOSIÇÃO DA DESPESA TOTAL EMPENHADA EM 2022 EM CONFRONTO COM 2021 EM RELAÇÃO AO TOTAL DO ORÇAMENTO DE CADA EXERCÍCIO CORRESPONDENTE.....	20
TABELA 06 – EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FONTE DE RECURSOS – CRÉDITO INICIAL DO EXERCÍCIO E CRÉDITOS SUPLEMENTADOS POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.....	21
TABELA 07 – COMPOSIÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA TOTAL.....	24
TABELA 08 - COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS E INTRAORÇAMENTÁRIAS.....	25
TABELA 09 – RECEITA ORÇAMENTÁRIA LÍQUIDA.....	26
TABELA 10 – COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS LÍQUIDAS.....	27
TABELA 11 – DESPESAS LÍQUIDAS EMPENHADAS.....	28
TABELA 12 – COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS LÍQUIDAS.....	28
TABELA 13 – COMPOSIÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS.....	31
TABELA 14 – RECEBIMENTOS E PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS.....	32
TABELA 15 – APURAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR.....	33
TABELA 16 – RESULTADO FINANCEIRO.....	34
TABELA 17 – COMPOSIÇÃO DO ATIVO CIRCULANTE.....	35
TABELA 18 – COMPOSIÇÃO DO PASSIVO CIRCULANTE.....	37
TABELA 19 – COMPOSIÇÃO DO ATIVO CIRCULANTE.....	38
TABELA 20 – VALORES A RECEBER IPAM.....	39
TABELA 21– SALDO DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA.....	43
TABELA 22 – IMOBILIZADO.....	43
TABELA 23 – PASSIVO NÃO CIRCULANTE.....	45
TABELA 24 – MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LP.....	47
TABELA 25 – PROVISÕES A LONGO PRAZO.....	48
TABELA 26 – PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES LP.....	50
TABELA 27 – FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR LP.....	50
TABELA 28 – COMPOSIÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS.....	58



TABELA 29 – SALDO ATUAL DA CONTA DE DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS.....	59
TABELA 31 – SALDO DO ATIVO, PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	61
TABELA 32 - RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO 2023.....	63
TABELA 33 – RESULTADO PATRIMONIAL – BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO DE 2023	63
TABELA 34 - COMPOSIÇÃO DAS CONTAS DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS.....	65
TABELA 35 – COMPOSIÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS.....	66
TABELA 36 – COMPOSIÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS.....	68
TABELA 37 – COMPOSIÇÃO DO TOTAL DE PESSOAL E ENCARGOS.....	69
TABELA 38 - TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS.....	70
TABELA 39 – OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS.....	71
TABELA 40 – RESULTADO PATRIMONIAL	72
TABELA 41 - COMPOSIÇÃO DA REAVLIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE DE PERDAS.....	73
TABELA 42 – COMPOSIÇÃO DA DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS.....	74
TABELA 43 – COMPOSIÇÃO DA REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS.....	76
TABELA 44 – DESPESA TOTAL PAGA (DESPESAS DO ANO + RESTOS A PAGAR)	80



1. CONTEXTO ORGANIZACIONAL

O Município de Porto Velho, capital do estado de Rondônia, com uma população de 460.434 habitantes e densidade demográfica de 13,51 habitantes por km², conforme estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022) é o município mais populoso de Rondônia, o 4º (quarto) mais populoso da Região Norte e o 49º (quadragésimo nono) do Brasil.

A Prefeitura de Porto Velho, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 05.903.125/0001-45, com sede na Av. Sete de Setembro, N° 237, Centro, Prédio do Relógio, nesta Capital, realiza suas funções por meio da Administração Pública composta pelos seus órgãos que compõem sua estrutura, agentes e entidades (fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes), que compõem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

A Prefeitura de Porto Velho tem em suas operações a natureza predominante da prestação de serviços públicos, contando para tal mister as atividades principais, quais sejam a arrecadação de tributos e contribuições de competência própria ou por intermédio de transferências constitucionais ou legais, bem como a contratação de operações de créditos e as transferências voluntárias e a execução de despesa orçamentária para atender às suas finalidades precípuas. A organização administrativa da prefeitura em 2023 apresenta a seguinte estrutura:

FUNDOS

Fundo Municipal de Saúde – FMS

O Fundo Municipal de Saúde – FMS foi instituído por meio da Lei Nº 944, de 03 de abril de 1991, com o objetivo de criar condições financeiras e de gerência dos recursos destinados ao desenvolvimento das ações e serviços de saúde, executadas ou coordenadas pela Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA.

Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA

Criado por meio da Lei Complementar Nº 510, de 26 de dezembro de 2013 e, regulamentado pelo Decreto Nº 5.681, de 05 de fevereiro de 2019, é instrumento captador e aplicador de recursos a serem utilizados de acordo as deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, ao qual é vinculado. O FMDCA tem por objetivo facilitar a captação, o repasse e a aplicação de recursos destinados às ações de garantia, promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, as quais referem-se, prioritariamente a programas e projetos que visem o atendimento aos direitos ameaçados ou violados destes.



AUTARQUIAS

Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho – IPAM

O Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho – IPAM foi instituído como órgão gestor único do Regime Próprio de Previdência Social de Porto Velho. Possui personalidade jurídica de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

Tem como atribuição principal captar e capitalizar os recursos necessários à garantia de pagamento dos benefícios previdenciários atuais e futuros dos segurados e dependentes, incumbindo também, o gerenciamento e a operacionalização do RPPS, incluindo a arrecadação e a gestão de recursos financeiros e previdenciários, a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios previdenciários e ainda prestar assistência médica, hospitalar, odontológica e social a seus beneficiários, em fundo assistencial específico, nos termos da legislação.

A partir de 2019, em cumprimento à determinação contida no Acórdão AC1-TC 00742/18 referente ao processo 01618/17 TCER, de 19.06.2018, foi promovida a separação contábil dos planos previdenciários – Plano Financeiro (CNPJ 28.918.321/0001-99) e Plano Capitalizado (CNPJ 28.918.276/0001-72) – em atendimento da legislação e transparência das informações previdenciárias devido à segregação de massa dos segurados.

Agência de Desenvolvimento do Município de Porto Velho – ADPVH

Criada em 24 de abril de 2017 por meio do Decreto nº 14.461, conforme disposto no art. 1º da Lei Complementar nº 661 de 07 de abril de 2017, a Agência de Desenvolvimento do Município de Porto Velho – ADPVH pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, de interesse coletivo e de utilidade pública tem entre suas atribuições, a incumbência de receber o investidor e promover as articulações entre os entes públicos e os privados, necessárias para o desenvolvimento do Município e, é vinculado, por cooperação, ao Gabinete do Prefeito do Município de Porto Velho.

O Serviço Social Autônomo tem como atribuições: I - promover o ambiente de negócios; II - promover o desenvolvimento e melhoria da competitividade do Município; III - articular-se com entes públicos e privados, nacionais ou estrangeiros, para a promoção de oportunidades de negócios e de geração de emprego e renda, redução das desigualdades regionais e inovação tecnológica; IV - atender o investidor no desenvolvimento do ambiente de negócios; V - atrair novos investimentos, nacionais ou estrangeiros, bem como promover e estimular a expansão de empresas instaladas no Município; VI - acompanhar o desenvolvimento da atividade empresarial após a instalação da empresa; VII - prospectar, no Brasil e no exterior, oportunidades de investimentos no Município; VIII - disponibilizar informações que contribuam para o desenvolvimento do Município; IX - promover a imagem do Município como destino de investimentos; dentre outras conforme disposto no Art.4º da Lei nº 661 de 04/04/2017.



Agência Reguladora dos Serviços Públicos do Município de Porto Velho – ARPV

Instituída pela Lei Complementar nº 905 de 07 de julho de 2022, a Agência Reguladora dos Serviços Públicos do Município de Porto Velho – ARPV é uma autarquia sob regime especial, dotada de autonomia orçamentária, financeira, funcional e administrativa, com sede e foro na cidade de Porto Velho, e prazo de duração indeterminado.

Conforme o Art. 2º da Lei Complementar, a Agência Reguladora dos Serviços Públicos do Município de Porto Velho - ARPV exercerá as atividades de regulação e fiscalização dos serviços públicos concedidos, permitidos ou autorizados no âmbito do Município de Porto Velho, estabelecendo as normas e os padrões a serem observados pelos prestadores públicos e privados, nos termos desta Lei Complementar e demais normas legais, regulamentares e contratuais pertinentes e terá os seguintes objetivos: I - assegurar a adequada prestação dos serviços públicos concedidos, permitidos ou autorizados, assim entendidos aqueles que satisfazem as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas ou contraprestações; II - garantir a harmonia entre os interesses da população, da Administração Pública e dos prestadores dos serviços públicos sob sua competência regulatória; III - zelar pelo equilíbrio econômico-financeiro dos serviços públicos sob sua competência regulatória; e IV - agir com justiça e responsabilidade no exercício de suas atribuições e ainda: fazer cumprir os instrumentos de política dos serviços públicos regulados sob a sua competência, assim definidos na legislação municipal pertinente; avaliar a qualidade e o índice de cobertura dos serviços públicos regulados sob sua competência; estabelecer, por meio de suas normas, critérios, indicadores, fórmulas, padrões e parâmetros de qualidade dos serviços públicos e de desempenho dos respectivos prestadores, estimulando a constante melhoria da qualidade, produtividade e eficiência, com vistas à adequada prestação dos serviços públicos e buscando a preservação do meio ambiente, respeitando-se os contratos de delegação dos serviços que estiverem vigentes e promover, quando necessário, conforme os respectivos contratos de delegação dos serviços, os reajustes das tarifas, preços públicos e demais contraprestações pecuniárias devidas pela prestação dos serviços públicos regulados;

FUNDAÇÕES

Fundação Cultural de Porto Velho – FUNCULTURAL

A Fundação Cultural de Porto Velho – FUNCULTURAL é entidade de direito público, com autonomia técnica, administrativa e financeira vinculada ao Gabinete do Prefeito, de fins não lucrativos, com a finalidade de promover, aperfeiçoar e desenvolver a Cultura e a Arte no Município de Porto Velho. Criada pela Complementar Nº 10 de 22 de setembro de 1993, alterada pela Lei Complementar Nº 204 de 07 de janeiro de 2005, e conforme dispõe o Art. 3º da Lei Complementar que a instituiu, a Fundação Cultural do Município de Porto Velho, por meio do seu Presidente, compete assistir o chefe do poder Executivo municipal nos assuntos inerentes a Cultura e Patrimônio, em especial na implantação de políticas culturais, contemplando a diversidade do segmento, bem como exercer as funções de direção, articulações institucionais e supervisão das atividades afetas à Fundação Cultural.



EMPRESAS PÚBLICAS

Empresa de Desenvolvimento Urbano – EMDUR

A Empresa de Desenvolvimento Urbano – EMDUR é pessoa jurídica de direito privado, com capital exclusivamente público, para a prestação de serviços públicos relativos ao desenvolvimento urbano, auxiliando a Municipalidade no cumprimento de suas atividades/obrigações. A Empresa de Desenvolvimento Urbano – EMDUR, não possui capacidade contributiva, pois não distribui lucros ou resultados direta ou indiretamente a particulares nem têm por objetivo principal conceder acréscimo patrimonial ao Poder Público Municipal, não recebendo contraprestação ou pagamento de taxas (espécie tributária) ou tarifa (preços públicos), vez que executa serviços públicos gerais (coletivos, indivisíveis), custeada com recursos municipais que lhe são destinados por meio de Leis (PPA, LDO e LOA), sendo a fonte de tais recursos o próprio tesouro municipal (produto da arrecadação dos impostos gerais e COSIP); A consolidação das contas municipais incluem toda movimentação contábil dos órgãos da Administração Direta, Administração Indireta e Poder Legislativo Municipal – Câmara Municipal de Porto Velho, relacionados a seguir na Tabela 01.

Tabela 01 – Relação Nominal de Órgãos Consolidados

U. G.	Nome da UG	CNPJ	Unidade Jurisdicionada TCERO-SIGAP
Órgãos da Administração Direta			
0000	Prefeitura de Porto Velho	05.903.125/0001-45	37
0004	Secretaria Municipal da Saúde/Fundo Municipal de Saúde	11.155.765/0001-17	165
0005	Fundação Cultural de Porto Velho	07.219.320/0001-86	134
0008	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Porto velho	32.482.383/0001-78	518
0009	Secretária Municipal de Educação	30.643.740/0001-40	520
Órgãos da Administração Indireta			
0002	Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho	34.481.804/0001-71	125
0003	Fundo de Assistência a Saúde de Porto Velho	34.481.804/0001-71	166
0007	Empresa de Desenvolvimento Urbano de Porto Velho	04.763.223/0001-61	135
0010	Fundo Previdenciário Financeiro do IPAM de Porto Velho	28.918.321/0001-99	516
0011	Fundo Previdenciário Capitalizado do IPAM de Porto Velho	28.918.276/0001-72	517
0012	Agencia de Desenvolvimento do Município de Porto Velho	27.759.217/0001-36	543
0013	Agência Reguladora dos Serviços Públicos do Município de Porto Velho	50.465.943/0001-68	1822
Poder Legislativo			
0001	Câmara Municipal de Porto Velho	04.107.678/0001-29	89

Fonte: SIGAP Corporativo



2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

No Balanço Geral constituído pelas Demonstrações Contábeis Consolidadas da Prefeitura Municipal de Porto Velho, objeto destas Notas Explicativas, consta de forma unificada as contas dos Poderes Executivo e Legislativo, compondo a Prestação de Contas de Governo relativa ao exercício de 2023, do Excelentíssimo Prefeito, Senhor Hildon de Lima Chaves.

Todas as práticas contábeis foram elaboradas com base na legislação vigente, como a Lei nº 4.320/64 e a Lei Complementar nº 101/2000 e suas alterações, no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - 10ª edição (MCASP), nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público em vigência, na Instrução Normativa nº 65/2019/TCE-RO, demais normas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e nas Instruções de Procedimentos Contábeis, consistentes para o exercício financeiro de 2023.

As práticas contábeis adotadas estão estruturadas, organizadas e escrituradas, tendo como base o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP Estendido desde 2013, que estabelece os conceitos básicos, as regras para registros dos atos e fatos, a estrutura contábil padronizada, e é aplicado a todos os órgãos e entidades do Município de Porto Velho, inclusive Administração Indireta que realizam a escrituração contábil através do Sistema de Contabilidade Pública E&L Informática LTDA. No Plano de Contas do Município, as contas contábeis são classificadas segundo a natureza da informação que evidenciam o seguinte:





Neste contexto, assinalamos que as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP e Relatórios Contábeis, incluídas as presentes Notas Explicativas, nas quais estão contempladas as informações relevantes e complementares para a compreensibilidade das referidas demonstrações, elaborados pela Coordenadoria Geral de Contabilidade do Município de Porto Velho, subordinada a Subsecretaria de Finanças e de Contabilidade da Secretaria Municipal de Fazenda – SEMFAZ, guardou conformidade com a legislação aplicável à Contabilidade Aplicada ao Setor Público e às Finanças Públicas.

Por fim, importa destacar que o registro e a consolidação das informações ora apresentadas, além de demonstrarem à população os resultados obtidos, possibilitam a adequada prestação de contas (accountability) aos órgãos de controle e podem subsidiar os gestores para a tomada de decisões e fornecer o suporte necessário para a instrumentalização do controle social.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3.1. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Demonstrativo elaborado de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP, conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público e Instruções de Procedimentos Contábeis – IPC 07 – Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário e Manual de Orientação da Prestação de Contas do Executivo Municipal –TCE/RO.

3.1.1. RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

São disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício e que aumentam o saldo financeiro da instituição. Instrumento por meio do qual se viabiliza a execução das políticas públicas, as receitas orçamentárias são fontes de recursos utilizadas pelo Município em programas e ações cuja finalidade precípua é atender às necessidades públicas e demandas da sociedade.

O Balanço Orçamentário apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica em Correntes e de Capital incluídas nessas as Receitas Intraorçamentárias, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada pelos seus valores líquidos arrecadados e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação.

3.1.1.1. RECEITAS CORRENTES

Receitas Orçamentárias Correntes são arrecadadas dentro do exercício financeiro, aumentam as disponibilidades financeiras do Município e constituem instrumento para financiar os objetivos definidos nos programas e ações orçamentários, com vistas a satisfazer finalidades públicas. Classificam-se como



correntes as receitas provenientes de tributos; de contribuições; da exploração do patrimônio estatal (Patrimonial); da exploração de atividades econômicas (Agropecuária, Industrial e de Serviços); de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes (Transferências Correntes); por fim, demais receitas que não se enquadram nos itens anteriores, nem no conceito de receita de capital (Outras Receitas Correntes).

As Receitas Correntes são aquelas de caráter aumentativo, ou seja, as que aumentam o patrimônio. São recebimentos de recursos oriundos das atividades operacionais para aplicação em Despesas Correntes e de Capital, visando ao atendimento dos objetivos constantes dos programas e ações do governo.

3.1.1.2. RECEITAS DE CAPITAL

As Receitas de Capital são provenientes de ingressos de recursos em função da constituição de dívidas (operações de crédito), vendas de ativo permanente (alienação de bens), recebimento de direitos (amortização de empréstimos e financiamentos concedidos) e recebimentos de recursos de outras pessoas de direito público ou privado (transferências de capital), sendo destinados a atender gastos classificáveis em Despesas de Capital.

Abaixo a composição da Receita Total Arrecadada de 2023 em confronto com 2022 em relação ao total do orçamento de cada exercício correspondente:

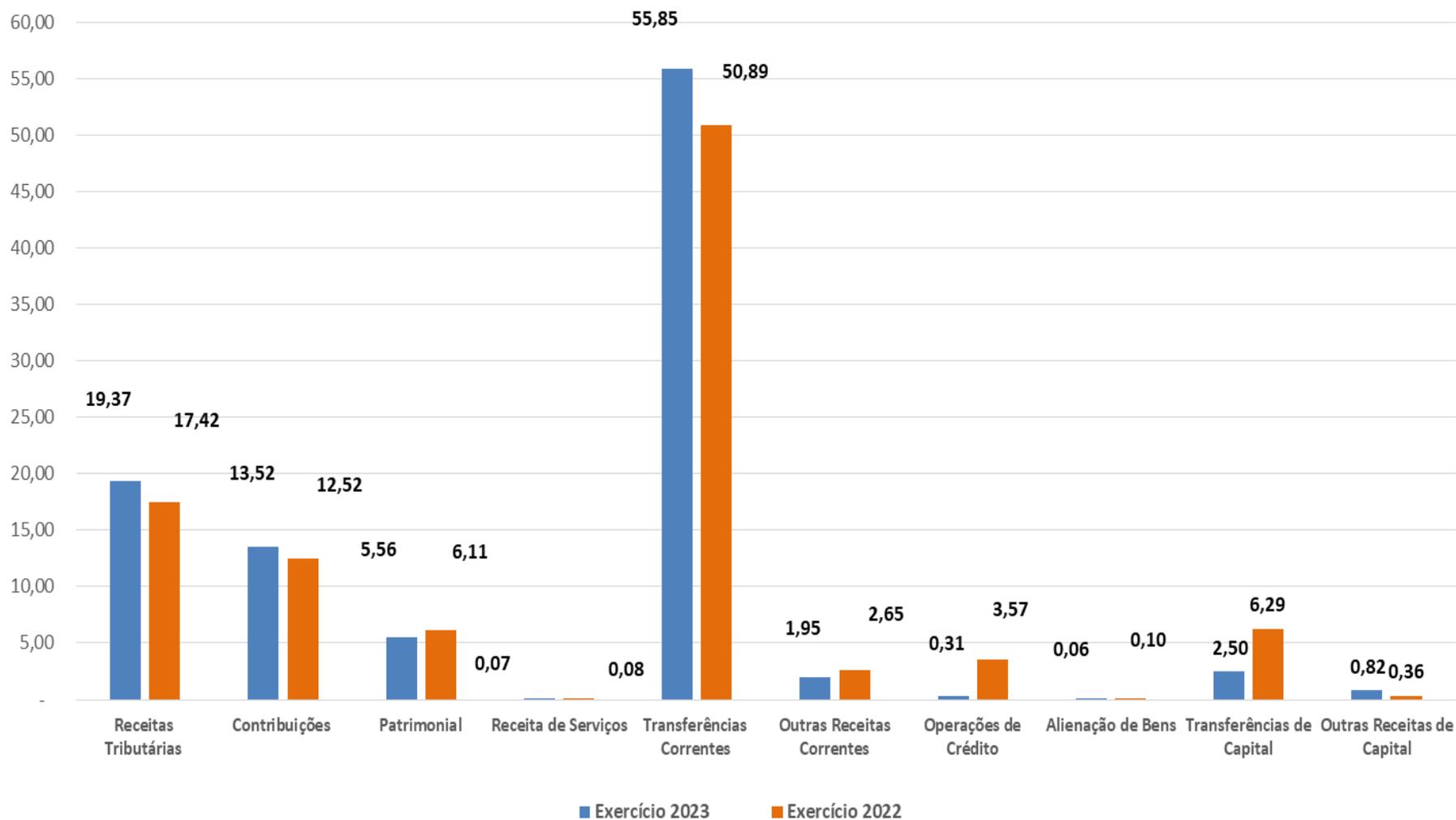
Tabela 02 - Composição da Receita Total Arrecadada em relação ao orçamento total de cada exercício

Composição das Receitas Totais	2023	%	2022	%
Receitas Tributárias	464.962.814,88	19,37	439.475.686,18	17,42
Contribuições	324.616.662,91	13,52	315.929.800,28	12,52
Patrimonial	133.371.559,98	5,56	154.017.511,05	6,11
Receita de Serviços	1.602.492,58	0,07	1.902.179,46	0,08
Transferências Correntes	1.340.744.896,34	55,85	1.283.818.596,71	50,89
Outras Receitas Correntes	46.803.262,98	1,95	66.844.872,55	2,65
Operações de Crédito	7.502.911,94	0,31	90.096.246,96	3,57
Alienação de Bens	1.386.710,00	0,06	2.607.800,00	0,10
Transferências de Capital	59.942.876,72	2,50	158.729.949,45	6,29
Outras Receitas de Capital	19.731.768,11	0,82	9.097.193,91	0,36
TOTAL	2.400.665.956,44	100,00	2.522.519.836,55	100,00

Fonte: Balanço Orçamentário Consolidado – Exercícios 2023 e 2022.



Gráfico 01 – Composição das Receitas Totais em relação ao orçamento total de cada exercício correspondente



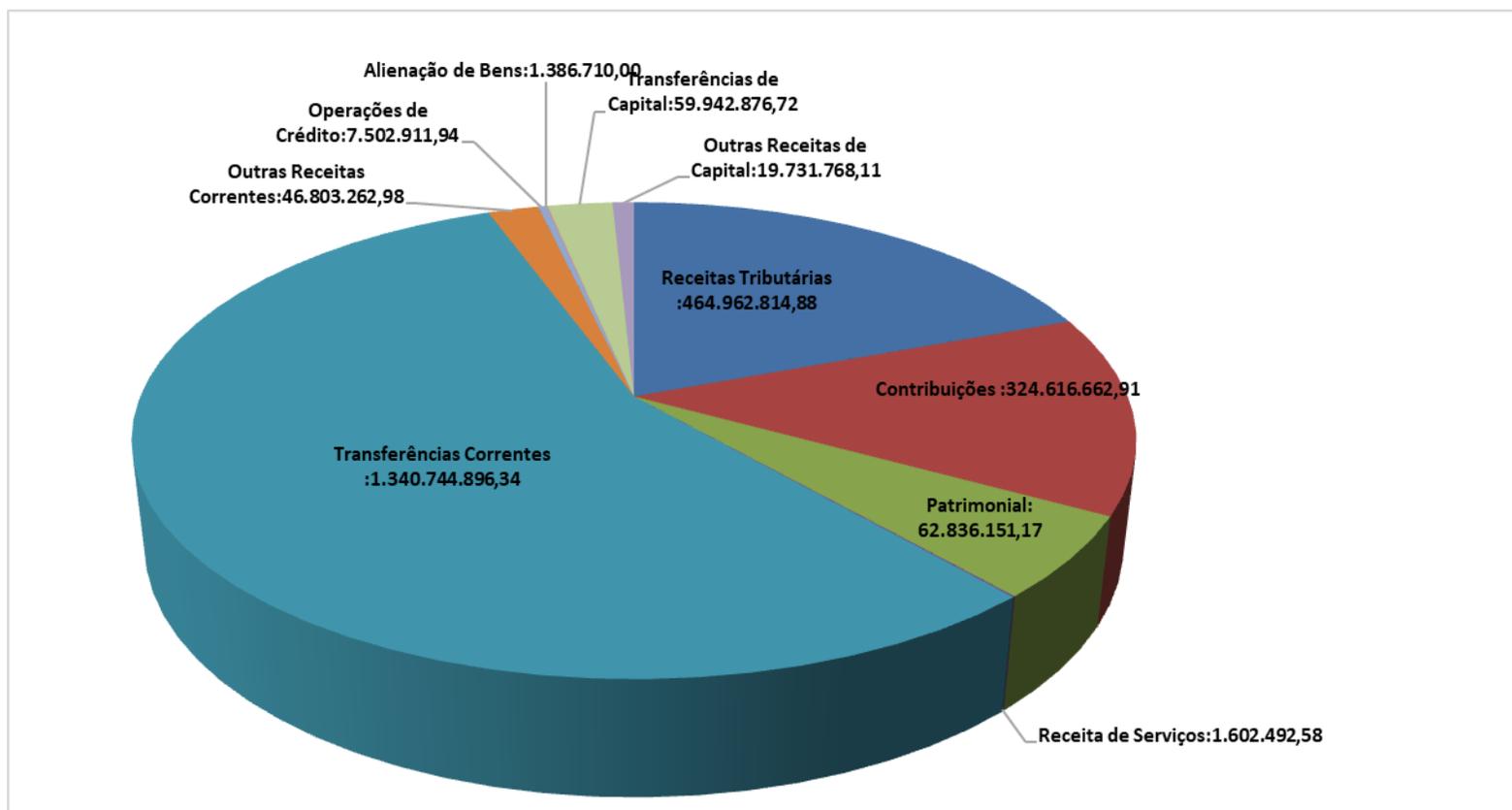
Fonte: Balanço Orçamentário Consolidado – Exercício 2023 e 2022.



O gráfico acima evidencia a composição das receitas totais arrecadadas no exercício de 2023 em confronto com as receitas arrecadadas do ano anterior em relação ao orçamento total de cada exercício correspondente. Nos exercícios de 2023 e 2022, as Receitas de Transferências Correntes compostas pelas transferências constitucionais e legais, corresponde a maior arrecadação, 55,85% e 50,89% respectivamente.

Em seguida, têm-se as Receitas Tributárias com percentual de 19,37% do total da receita arrecadada no exercício de 2023, constituída pela arrecadação de três tributos: impostos, taxas e contribuições de melhoria.

Gráfico 02 – Composição das Receitas pelos Valores Arrecadados no exercício de 2023



Fonte: Balanço Orçamentário Consolidado – Exercício 2023.



O Gráfico 02 acima ilustra o total arrecadado de cada uma das receitas, sendo apresentado os valores líquidos de arrecadação. Percebe-se que as Transferências Correntes correspondem a 55,85% da arrecadação total, a Receita Tributária corresponde a 19,37% e as Contribuições a 13,52%. Portanto, apenas com a soma das duas maiores receitas correntes alcança-se o percentual de 75,22% do total das receitas orçamentárias.

Ainda, apresentamos com o objetivo de demonstrar os valores previstos e os realizados no exercício de 2023, a tabela 03 abaixo, que apresenta as receitas classificadas por grupo e subgrupos de contas.

Tabela 03 – Receita Prevista versus Receita Arrecadada

Exercício 2023	Previsão	Arrecadação	%
Receitas Correntes	2.348.390.747,89	2.312.101.689,67	98,45
Receitas Tributárias	437.656.093,57	464.962.814,88	106,24
Contribuições	304.210.900,00	324.616.662,91	106,71
Patrimonial	170.033.831,38	133.371.559,98	78,44
Receita de Serviços	-	1.602.492,58	-
Transferências Correntes	1.394.613.140,84	1.340.744.896,34	96,14
Outras Receitas Correntes	41.876.782,10	46.803.262,98	111,76
Receitas de Capital	158.127.167,61	88.564.266,77	56,01
Operações de Crédito	12.905.812,00	7.502.911,94	58,14
Alienação de Bens	-	1.386.710,00	-
Transferências de Capital	138.049.602,56	59.942.876,72	43,42
Outras Receitas de Capital	7.171.753,05	19.731.768,11	275,13
TOTAL	2.506.517.915,50	2.400.665.956,44	95,78

Fonte: Balanço Orçamentário Consolidado – Exercício 2023.

Houve uma realização de 98,45% da previsão atualizada das Receitas Correntes, de 56,21% das Receitas de Capital e de 95,78% do valor total da arrecadação do exercício de 2023.

3.1.2. DESPESA ORÇAMENTÁRIA

Despesa pública é o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos a fim de saldar gastos fixados na lei do orçamento ou em lei especial, visando à realização e ao funcionamento dos serviços públicos. A despesa faz parte do orçamento e corresponde às autorizações para gastos com as várias atribuições



governamentais. Despesa pública também pode ser definida como o conjunto de gastos realizados pelos entes públicos para custear os serviços públicos (despesas correntes) prestados à sociedade ou para a realização de investimentos (despesas de capital).

O Balanço Orçamentário apresenta as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

Os créditos iniciais da despesa podem ser verificados na coluna Dotação Inicial na linha Despesas Orçamentárias, os créditos suplementares, especiais e extraordinários, podem ser verificados no Anexo TC 18 - Demonstrativo das Alterações Orçamentárias constante no Relatório da Gestão Orçamentária e Financeira que acompanha a Prestação de Contas.

3.1.2.1. DESPESA CORRENTE

Destinadas à manutenção e ao funcionamento dos serviços públicos em geral, constituem-se em despesas com Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida e Outras Despesas Correntes.

3.1.2.2. DESPESA DE CAPITAL

Constituem despesas da Administração Pública com a intenção de adquirir ou construir bens de capital, que contribuirão para a produção ou geração de bens ou serviços. Essa categoria divide-se nos grupos de despesa: Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida.

A Tabela 04 abaixo apresenta os percentuais de realização da despesa em relação aos valores orçados:

Tabela 04 – Composição da Despesa Atualizada versus Despesa Empenhada

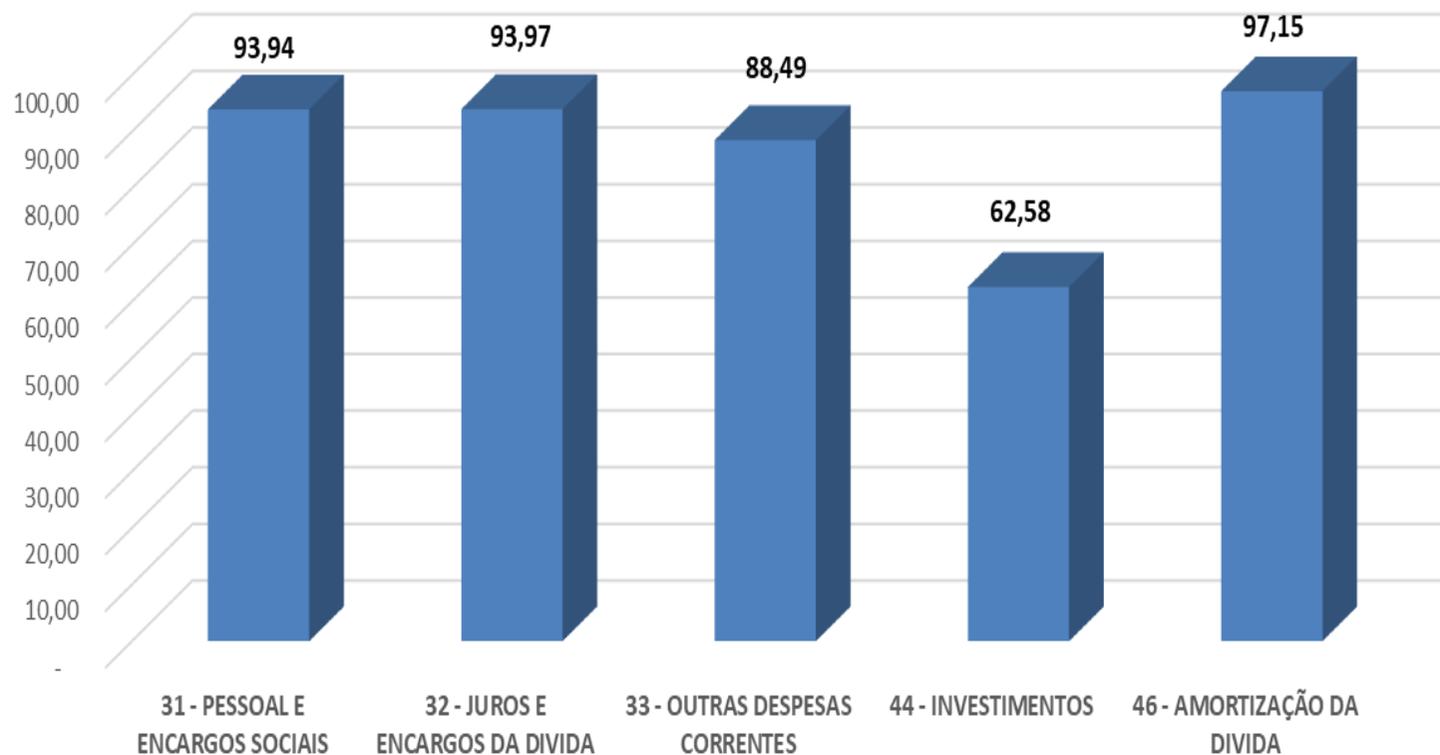
2023	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	%
DESPESAS CORRENTES	2.398.389.837,41	2.197.802.672,38	91,64
31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.348.942.763,27	1.267.177.885,21	93,94
32 - JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	35.755.666,00	33.600.839,74	93,97
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.013.691.408,14	897.023.947,43	88,49
DESPESAS DE CAPITAL	486.561.293,08	319.956.697,74	65,76
44 - INVESTIMENTOS	441.817.255,08	276.487.538,52	62,58
46 - AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA	44.744.038,00	43.469.159,22	97,15

Fonte: Balanço Orçamentário Consolidado – Exercício 2023.



A referida composição pode ser ilustrada da seguinte forma no Gráfico 03:

Gráfico 03 – Despesa Empenhada em relação à Dotação Atualizada



Fonte: Balanço Orçamentário Consolidado – Exercício 2023.

Em 2023, foram executadas, aproximadamente, 91,64% das Despesas Correntes em relação ao valor autorizado e 65,76% das Despesas de Capital. No grupo das Despesas Correntes os Juros e Encargos sobre a dívida pública apresentou nível de execução na ordem de 93,97% do valor estimado e a Amortização da Dívida apresentou 97,15% da execução da Despesa de Capital efetivamente empenhada.

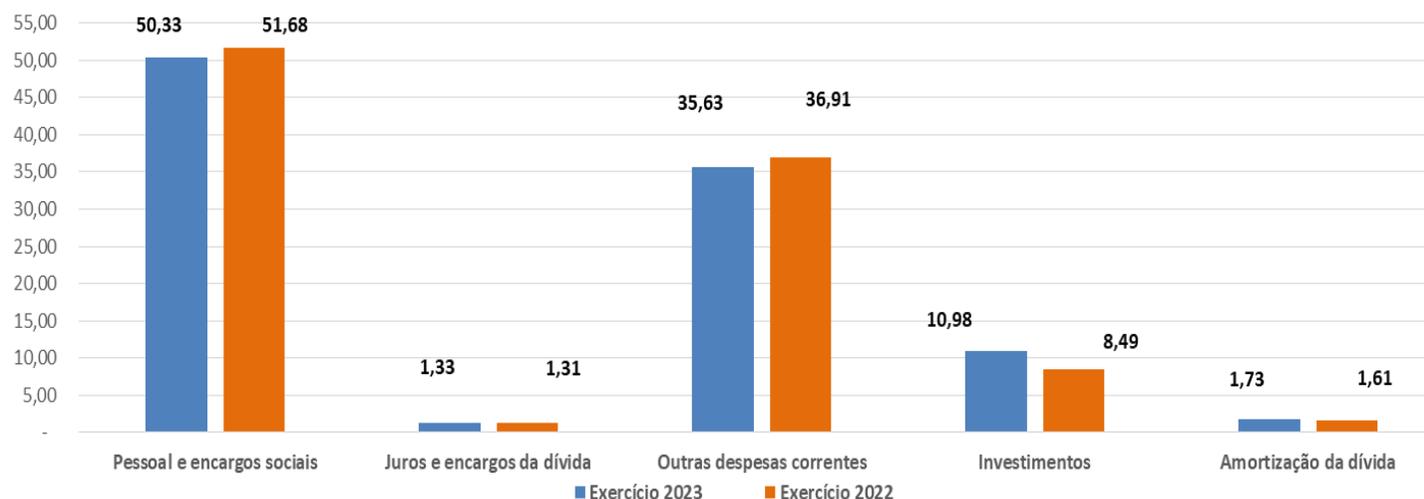


**Tabela 05 – Composição da Despesa Total Empenhada em 2023 em confronto com 2022
Em relação ao total do orçamento de cada exercício correspondente**

Composição das Despesas Totais	2023	%	2022	%
Pessoal e encargos sociais	1.267.177.885,21	50,33	1.155.192.699,70	51,68
Juros e encargos da dívida	33.600.839,74	1,33	29.210.914,16	1,31
Outras despesas correntes	897.023.947,43	35,63	825.039.596,36	36,91
Investimentos	276.487.538,52	10,98	189.670.575,27	8,49
Amortização da dívida	43.469.159,22	1,73	36.021.149,20	1,61
TOTAL	2.517.759.370,12	100,00	2.235.134.934,69	100,00

Fonte: Balanço Orçamentário Consolidado – Exercício 2023.

Gráfico 04 - Composição da Despesa Total Empenhada em relação ao total do orçamento de cada exercício correspondente



Fonte: Balanço Orçamentário Consolidado – Exercício 2023 e 2022.

A tabela 05 e o gráfico 04 acima demonstram a composição da Despesa Orçamentária por grupo de despesa e quanto cada grupo representa no total empenhado em relação ao total do orçamento de cada exercício correspondente. As despesas com Pessoal e Encargos Sociais representam 50,33%, e Outras Despesas Correntes representam 35,63%, da despesa total, no exercício de 2023.

3.1.2.3. DESPESAS EXECUTADAS POR TIPOS DE CRÉDITOS – INICIAL, SUPLEMENTAR, ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO

Tabela 06 – Execução das despesas por fonte de recursos – Crédito Inicial do Exercício e Créditos Suplementados por Superávit Financeiro do Exercício Anterior

Despesas por fonte de recursos - Crédito Inicial	Crédito Inicial	Suplementações	Reduções	Crédito Atualizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Inscritos em RP
Fonte 1500 Recursos nao vinculados de Impostos	738.216.075,00	114.639.640,29	99.597.181,30	753.258.533,99	719.875.742,77	692.147.282,26	688.710.541,31	31.165.201,46
Fonte 15001001 Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - MDE	146.596.854,00	40.008.756,16	26.779.928,33	159.825.681,83	156.792.966,11	152.387.889,39	152.298.112,28	4.494.853,83
Fonte 15001002 Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - ASPS	313.048.605,00	19.575.081,38	19.575.081,38	313.048.605,00	311.666.807,31	309.976.916,39	309.976.916,39	1.689.890,92
Fonte 1540 Transferências do Fundeb 30% - Impostos e Transferências de Impostos	85.024.215,00	13.904.825,01	39.453.343,03	59.475.696,98	48.128.762,19	47.271.387,29	46.333.066,08	1.795.696,11
Fonte 15401070 Transferências do Fundeb - Impostos e Transferência de Impostos	238.933.945,00	32.244.815,02	6.696.297,00	264.482.463,02	254.854.941,48	254.854.941,48	254.854.941,48	-
Fonte 1543 Transferências do Fundeb - Complementação da União - VAAR	-	2.632.895,19	-	2.632.895,19	2.632.895,19	2.632.895,19	2.632.895,19	-
Fonte 1550 Transferência do Salário-Educação	5.994.450,00	3.097.167,91	3.097.167,91	5.994.450,00	4.095.454,80	3.449.790,96	3.445.459,18	649.995,62
Fonte 1551 Transferências de Recursos do FNDE referentes ao PDDE	17.860,00	-	-	17.860,00	-	-	-	-
Fonte 1552 Transferências de Recursos do FNDE referentes ao PNAE	5.156.000,00	390.701,13	99.425,15	5.447.275,98	5.402.323,40	5.131.504,61	5.131.504,61	270.818,79
Fonte 1553 Transferências de Recursos do FNDE referentes ao PNATE	208.560,00	-	-	208.560,00	-	-	-	-
Fonte 1569 Outras Transferências de Recursos do FNDE	14.028.600,00	6.136.722,34	-	20.165.322,34	4.233.515,00	2.528.144,28	2.528.144,28	1.705.370,72
Fonte 1570 Transf. Gov. Federal ref. Conv. e outros Repasses vinc. Educação	250.000,00	-	-	250.000,00	-	-	-	-
Fonte 1571 Transf. Estado ref. Convenios e outros Repasses vinc. Educação	15.360.160,00	3.946.548,44	-	19.306.708,44	12.273.949,18	8.293.994,62	8.293.350,22	3.980.598,96
Fonte 1573 Royalties do Petroleo e Gas Natural Vinculados a Educacao	6.407.153,00	780.000,00	780.000,00	6.407.153,00	780.000,00	780.000,00	780.000,00	-
Fonte 1599 Outros Recursos Vinculados à Educação	-	1.809.446,67	-	1.809.446,67	485.390,16	-	-	485.390,16
Fonte 16009008 Transf. Fundo a Fundo Rec. SUS prov. Gov. Federal - Atenção Básica	51.915.000,00	2.834.119,99	814.119,99	53.935.000,00	40.332.080,03	38.491.518,86	38.487.943,54	1.844.136,49
Fonte 16009009 Transf. F. a F. Rec. SUS prov. Gov. Fed. - Atenção Média e Alta Complex.	39.034.470,00	2.750.049,36	1.411.046,00	40.373.473,36	38.458.173,05	36.102.210,33	36.102.210,33	2.355.962,72
Fonte 16009010 Transf. Fundo a Fundo Rec. SUS prov. Gov. Federal - Vigil. em Saúde	8.281.000,00	60.000,00	240.000,00	8.101.000,00	3.939.507,91	3.689.346,11	3.688.887,80	250.620,11
Fonte 16009011 Transf. F. a F. Rec. SUS prov. Gov. Fed. - Assistência Farmacêutica	500.000,00	-	-	500.000,00	499.993,65	499.993,65	499.993,65	-
Fonte 16009999 Transf. Fundo a Fundo Rec. SUS prov. Gov. Federal - BI. Manutenção	3.100.000,00	-	-	3.100.000,00	3.090.804,81	3.035.202,47	3.017.919,39	72.885,42
Fonte 1601 Transf. Fundo a Fundo Rec. SUS prov. Gov. Federal - BI. Estrutura	-	90.903,50	-	90.903,50	-	-	-	-
Fonte 16013110 Transferência da União Mediante Emenda Parlamentar Individual	2.908.720,00	2.499.958,00	1.315.277,00	4.093.401,00	1.533.484,00	20.152,00	20.152,00	1.513.332,00
Fonte 1604 Transf. Prov. Gov. Fed. Dest. Venc. Ag. Com. de Saúde/Endemias	-	18.833.111,67	-	18.833.111,67	18.479.822,87	18.479.822,87	18.479.822,87	-
Fonte 1605 Assist. Financ. União Dest. à Compl. Pagto. Do Piso da Enfermagem	-	12.510.000,00	-	12.510.000,00	10.452.014,42	10.452.014,42	10.452.014,42	-
Fonte 1621 Transf. Fundo a Fundo de Recursos do SUS prov. Gov. Estadual	1.042.140,00	630.000,00	630.000,00	1.042.140,00	562.892,02	46.684,80	46.684,80	516.207,22
Fonte 16219009 Transf. F. a F. Rec. SUS prov. Gov. Est. - Atenção Média e Alta Complex.	1.594.000,00	630.000,00	-	2.224.000,00	1.771.776,69	1.644.622,48	1.644.622,48	127.154,21
Fonte 16219011 Transf. F. a F. Rec. SUS prov. Gov. Est. - Assistência Farmacêutica	1.100.000,00	-	-	1.100.000,00	1.097.560,25	984.710,05	984.710,05	112.850,20
Fonte 1631 Transf. Gov. Fed. Ref. Conv. e outros Repasses vinc. a Saude	18.994.489,00	-	-	18.994.489,00	1.500.870,28	1.500.870,28	1.500.870,28	-
Fonte 1632 Transf. Estado ref. Conv. e outros Repasses vinc. a Saude	-	50.000,00	-	50.000,00	33.000,00	-	-	33.000,00
Fonte 1635 Royalties do Petroleo e Gas Natural vinculados a Saude	2.135.718,00	-	-	2.135.718,00	1.988.913,66	1.250.568,42	1.240.406,73	748.506,93
Fonte 1660 Transf. de Rec. Fundo Nacional de Assistencia Social - FNAS	1.649.400,00	3.099.515,20	550.000,00	4.198.915,20	1.483.238,37	1.319.398,51	1.319.398,51	163.839,86
Fonte 1665 Transf. de Conv. e outros Repasses vinc. a Assistencia Social	2.633.705,00	-	-	2.633.705,00	1.317.934,47	1.317.934,47	1.317.934,47	-
Fonte 1700 Outras Transf. de Convenios ou Repasses da Uniao	42.148.238,00	33.644.031,96	2.039.143,30	73.753.126,66	50.021.292,01	23.752.878,04	23.380.519,89	26.640.772,12
Fonte 1701 Outras Transf. de Convenios ou Repasses dos Estados	51.139.990,00	15.726.733,46	14.891.251,60	51.975.471,86	50.705.974,21	41.193.028,48	40.355.890,98	10.350.083,23
Fonte 1709 Transf. da Uniao referente a Comp. Finan. Recursos Hidricos	124.276.940,00	14.089.663,33	14.089.663,33	124.276.940,00	80.580.447,15	75.085.818,21	75.016.386,90	5.564.060,25
Fonte 1715 Transf. Dest. ao Setor Cultural - LC Nº 195/2022 - Art. 5º - Audiovisual	-	3.300.340,28	-	3.300.340,28	-	-	-	-
Fonte 1716 Transf. Dest. ao St. Cult. - LC Nº 195/2022 - Art. 8º - Demais Set. Cultura	-	1.336.922,97	-	1.336.922,97	-	-	-	-
Fonte 1750 Recursos da Contrib. Interv. Dom. Economico - CIDE	737.980,00	-	-	737.980,00	26.634,00	26.634,00	26.634,00	-
Fonte 1751 Recursos da Contrib. para Custeio Serv. Ilum. Publica - COSIP	55.631.020,00	6.961.320,40	6.961.320,40	55.631.020,00	53.916.324,81	47.115.397,12	47.115.397,12	6.800.927,69
Fonte 1752 Recursos Vinculados ao Transito	2.926.650,00	581.462,42	581.462,42	2.926.650,00	1.605.732,04	1.243.598,04	1.221.656,54	384.075,50
Fonte 1754 Recursos de Operacoes de Credito	7.551.812,00	82.382.761,29	113.621,00	89.820.952,29	12.110.393,96	7.198.292,54	7.107.009,05	5.003.384,91
Fonte 1759 Recursos vinculados a fundos	87.266.550,00	28.738.500,00	21.748.500,00	94.256.550,00	90.832.408,97	90.591.046,75	90.585.580,00	246.828,97
Fonte 1800 Rec. vinc. ao RPPS - Fundo Capital. (Plano Previdenciario)	148.217.855,00	800.000,00	800.000,00	148.217.855,00	5.358.253,10	5.358.253,10	5.358.253,10	-
Fonte 1801 Rec. vinc. ao RPPS - Fundo Reparticao (Plano Financeiro)	105.343.069,00	-	-	105.343.069,00	88.276.009,69	88.240.342,68	88.240.342,68	35.667,01
Fonte 1802 Recursos vinc. ao RPPS - Taxa de Administracao	22.286.256,00	2.365.000,00	2.365.000,00	22.286.256,00	15.728.821,37	15.547.916,52	15.547.916,52	180.904,85
TOTAL	2.351.657.479,00	473.080.993,37	264.628.829,14	2.560.109.643,23	2.096.927.105,38	1.993.643.001,67	1.987.744.089,12	109.183.016,26



Despesas por fonte de recursos - Créditos Suplementados por Superávit Financeiro do Exercício Anterior	Suplementações	Reduções	Crédito Atualizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Inscritos em RP
Fonte 2500 Recursos Exerc. Ant. - Recursos nao vinculados de Impostos	204.168.266,61	22.326.676,00	181.841.590,61	162.716.483,31	134.058.256,69	133.816.522,72	28.899.960,59
Fonte 2540 Transferências do Fundeb 30% - Impostos e Transferências de Impostos	16.523.799,79	5.426.533,62	11.097.266,17	11.097.266,17	7.030.158,56	5.636.738,76	5.460.527,41
Fonte 25401070 Transferências do Fundeb 70% - Impostos e Transferência de Impostos	10.500.074,65	64.626,29	10.435.448,36	10.393.109,29	10.393.109,29	10.393.109,29	-
Fonte 2550 Transferência do Salario-Educacao	7.897.792,34	-	7.897.792,34	6.019.419,27	5.215.676,22	5.161.506,00	857.913,27
Fonte 2552 Transf. de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Alimentacao Escolar (PNAE)	307.950,47	-	307.950,47	307.846,45	211.713,10	211.713,10	96.133,35
Fonte 2553 Transf. de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Transporte Escolar (PNATE)	2.957.165,47	1.000.000,00	1.957.165,47	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	-
Fonte 2571 Transf. Estado ref. Convenios e outros Repasses vinc. Educação	6.890.865,68	-	6.890.865,68	6.890.865,68	6.890.865,68	6.890.865,68	-
Fonte 2600 Transf. Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manuten	2.317.057,64	504.977,93	1.812.079,71	1.658.401,78	1.658.401,78	1.658.401,78	-
Fonte 26009008 Transf. Fundo a Fundo Rec. SUS prov. Gov. Federal - Atenção Básica	2.283.342,90	-	2.283.342,90	1.539.741,35	1.443.612,19	1.443.612,19	96.129,16
Fonte 26009009 Transf. F. a F. Rec. SUS prov. Gov. Fed. - Atenção Média e Alta Complexidade Amb. e Hospit.	4.837.520,53	-	4.837.520,53	4.661.997,94	3.889.479,32	3.790.384,33	871.613,61
Fonte 26009010 Transf. Fundo a Fundo Rec. SUS prov. Gov. Federal - Vigilância em Saúde	15.000,00	-	15.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	-
Fonte 26009011 Transf. Fundo a Fundo Rec. SUS prov. Gov. Fed. - Assistência Farmacêutica	708.170,00	-	708.170,00	708.170,00	-	-	708.170,00
Fonte 2601 Recursos Exerc. Ant. - Transf. Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Gov. Federal	7.119.647,31	6.817.352,78	302.294,53	290.000,00	290.000,00	283.251,62	6.748,38
Fonte 26019008 Transf. Fundo a Fundo Rec. SUS prov. Gov. Federal - Atenção Básica	7.386.647,87	660.000,00	6.726.647,87	6.261.627,22	6.261.627,22	6.261.627,22	-
Fonte 26019009 Transf. F. a F. Rec. SUS prov. Gov. Fed. - Atenção Média e Alta Complexidade Amb. e Hosp.	461.505,25	-	461.505,25	274.056,81	274.056,81	274.056,81	-
Fonte 2602 Transf. Fundo a Fundo Rec. SUS prov. Gov. Federal - Bl. Manutenção Ações e Serv. Públ. Saúde	5.018.807,76	684.403,88	4.334.403,88	4.301.429,64	3.633.111,06	3.633.111,06	668.318,58
Fonte 2621 Recursos Exerc. Ant. - Transf. Fundo a Fundo de Recursos do SUS - Governo Estadual	2.767.163,81	-	2.767.163,81	1.557.651,39	936.242,16	936.242,16	621.409,23
Fonte 2632 Transf. do Estado referentes a Convenios e outros Repasses vinculados a Saude	57.795,62	-	57.795,62	57.795,62	57.795,62	57.795,62	-
Fonte 2660 Recursos Exerc. Ant. - Transf. de Recursos do Fundo Nacional de Assistencia Social - FNAS	6.951.180,67	687.618,61	6.263.562,06	1.637.279,48	1.064.394,72	1.064.394,72	572.884,76
Fonte 2661 Recursos Exerc. Ant. - Transf. de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistencia Social	2.698.000,08	827.034,00	1.870.966,08	805.190,58	364.824,46	364.824,46	440.366,12
Fonte 2700 Outras Transf. de Convenios ou Repasses da Uniao	10.642.095,05	1.095.028,17	9.547.066,88	8.944.370,33	6.443.569,66	6.361.279,17	2.583.091,16
Fonte 2701 Outras Transf. de Convenios ou Repasses dos Estados	104.228.399,03	31.755.270,06	72.473.128,97	66.005.761,40	41.143.696,67	41.143.696,67	24.862.064,73
Fonte 2704 Recursos Exerc. Ant. - Transf. da Uniao Referente a Royalties do Petroleo e gas natural	2.815.981,73	-	2.815.981,73	1.450.170,86	83.091,72	83.091,72	1.367.079,14
Fonte 2707 Transferências da União - Inciso I do Art. 5º da Lei Complementar 173/2020	26.717,24	-	26.717,24	26.717,24	26.717,24	26.717,24	-
Fonte 2709 Transf. da Uniao referente a Comp. Finan. Recursos Hidricos	11.628.497,68	-	11.628.497,68	11.009.270,86	7.775.596,77	7.775.596,77	3.233.674,09
Fonte 2717 Assistência Financeira Transporte Coletivo - Art. 5º, Inciso IV - EC nº 123/2022	4.521.748,80	-	4.521.748,80	4.521.748,80	4.521.748,80	4.521.748,80	-
Fonte 2750 Recursos Exerc. Ant. - Recursos da Contribuicao de Intervencao no Dominio Economico - Cide	415.897,52	-	415.897,52	412.259,08	51.537,56	51.537,56	360.721,52
Fonte 2751 Recursos Exerc. Ant. - Recursos da Contribuicao para Custeio do Servico de Iluminacao Pública	9.962.288,62	1.150.000,00	8.812.288,62	7.577.037,72	5.427.728,36	5.427.728,36	2.149.309,36
Fonte 2752 Recursos Exerc. Ant. - Recursos Vinculados ao Transito	2.080.342,83	-	2.080.342,83	2.080.340,68	1.615.217,10	892.669,62	1.187.671,06
Fonte 2754 Recursos de Operacoes de Credito	15.003.343,34	361.463,84	14.641.879,50	14.569.858,88	14.471.628,88	14.471.628,88	98.230,00
Fonte 2759 Recursos Exerc. Ant. - Recursos Vinculados a fundos	7.387.964,94	66.000,00	7.321.964,94	2.068.410,66	1.855.542,76	1.802.445,27	265.965,39
Fonte 2801 Recursos Exerc. Ant. - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Reparticao (Plano Financeiro)	80.379.792,19	379.792,19	80.000.000,00	79.986.986,25	79.986.986,25	79.986.986,25	-
TOTAL	540.960.823,42	73.806.777,37	467.154.046,05	420.832.264,74	348.077.386,65	345.424.283,83	75.407.980,91
TOTAL GERAL DA EXECUÇÃO DA DESPESA NO EXERCÍCIO	1.014.041.816,79	338.435.606,51	3.027.263.689,28	2.517.759.370,12	2.341.720.388,32	2.333.168.372,95	184.590.997,17

Fonte: Demonstrativo da Despesa por Natureza Consolidado por fonte de recursos – Emitido no sistema de Contabilidade Pública-GPI-CPE (E&L) – Exercício 2023.

Não houve abertura de crédito adicional extraordinário.



Na Tabela 06 podemos observar os créditos iniciais da Lei Orçamentária Anual, as suplementações e reduções, bem como suas influências no resultado orçamentário e o detalhamento dos créditos suplementares abertos por superávit financeiro (recursos de exercícios anteriores) utilizados para financiar as despesas orçamentárias do exercício corrente, destacando-se os recursos vinculados ao RPPS e outros com destinação vinculada, por fontes de recursos. Importante registrar que os Restos a pagar não processados que foram liquidados no exercício de 2023 passam para o exercício seguinte como restos a pagar processados.

As atualizações no orçamento, tanto na receita quanto na despesa, estão autorizadas na Lei nº 2.998 de 19 de dezembro de 2022, Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2023.

3.1.3. RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS

São aquelas realizadas entre órgãos e demais entidades da Administração Pública integrantes do orçamento fiscal e do orçamento da seguridade social do mesmo ente federativo, por isso, não representam novas entradas de recursos nos cofres públicos do ente, mas apenas movimentação de receitas entre seus órgãos.

As receitas intraorçamentárias são a contrapartida das despesas classificadas na Modalidade de aplicação “91 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social” que, devidamente identificadas, possibilitam anulação do efeito da dupla contagem na consolidação das contas governamentais.

São classificadas em “Receitas Correntes Intraorçamentárias” e “Receitas de Capital Intraorçamentárias”, representadas, respectivamente, pelos códigos 7 e 8 em suas categorias, segundo disposto pela Portaria Interministerial STN/SOF nº 338/2006 que as criou, sendo que não constituem novas categorias econômicas de receita, mas apenas especificações das Categorias Econômicas “Receita Corrente” e “Receita de Capital”.

O Balanço Orçamentário Consolidado do Município de Porto Velho foi elaborado de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público e Instruções de Procedimentos Contábeis - IPC 07 - Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário, desta forma, apresentando na composição das receitas orçamentárias o somatório das receitas orçamentárias das categorias 1 – Receita Corrente, 2 – Receita de Capital, 7 – Receitas Correntes Intraorçamentárias e 8 – Receitas de Capital Intraorçamentárias.

Quadro 01 – Composição das Receitas Intraorçamentárias

Categoria Econômica da Receita	
1. Receitas Correntes	2. Receitas de Capital
7. Receitas Correntes Intraorçamentárias	8. Receitas de Capital Intraorçamentárias



Origem da Receita	
1 Receitas Correntes	2 Receitas de Capital
7 Receita Correntes Intraorçamentárias	8 Receitas de Capital Intraorçamentárias
1 Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1 Operações de Crédito
2 Contribuições	2 Alienação de Bens
3 Receita Patrimonial	3 Amortização de Empréstimos
4 Receita Agropecuária	4 Transferências de Capital
5 Receita Industrial	9 Outras Receitas de Capital
6 Receita de Serviços	
7 Transferências Correntes	
9 Outras Receitas Correntes	

Na Tabela abaixo, é demonstrada a composição da Receita Orçamentária prevista e realizada destacando as receitas Intraorçamentárias no exercício de 2023.

Tabela 07 – Composição da Receita Orçamentária Total

Categoria Econômica da Receita	Previsão Atualizada (R\$)	Receita Realizada (R\$)
1.Receitas Correntes	2.223.696.707,89	2.184.238.682,70
7.Receitas Correntes Intraorçamentárias	124.694.040,00	127.863.006,97
2.Receitas de Capital	158.127.167,61	88.564.266,77
8.Receitas de Capital Intraorçamentárias	-	-
Total da Receita Orçamentária	2.506.517.915,50	2.400.665.956,44

Fonte: Balancete da Receita – Emitido no sistema de Contabilidade Pública-GPI-CPE (E&L) – Exercício 2023.



3.1.4. DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS

São as despesas classificadas na Modalidade de aplicação “91 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social”.

O Balanço Orçamentário foi elaborado de acordo com a IPC – 07 Metodologia para elaboração do Balanço Orçamentário, desta forma as despesas orçamentárias são apresentadas pelo seu valor total, incluindo nessas o valor das despesas intraorçamentárias na Modalidade de Aplicação 91. Na Tabela abaixo, é demonstrada a execução da Despesa Orçamentária destacando as despesas intraorçamentárias no exercício de 2023:

Tabela 08 - Composição das Despesas Orçamentárias e Intraorçamentárias

Despesa Corrente	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga
31.Pessoal e Encargos Sociais	1.259.639.033,70	1.182.281.468,40	1.182.169.897,73	1.182.169.897,73
31.91.Pessoal e Encargos Sociais Intraorçamentárias	89.303.729,57	84.896.416,81	84.896.416,81	84.896.416,81
32. Juros e Encargos da Dívida	30.816.827,72	28.707.359,97	28.707.359,97	27.508.948,56
32.91. Juros e Encargos da Dívida Intraorçamentárias	4.938.838,28	4.893.479,77	4.893.479,77	4.893.479,77
33. Outras Despesas Correntes	981.523.993,40	865.730.398,84	787.937.281,41	784.151.144,70
33.91. Outras Despesas Correntes Intraorçamentárias	32.167.414,74	31.293.548,59	31.293.548,59	31.293.548,59
44. Investimentos	441.817.255,08	276.487.538,52	178.512.977,89	176.210.155,56
44.91. Investimentos Intraorçamentárias	-	-	-	-
45. Inversões Financeiras	-	-	-	-
45.91. Inversões Financeiras Intraorçamentárias	-	-	-	-
46. Amortização da Dívida	28.918.649,00	27.712.788,58	27.553.056,55	26.288.411,63
46.91. Amortização da Dívida Intraorçamentárias	15.825.389,00	15.756.370,64	15.756.369,60	15.756.369,60
9.9.99.99.00.00.00 Res. de Conting. e Reserva do RPPS	142.312.558,79	-	-	-
Total da Despesa Orçamentária e Intraorçamentária	3.027.263.689,28	2.517.759.370,12	2.341.720.388,32	2.333.168.372,95

Fonte: Sistema de Contabilidade Pública-CPCetel (GOVBR) – Exercício 2023.

3.1.5 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

O resultado orçamentário do período foi Deficitário em R\$ 117.093.413,68 e é obtido por meio da diferença entre a receita líquida arrecadada no período (R\$ 2.400.665.956,44) e a despesa empenhada (R\$ 2.517.759.370,12) no Balanço Orçamentário.



3.2. BALANÇO FINANCEIRO

Demonstrativo elaborado de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, Instruções de Procedimentos Contábeis - IPC 06 - Metodologia para Elaboração do Balanço Financeiro (versão Dezembro-2020) e Manual de Orientação da Prestação de Contas do Executivo Municipal - TCERO.

Segundo a Lei nº 4.320/1964, o Balanço Financeiro demonstra a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte. Assim, o Balanço Financeiro é um quadro com duas seções: Ingressos (Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extraorçamentários) e Dispêndios (Despesa Orçamentária e Pagamentos Extraorçamentários), que se equilibram com a inclusão do saldo em espécie do exercício anterior na coluna dos ingressos e o saldo em espécie para o exercício seguinte na coluna dos dispêndios.

O resultado financeiro do exercício corresponde à diferença entre o somatório dos ingressos orçamentários com os Extraorçamentários e dos dispêndios orçamentários e Extraorçamentários. Se os ingressos forem maiores que os dispêndios, ocorrerá um superávit; caso contrário, ocorrerá um déficit. Este resultado não deve ser entendido como superávit ou déficit financeiro do exercício, cuja apuração é obtida por meio do Balanço Patrimonial. O resultado financeiro do exercício pode ser também apurado pela diferença entre o saldo em espécie para o exercício seguinte e o saldo em espécie do exercício anterior.

3.2.1 CRITÉRIOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DO BALANÇO FINANCEIRO

3.2.1.1 RECEITA ORÇAMENTÁRIA LÍQUIDA

Para o grupo de Receita Orçamentária são consideradas as receitas orçamentárias arrecadadas pelo seu valor líquido: Receita Realizada (-) Deduções da receita orçamentária, conforme demonstrado na tabela 08.

Tabela 09 – Receita Orçamentária Líquida

Descrição	(Valores em R\$ 1,00)
Receita Bruta Arrecadada	2.594.364.228,80
(-) Dedução da Receita para formação do FUNDEB	169.308.800,68
(-) Dedução da Receita por Restituição	10.025.987,95
(-) Outras deduções	14.363.483,73
Total da Receita Orçamentária Balanço Financeiro (BF)	2.400.665.956,44

Fonte: Balanço Financeiro Consolidado – Exercício 2023

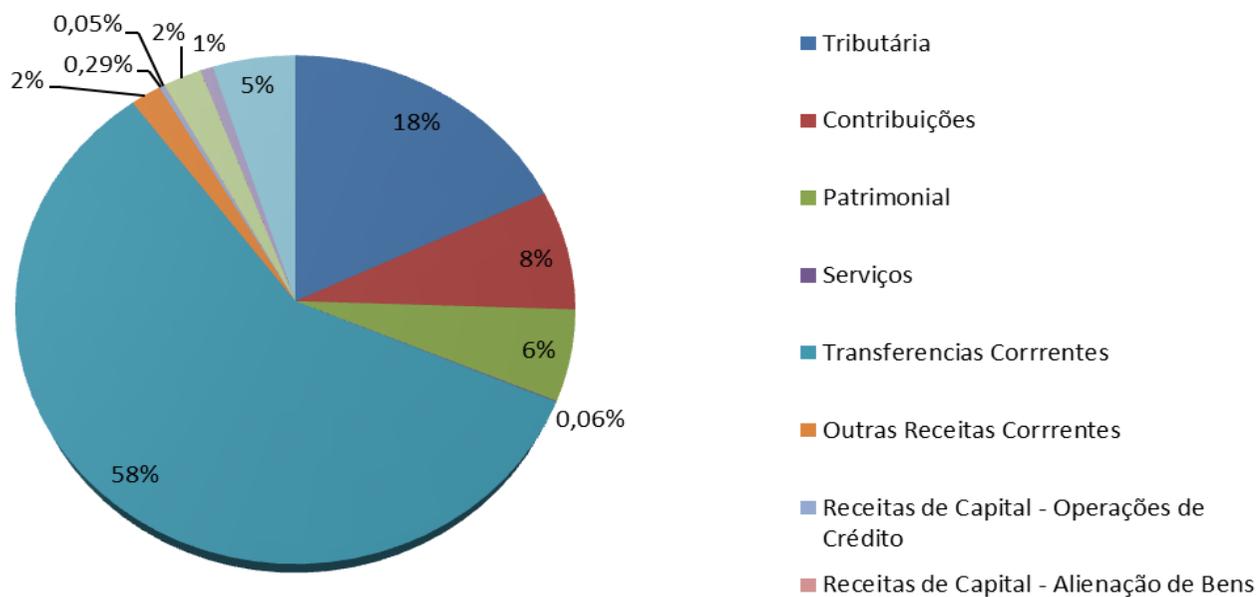


Tabela 10 – Composição das Receitas Líquidas

Receitas		(Valores em R\$ 1,00)	%
1	Tributária	465.288.405,78	19,38
2	Contribuições	196.753.655,94	8,20
3	Patrimonial	151.158.822,94	6,30
4	Serviços	1.602.492,58	0,07
5	Transferencias Correntes	1.515.321.858,30	63,12
6	Outras Receitas Correntes	47.811.719,52	1,99
7	Receitas de Capital - Operações de Crédito	7.502.911,94	0,31
8	Receitas de Capital - Alienação de Bens	1.386.710,00	0,06
9	Transferências de Capital	59.942.876,72	2,50
10	Outras Receitas Capital	19.731.768,11	0,82
11	Intraorçamentárias	127.863.006,97	5,33
12	(-) Deduções	-193.698.272,36	-8,07
Total da Receita		2.400.665.956,44	100,00

Fonte: Balanço Financeiro Consolidado – Exercício 2023

Gráfico 05 – Receitas Líquidas



Fonte: Balanço Financeiro Consolidado – Exercício 2023



3.2.1.2. DESPESA ORÇAMENTÁRIA LÍQUIDA

As despesas orçamentárias expostas no Balanço Financeiro estão evidenciadas pelo valor empenhado líquido, em obediência ao parágrafo único do art. 103 da Lei 4.320/1964, conforme apresentado na tabela 11.

Tabela 11 – Despesas Líquidas Empenhadas

Descrição	(Valores em R\$ 1,00)
Empenhado Bruto	2.882.362.848,83
(-) Anulação de Empenhos	-364.603.478,71
Total Empenhado Líquido no Balanço Financeiro (BF)	2.517.759.370,12

Fonte: Balanço Financeiro Consolidado – Exercício 2023

A composição das despesas líquidas é apresentada na tabela 12 abaixo, seguida da ilustração no gráfico 06.

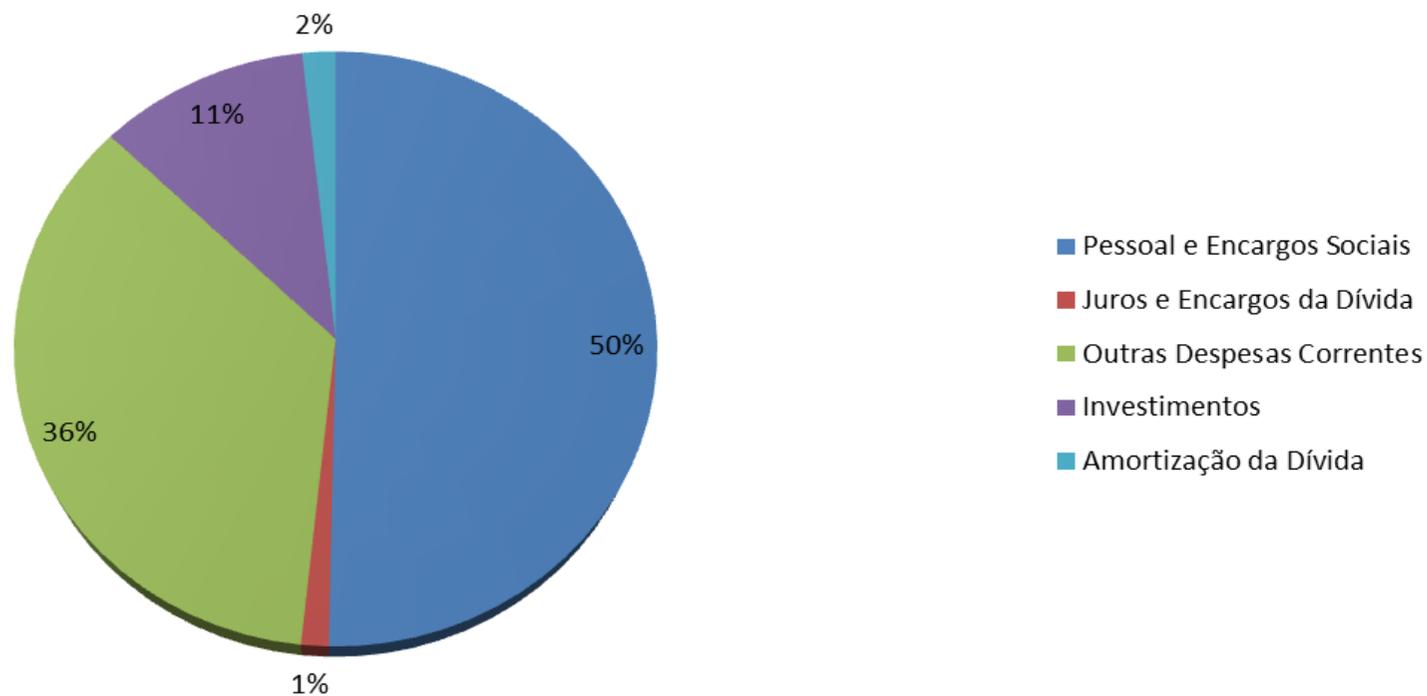
Tabela 12 – Composição das Despesas Líquidas

Despesas	(Valores em R\$ 1,00)	%
31 Pessoal e Encargos Sociais	1.267.177.885,21	50,33
32 Juros e Encargos da Dívida	33.600.839,74	1,33
33 Outras Despesas Correntes	897.023.947,43	35,63
44 Investimentos	276.487.538,52	10,98
46 Amortização da Dívida	43.469.159,22	1,73
Total da Despesa	2.517.759.370,12	100,00

Fonte: Balanço Financeiro Consolidado – Exercício 2023



Gráfico 06 – Despesas Líquidas



Fonte: Balanço Financeiro Consolidado – Exercício 2023

A contabilização das retenções ocorre por conta da realização da despesa orçamentária. Os valores das retenções são apropriados no momento da liquidação do empenho. Abaixo exemplo dos lançamentos realizados quando da liquidação da despesa com retenção, bem como seu pagamento.

Liquidação:

Débito - 6.2.2.1.3.01.00.00.00.00 - Crédito Empenhado a Liquidar

Crédito - 6.2.2.1.3.03.00.00.00.00 - Crédito Empenhado Liquidado a Pagar

Débito - 3.0.0.0.0.00.00.00.00.00 - Variação Patrimonial Diminutiva

Crédito - 2.1.3.0.0.00.00.00.00.00 - Passivo Circulante - Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Débito - 8.1.2.3.0.00.00.00.00.00 - Execução de Obrigações Contratuais



Débito - 8.2.1.1.2.00.00.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos Comprometida por Empenho

Crédito - 8.2.1.1.3.00.00.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos Comprometida por Liquidação e Entradas Compensatórias

Débito - 8.1.2.3.0.00.00.00.00 - Execução de Obrigações Contratuais

Crédito - 8.1.2.3.0.00.00.00.00 - Execução de Obrigações Contratuais

Retenção:

Débito - 6.2.2.1.3.03.00.00.00 - Crédito Empenhado Liquidado a Pagar

Crédito - 6.2.2.1.3.04.00.00.00 - Crédito Empenhado Liquidado Pago

Débito - 2.1.3.0.0.00.00.00.00 - Passivo Circulante - Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Crédito - 2.1.8.8.0.00.00.00.00 - Valores Restituíveis (Contas de retenção)

Débito - 8.2.1.1.3.00.00.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos Comprometida por Liquidação e Entradas Compensatórias

Crédito - 8.2.1.1.4.00.00.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos Utilizada

Débito - 7.2.1.1.1.00.00.00.00 - Disponibilidade de Recursos

Crédito - 8.2.1.1.3.00.00.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos Comprometida por Liquidação e Entradas Compensatórias

Pagamento da retenção:

Débito - 8.2.1.1.3.00.00.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos Comprometida por Liquidação e Entradas Compensatórias

Crédito - 8.2.1.1.4.00.00.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos Utilizada

Débito - 2.1.8.8.0.00.00.00.00 - Valores Restituíveis (Contas de retenção)

Crédito - 1.1.1.1.1.19.00.00.00 - Bancos Conta Movimento

Retenções efetuadas em exercícios anteriores que por algum motivo não foram baixadas ou foram baixadas incorretamente, são ajustadas conta a conta 2.3.7.1.1.03.00.00.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores, que pertence ao grupo 2.3 - Patrimônio Líquido, e impactam o Resultado Patrimonial, bem como movimentam o Balanço Financeiro sem transitarem por uma Variação Patrimonial. O Resultado apurado através da Demonstração das Variações Patrimoniais deve ser somando ao valor dos ajustes de exercícios anteriores para determinação do resultado do exercício.

3.2.1.3. TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS

O grupo de Transferências Financeiras Recebidas para Execução Orçamentária (4.5.1.1.2) e Concedidas (3.5.1.1.2) refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Município de Porto Velho, desconsiderando os Estornos.



Dentro do mesmo grupo de Transferências Financeiras é apresentada, inclusive, a movimentação de recursos financeiros entre as Unidades Gestoras do RPPS, onde é demonstrado o sub-repasse realizado entre os Fundos Financeiro, Capitalizado e Administrativo. O valor total de Transferências Recebidas é de R\$ 1.095.927.104,26, e Transferências Concedidas totalizam o mesmo montante, conforme apresentado na

Tabela 13 – Composição das Transferências Financeiras

NC4.5.1.1.2	Transferências Recebidas para Execução Orçamentária	NC 3.5.1.1.2	Transferências Concedidas para Execução Orçamentária
Repasse Recebido*	637.738.482,87	Repasse Concedido*	637.738.482,87
Sub Repasse Recebido entre Unidades do RPPS	39.781.516,04	Sub Repasse Recebido entre Unidades do RPPS	39.781.516,04
Devolução de Transferências Concedidas *	24.801.621,89	Devolução de Transferências Recebidas*	24.801.621,89
Recursos para cobertura de Insuficiência Financeira RPPS	9.195.892,14	Recursos para cobertura de Insuficiência Financeira RPPS	9.195.892,14
TOTAL	711.517.512,94	TOTAL	711.517.512,94

***Repasses Concedidos pela Prefeitura e Recebidos pelas Unidades Gestoras**

Repasse Concedido á SEMED	171.790.162,10
Repasse Concedido á CÂMARA	66.301.641,72
Repasse Concedido á SEMUSA	339.148.926,85
Repasse Concedido á FUNCULTURAL	10.006.599,16
Repasse Concedido á EMDUR	46.305.771,06
Repasse Concedido á FMDCA	-
Repasse Concedido á ADPVH	3.478.349,18
Repasse Concedido á ARSP	1.810.119,90
Total Repasse Concedido	637.728.482,87

*Devolução de Repasses Concedidos	24.783.621,89
Devolução de Repasse Concedido á SEMED, conforme Ofício n°087/2023/DEC referente a devolução de saldos fontes 1573 e 1709.	18.953.519,24
Devolução de Repasse Concedido á CÂMARA, conforme Processo n° 00600-51325/2023-87-e referente à devolução de saldo.	2.032,51
Devolução de Repasse entre Unidades do RPPS: O valor de R\$ 5.828.070,14 se refere a devolução do saldo remanescente apurado no final do exercício da conta Programa de certificação institucional e modernização do RPPS – Pró gestão, conforme o art.31 parágrafo 4º da L.C 404, de 27 de dezembro de 2010.	5.828.070,14

Fonte: Balanço Financeiro Consolidado – Exercício 2023



3.2.1.4. RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS

No grupo de recebimentos extraorçamentários são evidenciados os ingressos não previstos no orçamento, que serão restituídos em época própria, por decisão administrativa ou sentença judicial. Da mesma forma, também está inclusa, a inscrição de restos a pagar, com o objetivo de compensar o valor da despesa orçamentária imputada como realizada, mas que não foi paga no exercício, conforme determina o parágrafo único do art. 103 da Lei nº 4.320/1964.

3.2.3.5. PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS

No grupo de pagamentos extraorçamentários são evidenciados os pagamentos que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária, são obrigações financeiras provenientes de exercícios anteriores que representaram ingressos extraorçamentários, bem como os restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e pagos no exercício.

Tabela 14 – Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários

RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (III)	3.767.997.901,18	PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (VIII)	3.681.789.745,66
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	176.038.981,80	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	117.189.445,52
Inscrição de Restos a Pagar Processados	8.552.015,37	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	4.743.123,74
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.292.912.456,87	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.291.519.790,44
Outros Recebimentos Extra orçamentários	2.290.494.447,14	Outros Pagamentos Extra orçamentários	2.268.337.385,96

Fonte: Balanço Financeiro Consolidado – Exercício 2023

No exercício de 2023, conforme demonstra a Tabela 14, os recebimentos e pagamentos extra orçamentários totalizaram respectivamente, R\$ 3.767.997.901,18 e R\$ 3.681.789.745,66.



3.2.3.6. RESTOS A PAGAR

A inscrição de Restos a Pagar Não Processados do exercício 2023 apresentado no Balanço Financeiro do Município corresponde a R\$ 176.038.981,80. O valor da inscrição de Restos a Pagar Não Processados Processados é apurado e evidenciado no Balanço Orçamentário pela diferença entre a Despesa Empenhada (R\$ 2.517.759.370,12) e a Despesa Liquidada (R\$ 2.341.720.388,32) totaliza exatamente uma diferença de R\$ 176.038.981,80.

Já inscrição dos Restos a Pagar Processados apresentado no Balanço Financeiro do Município equivale a R\$ 8.552.015,37. O valor da inscrição de Restos a Pagar Processados é apurado e evidenciado no Balanço Orçamentário pela diferença entre a Despesa Liquidada (R\$ 2.341.720.388,32) e a Paga (R\$ 2.333.168.372,95) totaliza exatamente uma diferença de R\$ 8.552.015,37, conforme evidenciado na Tabela 15 a seguir:

Tabela 15 – Apuração dos Restos a Pagar

Descrição	(Valores em R\$ 1,00)
Despesa Liquidada (Balanço Orçamentário)	2.341.720.388,32
(-) Despesa Paga (Balanço Orçamentário)	2.333.168.372,95
= Inscrição de Restos a Pagar Processados	8.552.015,37
Despesa Empenhada (Balanço Orçamentário)	2.517.759.370,12
(-) Despesa Liquidada (Balanço Orçamentário)	2.341.720.388,32
= Inscrição de Restos a Pagar não Processados	176.038.981,80

Fonte: Balanço Financeiro Consolidado – Exercício 2023

3.2.1.7. RESULTADO FINANCEIRO

A tabela 16 demonstra a conciliação do resultado orçamentário e financeiro em 2023, sabendo que o resultado orçamentário do período foi deficitário em R\$ 117.093.413,68, o qual é obtido por meio da diferença entre a receita líquida arrecadada no período (R\$ 2.400.665.956,44) e a despesa empenhada (R\$2.517.759.370,12) no Balanço Orçamentário.



Tabela 16 – Resultado Financeiro

Conciliação do Resultado Orçamentário com o Resultado Financeiro 2023	(Valores em R\$ 1,00)
1- Resultado Orçamentário	-117.093.413,68
2- Restos a Pagar Inscrito no período (Despesas empenhadas e não pagas no exercício)	184.590.997,17
3 - Restos a pagar pagos no período (Despesas de anos anteriores pagas no exercício)	-121.932.569,26
4- Saldos das Transações Extras orçamentárias (Depósitos restituíveis do passivo)	1.392.666,43
5-Saldo de Outros Pagamentos e Recebimentos Extras orçamentários	22.157.061,18
6- Saldos das Transferências Recebidas e Concedidas	-
(=) Resultado Financeiro do Período (1+2+3+4+5+6)	-30.885.258,16

Fonte: Balanço Financeiro Consolidado – Exercício 2023

O resultado financeiro evidenciado no Balanço Financeiro do exercício foi de - R\$30.885.258,16 e corresponde à variação das disponibilidades no final do ano (R\$ 1.525.365.361,05) e no início do ano (R\$ 1.556.250.619,21).

3.3. BALANÇO PATRIMONIAL

Demonstrativo elaborado de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP, conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, parte V – Demonstrações Contábeis aplicadas ao Setor Público e conforme Instruções de Procedimentos Contábeis – IPC 04 – Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial e Manual de Orientação da Prestação de Contas do Executivo Municipal – TCERO.

3.3.1. O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

3.3.2. Foi elaborado com a utilização da classe 1 (Ativo) e da classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do PCASP, bem como das contas que representam passivos financeiros. Os ativos e passivos financeiros e permanentes e o saldo patrimonial são apresentados pelos seus valores totais.



3.3.1. ATIVO CIRCULANTE

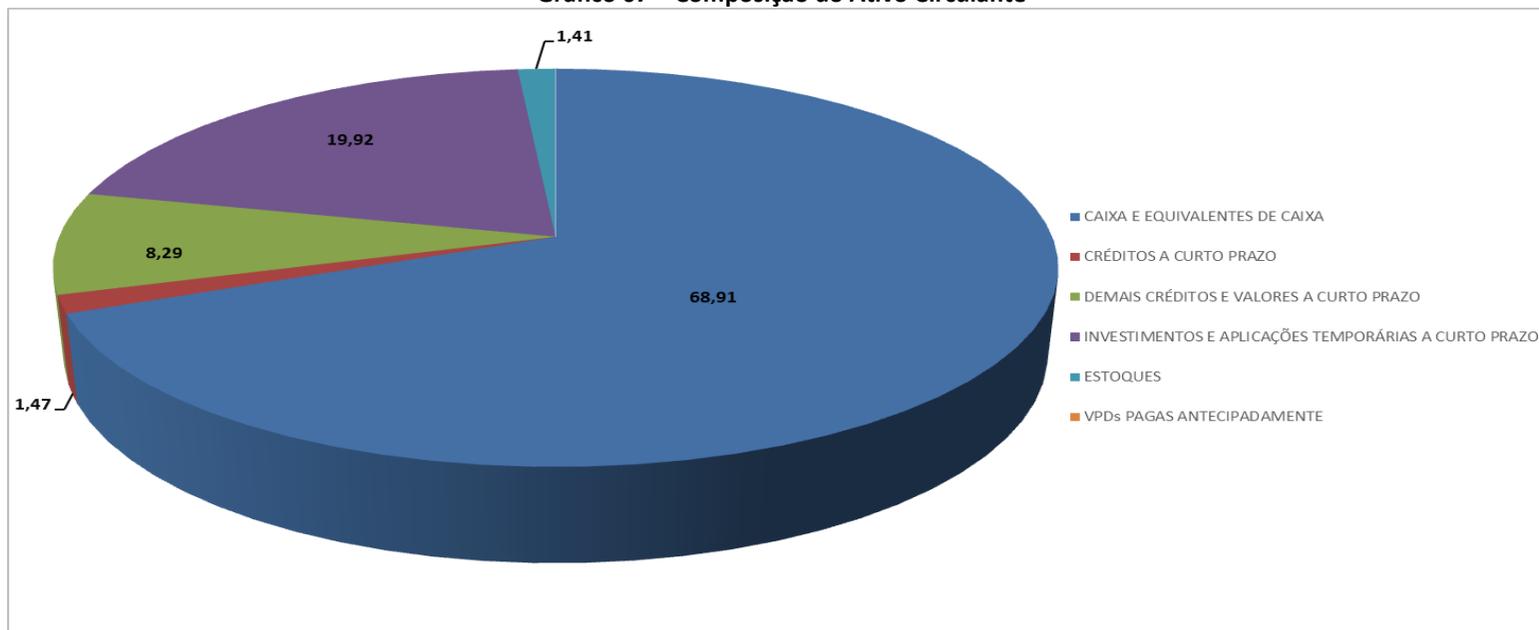
O Ativo Circulante compreende o disponível para a realização imediata, e os direitos realizáveis até o término do exercício seguinte, apresentando a composição demonstrada no quadro a seguir.

Tabela 17 – Composição do Ativo Circulante

ATIVO CIRCULANTE	2023	%	2022	%
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.183.319.067,23	68,91	1.535.949.874,39	86,48
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	25.206.984,90	1,47	25.218.316,80	1,42
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	142.431.113,57	8,29	169.663.716,95	9,55
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	342.046.293,82	19,92	20.300.744,82	1,14
ESTOQUES	24.167.648,62	1,41	24.908.951,96	1,40
VPDs PAGAS ANTECIPADAMENTE	76.196,98	0,00	-	0,00
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	1.717.247.305,12	100,00	1.776.041.604,92	100,00

Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado – Exercício 2023 e 2022

Gráfico 07 – Composição do Ativo Circulante



Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado – Exercício 2023



Caixa e equivalentes de caixa incluem o numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis, bem como seus equivalentes, além das aplicações financeiras de liquidez imediata, ou seja, de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses e não há restrições para o seu uso imediato.

Na composição do Ativo Circulante apresentado na tabela acima, pode-se observar que a maior parte dele em 2023 está concentrado nas contas de Caixa e Equivalente de Caixa e nos Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo, sendo 68,91% e 19,92% respectivamente.

Caixa e Equivalentes de Caixa alcançou o valor de R\$ 1.183.319.067,23 no exercício atual, enquanto totalizou R\$ 1.535.949.874,39 no exercício anterior. Na comparação de um ano para outro, constatou-se uma diferença negativa de R\$ 352.630.807,16, bem como houve um aumento de R\$ 321.745.549,00 com relação ao ano anterior na conta de Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo.

Essa diminuição na conta de Caixa e Equivalentes de Caixa acompanhada do aumento da conta de Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo se deve, principalmente, ao fato de reclassificação contábil da conta 111115301030000 XP – Investiment CA que estava classificada no nível 1111153 – Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata – RPPS – Fundo em Capitalização e passou para a classificação demonstrada abaixo, sendo que o valor reclassificado foi na ordem de R\$ 302.649.500,48.

11400000000000 – INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO

11440000000000 – INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS DE CURTO PRAZO – RPPS

11441000000000 – INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS DE CURTO PRAZO DO RPPS – CONSOLIDAÇÃO

11441010000000 – APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA - RPPS - PLANO EM CAPITALIZAÇÃO

114410103000000 – FUNDOS DE INVESTIMENTO EM ÍNDICE DE MERCADO DE RENDA FIXA

114410103010000 – XP INVESTIMENTO CA

3.3.4. PASSIVO CIRCULANTE

O Passivo Circulante é composto pelo agrupamento dos compromissos exigíveis em até 12 meses da data das demonstrações contábeis, apresentando a composição demonstrada no quadro a seguir.

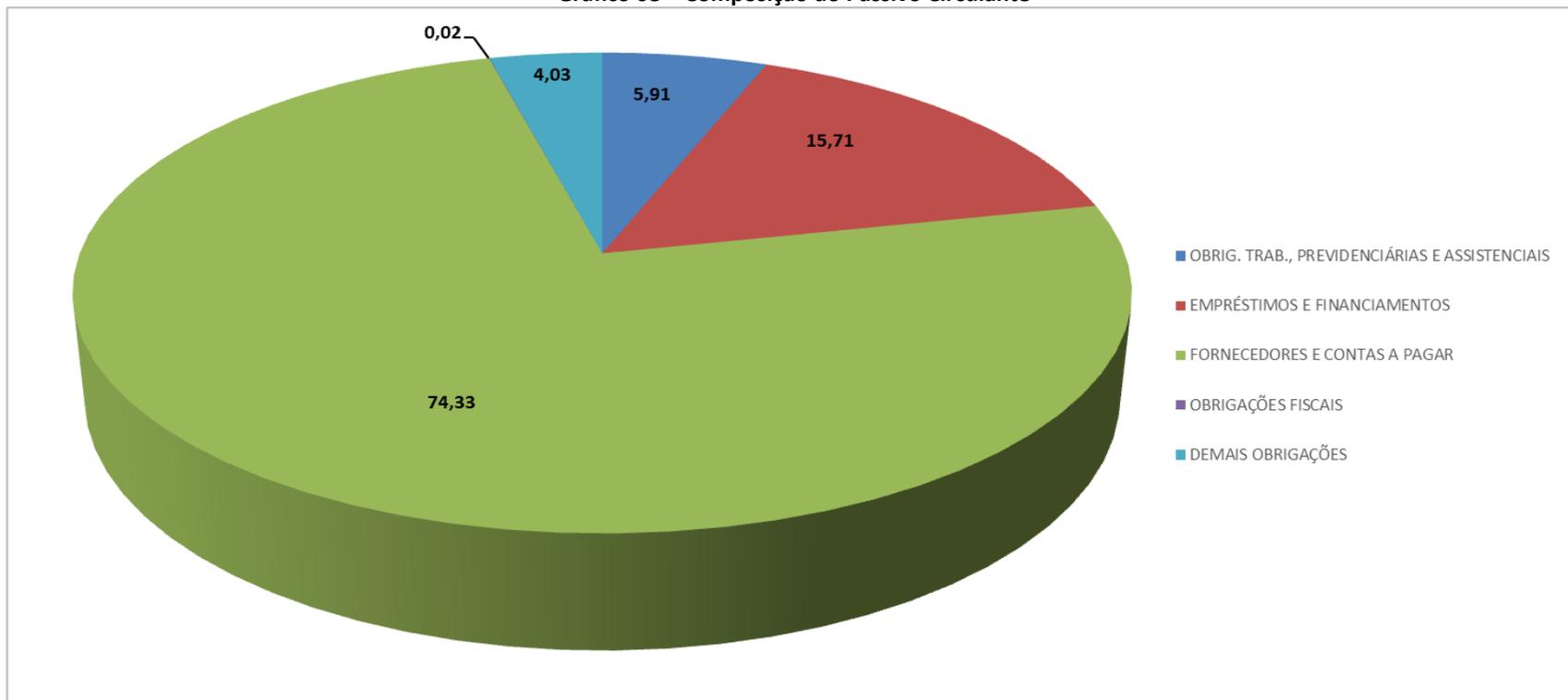


Tabela 18 – Composição do Passivo Circulante

PASSIVO CIRCULANTE	2023	%	2022	%
OBRIG. TRAB., PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS	9.438.714,45	5,91	12.030.629,46	8,82
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	25.094.346,62	15,71	16.961.425,20	12,43
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR	118.720.263,37	74,33	102.359.808,18	75,03
OBRIGAÇÕES FISCAIS	33.988,74	0,02	32.099,06	0,02
DEMAIS OBRIGAÇÕES	6.433.115,74	4,03	5.049.406,23	3,70
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE	159.720.428,92	100,00	136.433.368,13	100,00

Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado – Exercício 2023

Gráfico 08 – Composição do Passivo Circulante



Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado – Exercício 2023



3.3.3. ATIVO NÃO CIRCULANTE

Ativo Não Circulante compreende os ativos que têm a expectativa de realização após os 12 meses seguintes à data da publicação das demonstrações contábeis, sendo composto por Ativo Realizável a Longo Prazo, Investimentos e Imobilizado.

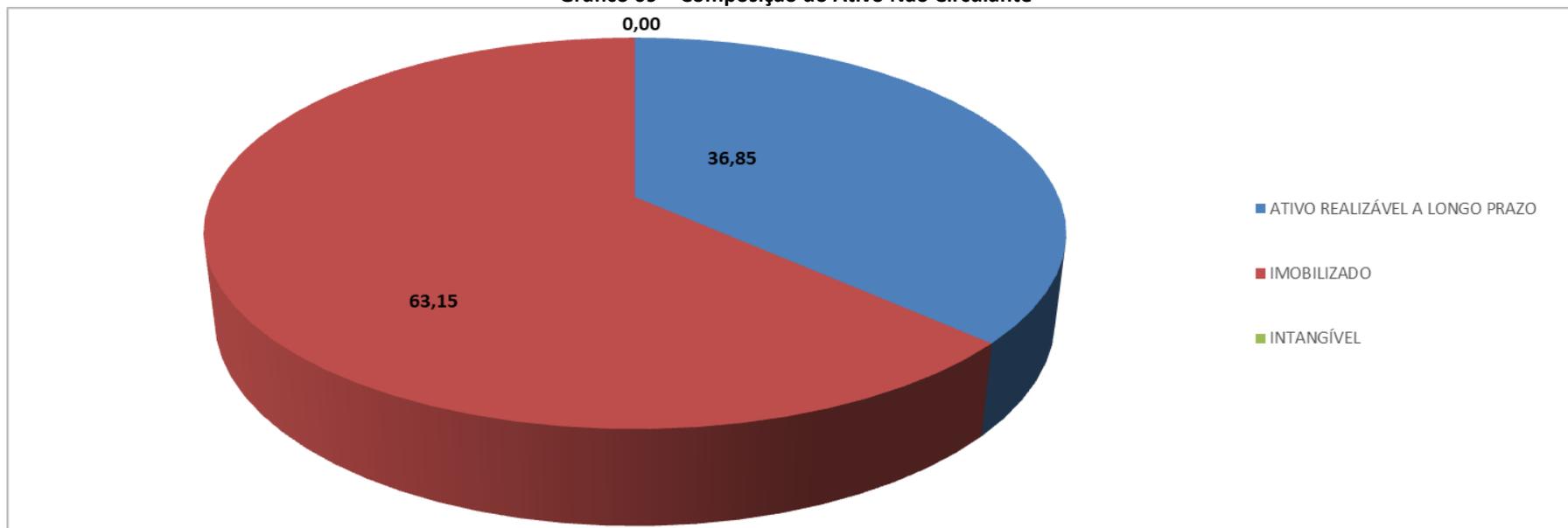
Conforme apresentado abaixo na Tabela 22 e ilustrado no Gráfico 09, a maior parte do Ativo não circulante compreende o Imobilizado, com o valor na ordem de R\$ 599.880.563,38 (62,39%), seguido do ativo realizável a longo prazo no valor de R\$ 361.608.762,28 (37,61%).

Tabela – Composição do Ativo Circulante

ATIVO NÃO CIRCULANTE	2022	%	2021	%
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	361.608.762,28	37,61	105.080.648,94	17,09
IMOBILIZADO	599.880.563,38	62,39	509.765.308,02	82,91
INTANGÍVEL	145,20	0,00	331,89	0,00
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE	961.489.470,86	100,00	614.846.288,85	100,00

Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado – Exercício 2023 e 2022

Gráfico 09 – Composição do Ativo Não Circulante



Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado – Exercício 2023



O Intangível apresenta um valor tão irrisório em relação ao valor total do Ativo Não Circulante, que na tabela e no gráfico esta conta aparece com percentual “0,00”.

3.3.3.1. DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA

Em 2023, o saldo da Dívida Ativa Tributária, que é composto pelos créditos tributários a receber com prazo de pagamento vencido, totalizou R\$ 650.108.197,44, sendo R\$ 622.773.376,44 em Longo Prazo e R\$ 27.334.821,00, em Curto Prazo, antes do ajuste de perdas, cuja metodologia utilizada para o cálculo da conta Ajuste de Perdas de Dívida Ativa Tributária está detalhada em nota explicativa adiante. O registro no Curto Prazo representa o valor que se espera receber nos próximos doze meses e tem por base o valor orçado para 2024 na Lei Orçamentária Anual - LOA. A composição do saldo da Dívida Ativa Tributária é apresentada a seguir:

Tabela 20 – Saldo Dívida Ativa Tributária

Dívida Ativa Tributária	2023			2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Dívida antes do Ajuste de Perdas	27.334.821,00	622.773.376,44	650.108.197,44	27.990.372,00	600.727.371,26	628.717.743,26
(-) Ajuste de Perdas da D.A.	-2.733.482,10	-426.786.594,87	-429.520.076,97	-2.799.037,20	-470.079.127,46	-472.878.164,66
Dívida após o Ajuste de Perdas	24.601.338,90	195.986.781,57	220.588.120,47	25.191.334,80	130.648.243,80	155.839.578,60

Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado – Exercício 2023

3.3.3.1.1. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA NO EXERCÍCIO DE 2023

No exercício de 2023 foi inscrito o valor total de R\$ 92.450.429,40 em dívida ativa.



Quadro 02 - Créditos tributários inscritos em dívida ativa no exercício de 2023

Descrição	Principal	Multas	Juros	Correção	Total
Imposto Predial	14.716.520,17	313.390,91	897.426,18	952.775,98	16.880.113,24
Imposto Territorial	20.719.331,27	441.220,89	1.260.780,48	1.341.415,17	23.762.747,81
TRSD	19.019.928,65	4.050.230,96	1.160.115,57	1.231.355,08	25.461.630,26
TX Alvará de Licença de Funcionam.	5.987.353,02	37.012,90	322.759,28	387.638,95	6.734.764,15
TX de Uso de Bem Público	232.160,75	4.944,35	12.751,68	15.030,52	264.887,30
ISSQN Mensal	5.238.165,15	1.034.313,63	148.261,24	339.128,30	6.759.868,32
ISS/RETIDO	1.511.102,05	287.677,41	35.784,72	97.831,24	1.932.395,42
ISS Estimativa Fixa	169.783,90	3.617,90	10.352,06	10.992,10	194.745,96
ISS/SOCIEDADE DE PROFISSIONAIS	309.778,04	6.596,50	18.703,49	20.055,56	355.133,59
ISS/TAXI/CONDUTOR/PRINCIPAL	95.237,06	20.280,58	6.700,81	6.165,81	128.384,26
Multa - Não Adesão a NFSE	61.637,76	13.125,66	5.177,28	3.990,53	83.931,23
Autos de Infração/Multas Ambientais	533.388,40	149.864,49	270,09	363.966,26	1.047.489,24
Autos de Infração/Posturas	297.666,47	68.870,28	7.330,34	146.662,68	520.529,77
Autos de Infração/SEMTRAN	304.674,94	74.347,77	7.580,18	204.404,56	591.007,45
Autos de Infração/SEMUR	250.153,11	42.685,18	5.856,09	86.564,54	385.258,92
Autos de Infração/SEMFAZ	2.185.029,62	751.544,63	36.532,44	1.348.505,81	4.321.612,50
Foros - DÍVIDA NÃO TRIBUTÁRIA	2.886,77	61,48	53,70	186,92	3.188,87
COSIP	2.659.468,78	56.683,13	134.410,70	172.178,50	3.022.741,11
Total da Inscrição	74.294.265,91	7.356.468,65	4.070.846,33	6.728.848,51	92.450.429,40

Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado – Exercício 2023

3.3.3.1.2. EVOLUÇÃO DA DÍVIDA ATIVA - INSCRIÇÕES E BAIXAS – EXERCÍCIOS 2021, 2022 E 2023.

A evolução do saldo do estoque da dívida ativa tributária nos últimos quatro anos é apresentada a seguir.



Quadro 03 – Inscrições e Baixas de Dívida Ativa Tributária – Exercícios 2021, 2022 e 2023.

Dívida Ativa 2021		Dívida Ativa 2022		Dívida Ativa 2023	
Saldo Anterior (a)	566.623.953,53	Saldo Anterior (a)	596.297.033,64	Saldo Anterior (a)	628.747.723,26
Inscrições		Inscrições		Inscrições	
IPTU	40.915.281,77	IPTU	35.635.420,80	IPTU	40.642.861,05
ISS	11.066.242,18	ISS	10.046.275,74	ISS	9.370.527,55
TRSD	11.328.322,25	TRSD	17.148.447,79	TRSD	25.461.630,26
Licença para Funcionamento Regular	2.318.532,68	Licença para Funcionamento Regular	9.017.794,19	Licença para Funcionamento Regular	6.999.651,45
Multas por Autos de Infração	574.466,41	Multas por Autos de Infração	1.521.193,86	Multas por Autos de Infração	6.865.897,88
Multa - Não adesão NF-e	95.968,84	Multa - Não adesão NF-e	170.784,10	Multa - Não adesão NF-e	83.931,23
COSIP	2.202.011,98	COSIP	2.504.648,40	COSIP	3.022.741,11
Foros	17.976,81	Foros	116,40	Foros	3.188,87
Total das Inscrições (b)	68.518.802,92	Total das Inscrições (b)	76.044.681,28	Total das Inscrições (b)	92.450.429,40
Baixas		Baixas		Baixas	
IPTU	12.148.988,54	IPTU	13.045.486,18	IPTU	11.614.347,98
ISS	3.155.281,76	ISS	3.659.833,98	ISS	4.685.327,09
Taxas Prestação serviços - TRSD	3.168.038,15	Taxas Prestação serviços - TRSD	3.618.689,28	Taxas Prestação serviços - TRSD	6.779.115,31
Taxas de Inspeção/Fiscaliz.	2.004.655,65	Taxas de Inspeção/Fiscaliz.	2.859.060,30	Taxas de Inspeção/Fiscaliz.	6.714.382,71
Multas por Autos de Infração	-	Multas por Autos de Infração	-	Multas por Autos de Infração	536.248,09
Multas Prev. Em Leg. Espec - DIV. ATIVA	-	Multas Prev. Em Leg. Espec - DIV. ATIVA	-	Multas Prev. Em Leg. Espec - DIV. ATIVA	454.610,87
COSIP	-	COSIP	-	COSIP	409.144,10
Foros - DÍVIDA NÃO TRIBUTÁRIA	46.971,55	Foros - DÍVIDA NÃO TRIBUTÁRIA	31.019,62	Foros - DÍVIDA NÃO TRIBUTÁRIA	171.997,98
Total Por Recebimento	20.523.935,65	Total Por Recebimento	23.214.089,36	Total Por Recebimento	31.365.174,13
Por cancelamento	18.321.787,16	Por cancelamento	20.379.902,30	Por cancelamento	39.051.841,09
Total das Baixas (c)	38.845.722,81	Total das Baixas (c)	43.593.991,66	Total das Baixas (c)	70.417.015,22
Saldo Atual (d) = (a)+ (b) - (c)	596.297.033,64	Saldo Atual (d) = (a)+ (b) - (c)	628.747.723,26	Saldo Atual (d) = (a)+ (b) - (c)	650.781.137,44

3.3.3.1.3. COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA

De acordo com o Relatório de Dívida Ativa do Município, expedido pela Subprocuradoria da Dívida Ativa/SPDA da Procuradoria Geral do Município/PGM, o trabalho desenvolvido com relação à recuperação judicial de créditos tributários possibilitou com que o Município seja autor de 14.344 processos executivos fiscais em trâmite no Juízo da 2ª Vara de execuções Fiscais e Registros Públicos, sendo desse quantitativo, 1.912 ações protocoladas em 2023. Quanto à



cobrança administrativa, foram realizados 16.297 parcelamentos em 2023 no valor total de R\$ 53.391.453,42. E ainda, no ano de 2023, a SPDA enviou aos Tabelionatos de Protestos, o montante de 2.135 títulos executivos extrajudiciais. A arrecadação total da Dívida Ativa em 2023 foi de R\$ 31.365.174,13.

A íntegra com as informações sobre a dívida ativa tributária e não tributária está contida no Relatório de Dívida Ativa do Município de Porto Velho, acostado ao Demonstrativo de Desempenho da Arrecadação, que é parte integrante do Balanço Geral do Município.

3.3.3.1.4. CANCELAMENTOS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA

Os valores cancelados no exercício de 2023, que totalizam R\$ 39.051.841,09, se referem ao cancelamento da Dívida Ativa a título de baixas por prescrição, isenções/imunidade e cumprimento de determinação judicial, reconhecidos através do processo administrativo 00600-00002343/2024-16-e, sendo baixados créditos de ITU, IPTU, TRSD, ISS, Alvará de Funcionamento e Demais Taxas, COSIP, Auto de Infração e Foros. A contabilização do cancelamento da Dívida Ativa está contida no processo 06.02262-02/2021.

3.3.3.1.5. AJUSTE DE PERDAS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA

A 9ª edição do MCASP, aprovada pela Portaria STN nº 1.131, de 04 de novembro de 2021, não especifica uma metodologia para o cálculo do ajuste para perdas, cabendo a cada ente a escolha da metodologia que melhor retrate a expectativa de recebimento dos créditos inscritos. Conforme regem as normas contábeis, torna-se necessário o reconhecimento dos riscos, os quais são registrados em contas de ajustes de perdas.

A metodologia utilizada nessas demonstrações é a Média Percentual de Recebimentos Passados. A média percentual de recebimentos passados utiliza a média ponderada dos recebimentos com relação aos montantes inscritos dos três últimos exercícios. Do estoque total da dívida ativa a curto e longo prazo, que totaliza R\$ 650.781.137,44, apenas uma parte tem efetiva possibilidade de cobrança (31,47% a LP e 90% a CP), considerando a média de recebimentos passados.

Dessa forma, no ano de 2023 foi considerado o valor de ajustes de perdas de R\$ 426.786.594,87 de Dívida Ativa Tributária e R\$ 67.294,00 de Dívida Ativa Não Tributária, totalizando R\$ 429.587.370,97, que representa 68,53% dos valores a receber a Longo Prazo e 10% dos valores a receber a Curto Prazo, sendo que estes percentuais são a diferença entre o saldo da dívida ativa e a média percentual de recebimentos dos últimos três exercícios, que foi de 31,47% das inscrições em dívida ativa. A íntegra da memória de cálculo do ajuste de perdas da dívida ativa está contida no processo 06.02262-02/2021.

3.3.3.2. DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA

Em 2023, a Dívida Ativa Não Tributária a Curto Prazo do Município apresenta um saldo contábil de R\$ 672.940,00, referente ao crédito inscrito a título de FOROS, COSIP, Autos de Infração e Multas Aplicadas. O registro no Curto Prazo representa o valor que se espera receber nos próximos doze meses e tem por



base o valor orçado para 2024. O ajuste para as perdas prováveis da dívida ativa não tributária segue a mesma metodologia da dívida ativa tributária, estimando-se uma perda de 10%.

Tabela 21 – Saldo Dívida Ativa Não Tributária

Dívida Ativa Não Tributária	2023			2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Dívida antes do Ajuste de Perdas	672.940,00	-	672.940,00	29.980,00	-	29.980,00
(-) Ajuste de Perdas da D.A.	-67.294,00	-	-67.294,00	-2.998,00	-	-2.998,00
Dívida após o Ajuste de Perdas	605.646,00	-	605.646,00	26.982,00	-	26.982,00

Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado – Exercício 2023

3.3.4. IMOBILIZADO

O Imobilizado Consolidado do Município de Porto Velho alcançou o montante de **R\$ 599.880.563,38** (quinhentos e noventa e nove milhões oitocentos e oitenta mil quinhentos e sessenta e três reais e trinta e oito centavos) no final do exercício de 2022, representando um crescimento de 17,68% em relação ao final do exercício de 2021 e está segregado em dois grupos: **(I) Bens Móveis;** e **(II) Bens Imóveis.** A composição é apresentada na tabela a seguir:

Tabela 22 - imobilizado

	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
Bens Móveis (I)	326.421.049,71	303.363.071,69	7,60%	47,66%
(+) Valor Bruto Contábil	479.760.755,46	417.913.411,04	14,80%	70,04%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada	153.339.705,75	114.550.339,35	33,86%	22,39%
Bens Imóveis (II)	358.520.839,86	296.517.491,69	20,91%	52,34%
(+) Valor Bruto Contábil	360.843.798,52	297.782.963,71	21,18%	52,68%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada	2.322.958,66	1.265.472,02	83,56%	0,34%
Total Líquido (III = I + II)	684.941.889,57	599.880.563,38		100%

Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado 2023

3.3.4.1. BENS MÓVEIS (I)

Conforme tabela 26, no final do exercício de 2023, o valor líquido contábil dos bens móveis foi de **R\$ 326.421.049,71** (trezentos e vinte e seis milhões quatrocentos e vinte um mil, quarenta e nove reais e setenta e um centavos) sendo que esse valor representa o anexo TC 15 – Saldo Físico-Financeiro de



Bens Móveis que é resultado do valor bruto de “bens móveis-consolidação” de R\$ 479.760.755,46 (nível 1.2.3.1.0.00.00.00.00) deduzido do valor da depreciação acumulada de bens móveis de R\$ 153.339.705,75 (nível 1.2.3.8.1.01.00.00.00).

3.3.4.2. BENS IMÓVEIS (II)

Em 31/12/2023, o valor líquido contábil dos bens imóveis do Município totaliza **R\$ 358.520.839,86** (trezentos e cinquenta e oito milhões, quinhentos e vinte mil, oitocentos e trinta e nove reais e oitenta e seis centavos) sendo que esse valor representa o anexo TC 16 – Saldo Físico-Financeiro de Bens Imóveis que é resultado do valor bruto de “bens Imóveis-consolidação” de R\$ 360.843.798,52 (nível 1.2.3.2.0.00.00.00.00) deduzido do valor da depreciação acumulada de bens móveis de R\$ 2.322.958,66 (nível 1.2.3.8.2.01.00.00.00).

3.3.5. DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO, EXAUSTÃO, REAVLIAÇÃO E REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública direta Municipal, suas autarquias e fundações têm como base legal a Lei nº 13.943/2015 que dispõe sobre gestão patrimonial dos bens móveis e da Instrução Normativa 05 de 2015 que institui os procedimentos de depreciação e reavaliação de bens móveis bem com a inserção das taxas de depreciação e registro dos lançamentos padronizados. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, na IN05/2015, disponível no sítio da Secretaria Municipal de Fazenda.

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado ou do intangível, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo desses encargos, aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional, é o das quotas constantes, exceto para os bens imóveis. Como regra geral, a depreciação deve ser iniciada a partir da data da colocação do bem em utilização com a incorporação no Sistema PP/CETIL.

3.3.6. PASSIVO NÃO CIRCULANTE

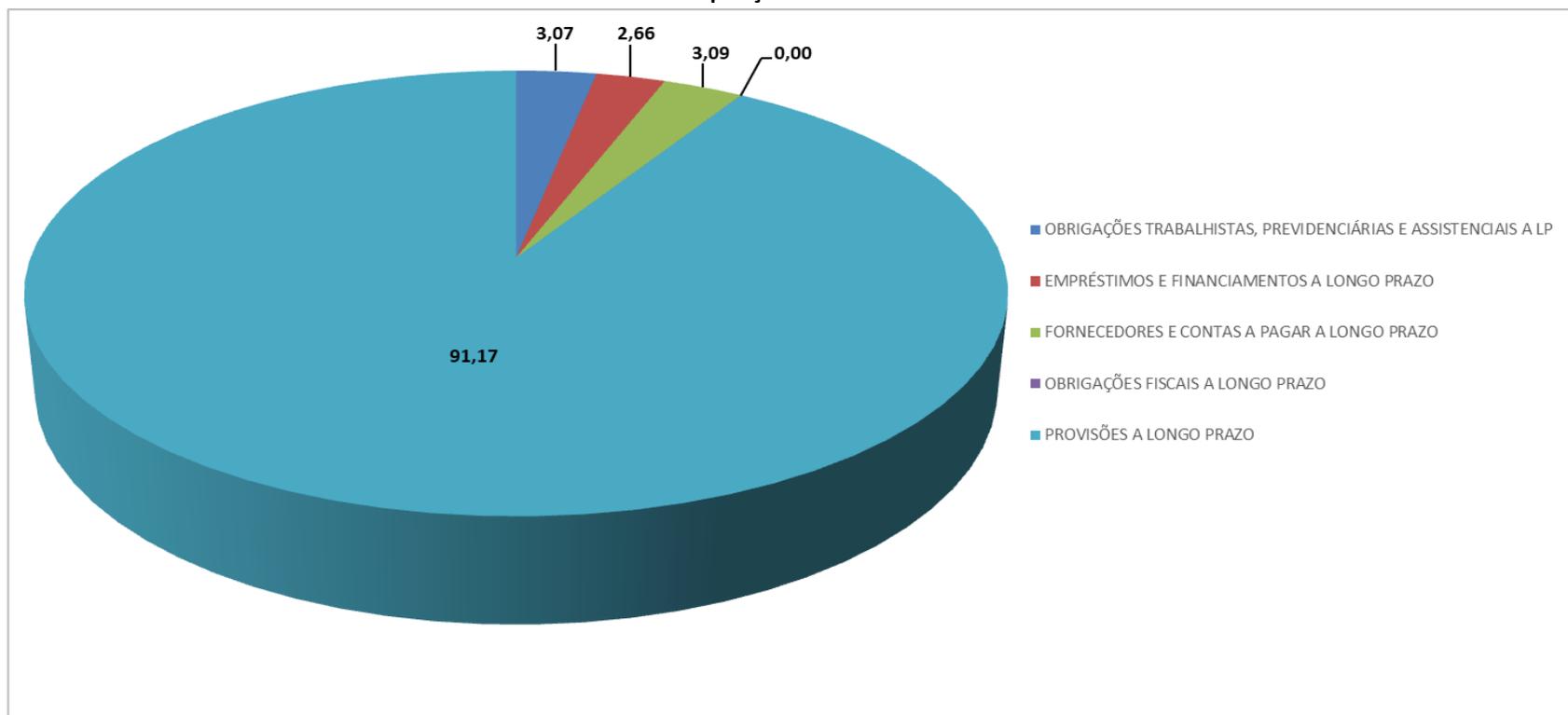
O Passivo não Circulante compreende os passivos exigíveis após 12 meses da data das demonstrações contábeis. É composto pelas obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante. Abaixo a composição do Passivo não Circulante.



Tabela 23 – Passivo Não Circulante

PASSIVO NÃO CIRCULANTE	2023	%	2022	%
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A LP	165.552.675,24	3,07	181.090.829,98	12,37
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	143.235.624,72	2,66	168.732.600,52	11,53
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	166.575.786,22	3,09	253.977.580,43	17,35
OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	261.378,02	0,00	294.989,02	0,02
PROVISÕES A LONGO PRAZO	4.910.170.692,59	91,17	859.808.361,25	58,73
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	5.385.796.156,79	100,00	1.463.904.361,20	100,00

Gráfico 09 – Composição do Passivo Não Circulante



Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado – Exercício 2023



O Passivo não Circulante tem como item mais representativo as Provisões a Longo Prazo, tanto no exercício de 2022 quanto no exercício de 2023, como pode ser observado no quadro acima, e apresenta um valor total no exercício de 2023 na ordem de R\$ 4.910.170.692,59, representando 91,17% do total do passivo não circulante.

Observa-se que houve um aumento substancial no valor das provisões a longo prazo, sendo que as razões para este aumento estão explicitadas na nota 3.3.6.1. Provisões a Longo Prazo.

3.3.6.1. PROVISÕES A LONGO PRAZO

As Provisões Matemáticas Previdenciárias representam o total estimado dos recursos necessários ao pagamento das obrigações futuras relativas aos benefícios previdenciários, que serão pagos pelo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) aos segurados ao longo do período de 75 anos e a forma como serão custeados. Os valores são calculados atuarialmente, em geral uma vez ao ano, em valor presente.

O art. 26, § 3º, da Portaria MTP 1.467/2022 estabelece que para a contabilização das provisões matemáticas deva ser adotado método de financiamento (atuarial) alinhado às normas de contabilidade aplicáveis ao setor público, e no caso de utilização de outro método para a avaliação atuarial, seus resultados deverão ser apresentados em notas explicativas. A 9ª edição do MCASP, aplicável a partir de 2022, estabelece, na Parte III, Capítulo 4, normas para a contabilização dos RPPS, determinando que o método de financiamento a ser usado para a contabilização das provisões matemáticas é o Crédito Unitário Projetado (PUC). A avaliação atuarial foi elaborada usando-se o método Agregado e as provisões matemáticas estão calculadas pelo método PUC.

Em 2023, para que a evidenciação do passivo atuarial fosse representada no saldo final da conta contábil 2.2.7.2.0.00.00.00 - Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo, foram contempladas as alterações trazidas na 10ª edição do MCASP, aplicável a partir de 2024, que atende a necessidade de registro da obrigação atuarial patrimonial para o ente instituidor do regime de benefício definido, conforme valores apresentados no relatório de avaliação atuarial. Dessa forma foi registrada no Município de Porto Velho, a Obrigação Atual de Cobertura de Insuficiência Financeira do Fundo em Repartição, ou seja, o resultado atuarial passou a causar impacto no patrimônio do Município de Porto Velho, tendo em vista este registro. Dessa forma a conta Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo apresentou um aumento de 471,08% quando comparado ao ano anterior, concluindo o exercício com o valor de R\$ 4.910.170.692,59.

O montante de R\$ 6.589.327.759,51 representa o valor provisionado a ser pago, sendo R\$ 2.264.641.230,49 de benefícios concedidos e R\$ 4.324.686.529,02 de benefícios a conceder. Esse montante é custeado pelos servidores ativos, inativos e pensionistas no valor de R\$ 916.265.873,65; pela compensação entre os regimes de previdência no montante de R\$ 277.765,05; pela Prefeitura Municipal como ente patrocinador do regime no montante de R\$ 762.613.428,22 e pelo patrimônio do regime no valor de R\$ 711.280.751,68, que totaliza R\$ 2.390.437.818,60.



Entretanto, essas contribuições e compensações não são suficientes para cobrir o montante de R\$ 6.598.327.759,51, o que gerou um déficit previdenciário matemático atuarial de R\$ 4.198.889.940,91, a ser custeado pelo Tesouro do Município ao longo do período de 75 anos. Considerando-se o reconhecimento contábil dessa insuficiência financeira e o valor de R\$ 859.808.361,25, custeado pelo patrimônio do regime, o saldo final da provisão é de R\$ 4.910.170.692,59. Abaixo a memória de cálculo e quadro completo do plano de contas das Provisões Matemáticas Previdenciárias a longo prazo.

MEMÓRIA DE CÁLCULO – 2023

MONTANTE A SER PAGO (A)			
BENEFÍCIO	PLANO FINANCEIRO	PLANO PREVIDENCIÁRIO	TOTAL
CONCEDIDO	1.599.299.992,71	665.341.237,78	2.264.641.230,49
A CONCEDER	4.138.072.379,32	186.614.149,70	4.324.686.529,02
TOTAL (A)	5.737.372.372,03	851.955.387,48	6.589.327.759,51

FONTES DE RECURSOS / CUSTEIO (B)			
FONTES	PLANO FINANCEIRO	PLANO PREVIDENCIÁRIO	TOTAL
SERVIDOR INATIVO	55.345.259,37	16.308.214,45	71.653.473,82
PENSIONISTA	15.662.369,28	3.945.983,56	19.608.352,84
SERVIDOR ATIVO	770.879.700,90	54.124.346,09	825.004.046,99
ENTE - PMPV	696.317.336,52	66.296.091,70	762.613.428,22
COMPENS. PREV.	277.765,05	-	277.765,05
PATRIMÔNIO DO RPPS	-	711.280.751,68	711.280.751,68
TOTAL (B)	1.538.482.431,12	851.955.387,48	2.390.437.818,60

INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (A-B)			
BENEFÍCIO	PLANO FINANCEIRO	PLANO PREVIDENCIÁRIO	TOTAL
CONCEDIDO	(1.528.292.364,06)	-	(1.528.292.364,06)
A CONCEDER	(2.670.597.576,85)	-	(2.670.597.576,85)
TOTAL (A-B)	(4.198.889.940,91)	-	(4.198.889.940,91)



Tabela 25 – Provisões a Longo Prazo

DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021
PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO	859.808.361,25	474.489.737,18
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	859.808.361,25	474.489.737,18
PROVISÕES A LONGO PRAZO	859.808.361,25	474.489.737,18
PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO	859.808.361,25	474.489.737,18
PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	859.808.361,25	474.489.737,18
FUNDO EM REPARTIÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	-	-
APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	1.922.389.688,48	1.538.608.263,72
(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	(48.940.891,80)	(45.561.554,64)
(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	(15.941.718,39)	(12.628.804,68)
(-) COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	(1.857.507.078,29)	(1.480.417.904,40)
FUNDO EM REPARTIÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	-	-
APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	2.261.220.085,23	2.089.645.630,52
(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	(237.027.190,89)	(126.193.790,74)
(-) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	(237.027.190,89)	(126.193.790,74)
(-) COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	(1.787.165.703,45)	(1.837.258.049,04)
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	36.052.740,56	29.540.238,62
APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	36.289.345,63	29.754.809,50
(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	(227.293,59)	(214.570,88)
(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	(9.311,48)	-
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	823.755.620,69	444.949.498,56
APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	1.874.201.607,44	1.242.430.556,03
(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	(531.675.756,57)	(404.672.996,02)
(-) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	(518.346.832,21)	(392.321.043,19)
(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	(423.397,97)	(487.018,26)
TOTAL	859.808.361,25	474.489.737,18

Nota: O valor a ser pago é de R\$ 6.589.327.759,51, as fontes de custeio somam R\$ 2.390.437.818,60, o que gera uma insuficiência financeira de R\$ 4.198.889.940,91.



PROVISÕES A LONGO PRAZO

DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022
PROVISÕES A LONGO PRAZO	4.910.170.692,59	859.808.361,25
PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO	4.910.170.692,59	859.808.361,25
FUNDO EM REPARTIÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	1.528.292.364,06	-
APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	1.599.299.992,71	1.922.389.688,48
(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	(55.345.259,37)	(48.940.891,80)
(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	(15.662.369,28)	(15.941.718,39)
(-) COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-	(1.857.507.078,29)
FUNDO EM REPARTIÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	2.670.597.576,85	-
APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	4.138.072.379,32	2.261.220.085,23
(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	(770.879.700,90)	(237.027.190,89)
(-) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	(696.317.336,52)	(237.027.190,89)
(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	(277.765,05)	-
(-) COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-	(1.787.165.703,45)
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	645.087.039,77	36.052.740,56
APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	665.341.237,78	36.289.345,63
(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	(16.308.214,45)	(227.293,59)
(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	(3.945.983,56)	(9.311,48)
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	66.193.711,91	823.755.620,69
APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	186.614.149,70	1.874.201.607,44
(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	(66.296.091,70)	(531.675.756,57)
(-) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	(54.124.346,09)	(518.346.832,21)
(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	-	(423.397,97)
PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO - INTRA OFSS	-	-
(-) COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA - FUNDO EM REPARTIÇÃO - BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	(1.528.292.364,06)	-
(-) COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA - FUNDO EM REPARTIÇÃO - BENEFÍCIOS A CONCEDER	(2.670.597.576,85)	-
OBRIGAÇÃO ATUAL DE COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA - FUNDO EM REPARTIÇÃO - BEN. CONCEDIDOS	1.528.292.364,06	-
OBRIGAÇÃO ATUAL DE COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA - FUNDO EM REPARTIÇÃO - BEN. A CONCEDER	2.670.597.576,85	-
TOTAL	4.910.170.692,59	859.808.361,25

Na avaliação atuarial do exercício de 2023, a cobertura da insuficiência financeira totaliza R\$ 4.198.889.940,91, enquanto em 2022 totalizou R\$ 3.644.672.781,74.



Assim, cabe destacar que o valor da insuficiência financeira apurado na avaliação atuarial referente a 2023 no total de R\$ 4.198.889.940,91, foi registrado de acordo com o regramento e com as contas contábeis aplicados ao Plano Financeiro, em contas redutoras. Contudo, foi registrada a Obrigação Atual de Cobertura de Insuficiência Financeira do Fundo em Repartição no ente, ou seja, o resultado atuarial passou a causar impacto no patrimônio do Município de Porto Velho.

3.3.6.2. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO

Esta conta está representando no exercício de 2023, 3,09% do total do Passivo não Circulante. A diminuição relevante neste percentual, em relação ao exercício de 2022, se deve principalmente pelo aumento considerável das provisões a longo prazo, conforme explanado na nota 3.3.6.1. Nela constam os lançamentos dos seguintes Precatórios, aos quais totalizam 161.762.676,50.

Tabela 26 – Precatórios de Fornecedores LP

DESCRIÇÃO	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ESPECIAL	161.707.475,38	48.987.274,09	2.868.205,72	115.588.407,01
PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ESPECIAL - A PARTIR DE 5/5/2 - VENCIDOS E NÃO PAGOS	160.452.784,97	48.987.274,09	2.598.873,76	114.064.384,64
PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ESPECIAL - A PARTIR DE 5/5/2 - NÃO VENCIDOS	1.254.690,41	-	269.331,96	1.524.022,37
PRECATÓRIOS DE CONTAS A PAGAR - CREDORES NACIONAIS - REGIME ESPECIAL	77.358.331,01	51.879.957,90	23.589.815,63	49.068.188,74
PRECATÓRIOS DE CONTAS A PAGAR - REGIME ESPECIAL - A PARTIR DE 5/5/2 - NÃO VENCIDOS	77.358.331,01	51.879.957,90	23.589.815,63	49.068.188,74
TOTAL PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR - REGIME ESPECIAL	239.065.806,39	100.867.231,99	26.458.021,35	164.656.595,75

FONTE: Gestão Pública Integrada - GPI/Contabilidade Pública Eletrônica - CPE

O valor de R\$ 1.919.190,47 que fecha o total da conta de fornecedores e contas a pagar a longo prazo está registrado como renegociação de dívidas com fornecedores do Instituto de Previdência e Assistência do Município de Porto Velho – IPAM. Sendo dívidas com fornecedores da Assistência Médica (IPAM – Fundo de Assistência à Saúde).

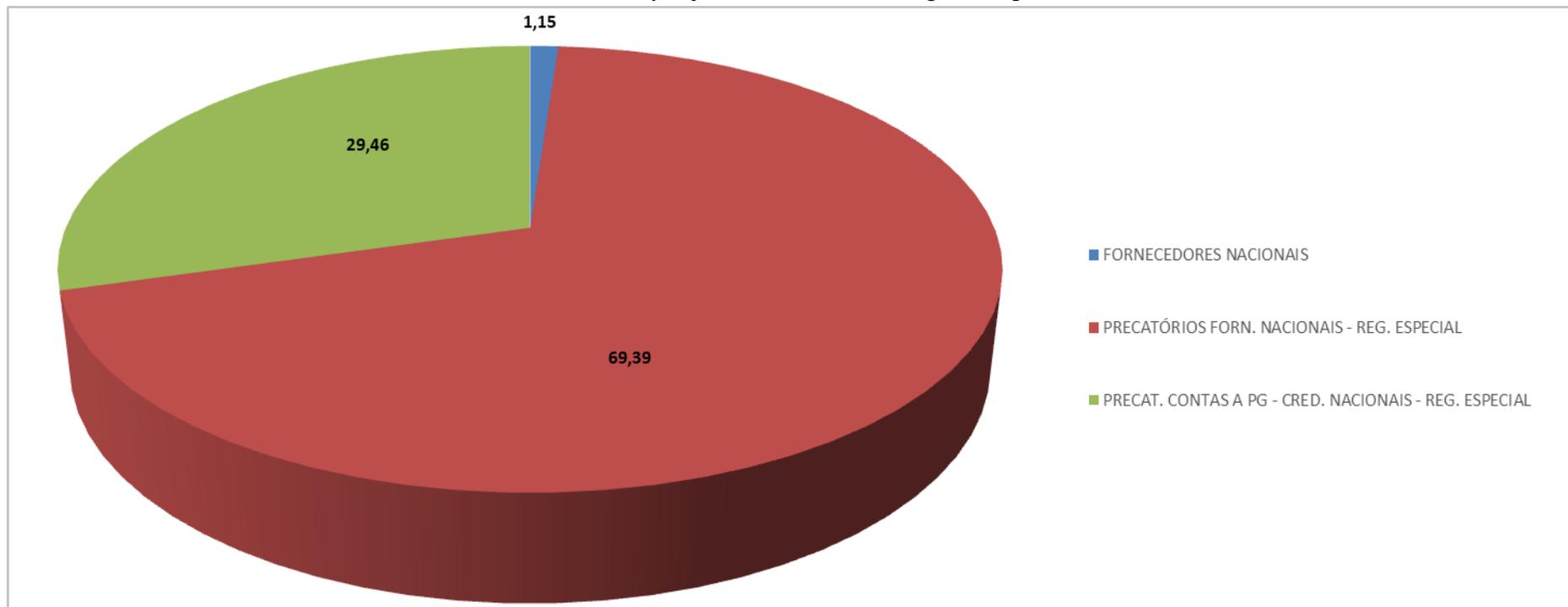
Tabela 27 – Fornecedores e Contas a Pagar LP

FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	2023
FORNECEDORES NACIONAIS	1.919.190,47
PRECATÓRIOS FORN. NACIONAIS - REG. ESPECIAL	115.588.407,01
PRECAT. CONTAS A PG - CRED. NACIONAIS - REG. ESPECIAL	49.068.188,74
TOTAL FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	166.575.786,22

FONTE: Gestão Pública Integrada - GPI/Contabilidade Pública Eletrônica - CPE



Gráfico 10 – Composição de Fornecedores a Pagar a Longo Prazo



Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado – Exercício 2023

Ainda em relação aos precatórios, importante registrar que o Município de Porto Velho optou pelo Regime Especial de Pagamento de Precatórios, instituído pelo artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzido pela Emenda Constitucional nº 62/2009 e posteriormente alterada pela Emenda 94/2016 e mais recentemente pela Emenda 99/2017.

No Município a opção foi formalizada através do Decreto nº 11.588, de 09 de março de 2010. Na prática, no regime eleito o ente deposita mensalmente, em uma conta bancária administrada pelo Tribunal de Justiça de Rondônia, um determinado percentual da receita corrente líquida, calculado sobre 1/12 (um



doze avos) dessa mesma receita, apurada no segundo mês anterior ao mês de pagamento/depósito. Nesse mesmo sentido é a redação dos artigos 97, 2º, do ADCT e 19, caput, da Resolução 115/2010, editada pelo Conselho Nacional de Justiça (Resolução CNJ 115/2010).

Nesse contexto, cabe destacar os registros contábeis relacionados aos precatórios realizados no exercício de 2023, em conformidade com as informações fornecidas pela Procuradoria Geral do Município – PGM por meio do Ofício 001/DECON/COMCEP/PGM/2023, de 21/12/2023 e Anexos, que trata sobre a Evidenciação do Valor de Precatórios – Prestação de Contas de 2023.

De acordo com o Plano de Pagamento de 2024 do Município de Porto Velho, elaborado pelo Tribunal de Justiça de Rondônia e acostado ao Pedido de Providências nº 0000577-62.2018.8.22.000, o valor da dívida consolidada até 01/04/2023 seria de R\$ 434.598.585,13 (Quatrocentos e trinta e quatro milhões, quinhentos e noventa e oito mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e treze centavos).

Entretanto, o Município de Porto Velho entende que a dívida consolidada atualizada até 01/04/2023, corresponde a R\$ 293.543.967,79 (Duzentos e noventa e três milhões, quinhentos e quarenta e três mil, novecentos e sessenta e sete reais e setenta e nove centavos), que foi apresentado em petição impugnatória perante aquela Corte de Justiça, deixando claro ainda, que no momento do pagamento integral do processo de precatório n. 20000545-58.1997.8.22.0000 (1ª fila), ainda será descontado o valor de R\$ 15.763.476,26 (já pagos em 2021), atualizados para a mesma data.

Diante disso, a seguir apresenta-se a composição do saldo de precatório registrado no exercício de 2023.

Tabela 28 – Composição do Saldo de Precatórios

COMPOSIÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS		
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>
PRECATÓRIOS QUE COMPÕE A DIVIDA CONSOLIDADA	R\$ 254.302.859,50	R\$ 206.772.610,98
PRECATÓRIOS QUE NÃO COMPÕE A DIVIDA CONSOLIDADA	R\$ 88.645.941,48	R\$ 57.838.478,22
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	R\$ 9.191.757,62	R\$ 6.361.924,77
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/05 (NÃO INCLUIDOS NA DCL)	R\$ 79.454.183,86	R\$ 51.476.553,45
TOTAL	R\$ 342.948.800,98	R\$ 264.611.089,20



MOVIMENTAÇÃO DA CONTA DE PRECATÓRIOS

1) SALDO ANTERIOR	R\$	342.948.800,98
(-) Pagamentos de Precatário conforme Ofício 001/DECON/COMCEP/PGM/2023 - Anexo II	R\$	2.390.147,88
(-) Pagamento do valor Incontroverso no Processo nº 2000545-58.1997.8.22.0000 conforme Ofício 001/DECON/COMCEP/PGM/2023 - item "a" e demonstrativo 52- Município de Porto Velho - ALIMENTAR- ORDEM CRONOLOGICA	R\$	40.199.081,02
(-) VPA Ajustes de Precatários NC 4.4.3.9.1.01.70	R\$	70.167.966,64
(+) VPD Atualização monetária de Precatário NC 3.4.3.9.1.01.70	R\$	34.419.483,76
 2) Total da Movimentação de Precatário	 R\$	 264.611.089,20
3) Saldo Final de Precatários contabilizado em 31/12/2023	R\$	264.611.089,20
(=) Divergência (2-3)	R\$	-
4) Valor devido a títulos de Precatários (item a - Ofício 001/DECON/COMCEP/PGM/2023)*	R\$	293.543.967,79
(+) Cadastro de Precatário após 01/04/2023**	R\$	11.266.202,43
5) Saldo total devido a título de precatório pelo Município de Porto Velho registrado contabilmente até 31/12/2022	R\$	304.810.170,22
(=) Divergência (3-5)	R\$	-

*Valores corrigidos em consonância com Saldo Final da planilha de Cálculos elaborados pelo Município de Porto Velho do Plano de Pgtto 2023/PGM - (Anexo I - item "a") - Ofício nº 001/DECON/COMCEP/PGM/2023 de 21/12/2023.

** O Anexo I da Relação individualizada consta a data da última atualização 01/04/2023, todavia foram cadastrados no sistema precatórios no montante de R\$ 11.266.202,53 posteriores a essa data. Os cadastros foram feitos mediante apresentação de Ofício e conferência junto a relação do TJ. Os dados individualizados são listados a seguir:



Cód Plano Conta	A	Nome Plano de Conta	Saldo Final Crédito
223110402320000	P	ESPÓLIO GERALDO NICOLI JUNIOR - PROC.0002454-42.2018.8.22.0000	102.944,75
223110603015300	P	CLAUDIO BEZERRA CORREIA - 0806398-09.2021.8.22.0000	42.381,85
223110603017700	P	MARIA DE LOURDES FAUSTINO BEZERRA - 0806510-75.2021.8.22.0000	42.381,85
223110603358200	P	VALDIR PEREIRA CORREIA - Prec: 0000415-02.2022.5.14.0006	55.885,87
223110603358600	P	FRANCISCA DAS CHAGAS LEITE DA CRUZ BRAGA - Prec. 0000709-54.2022.5.14.0000	58.108,65
223110603358800	P	FRANCISCO UEDERLEI LOPES DA SILVEIRA - Prec. 0000734-54.2019.5.14.0006	37.483,19
223110603359400	P	IDELERNO OLIVEIRA BATISTA. Prec.0000370-95.2022.5.14.0000	16.828,40
223110603359600	P	ANGELINO DOS SANTOS PEREIRA.Prec. 00000145-41.2023.5.14.0000	37.912,27
223110603359700	P	SEVERINO FERREIRA BRANDAO. Prec. 0000149-78.2023.5.14.0000	42.139,38
223110603359800	P	ANA PAULA DOS REIS MOURA.Prec.0000494-78.2022.5.14.0000	27.590,33
223110603360100	P	TELMA SOUZA ALMEIDA - PROC. nº 0000593-48.2022.5.14.0000	73.562,75
223110603360200	P	CLEONILDE TRINDADE CUNHA-PROC.nº0000163-62.2023.5.14.0000	21.662,06
223110603360300	P	ANDRÉ DE SOUZA MENEZES.PREC nº 0000471-98.2023.5.14.000	76.970,34
223110603360400	P	SEBASTIÃO REGIO DA COSTA.PREC nº 0000481-45.2023.5.14.0000	74.193,18
223110603360500	P	MARIA JOSIVANIA DOS SANTOS.PREC.nº0000503-06.2023.5.14.0000	15.941,89
223110603360600	P	FRANCISCO EUDES DA SILVA AZEVEDO.PREC.nº0000506-58.2023.5.14.0000	38.705,78
223110603360700	P	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO.PREC.nº0000507-43.2023.5.14.0000	2.846.379,06
223110603360800	P	EZEQUIEL RUFINO NASCIMENTO.PREC.nº0000539-82.2022.5.14.0000	38.681,47
223110603360900	P	ANTÔNIO JOSÉ ARAÚJO DOS SANTOS.PREC.nº 000082-23.2023.5.14.0000	30.087,47
223110603361000	P	CHARLES ANDRÉ SILVA RODRIGUES.PREC.nº0000408-73.2023.5.14.0000	33.948,08
223110603361100	P	CLEIDIANE DE OLIVEIRA ARAÚJO - PROC. 0000407-88.2023.5.14.0000	16.445,42
223110603361200	P	ENIO GUIMARÃES DUARTE DA SILVA.PREC.nº0000403-51.2023.5.14.0000	25.834,62



223110603361300	P	FRANCISCO PEREIRA BARBOSA PROC. 0000456-32.2023.5.14.0000	19.548,54
223110603361400	P	FRANCISCO ROBERTO DE ALMEIDA.PREC.nº0000491-89.2023.5.14.0000	22.315,56
223110603361500	P	GRACYLEIA PEREIRA DA SILVA.PREC.nº 0000395-74.2023.5.14.0000	16.909,87
223110603361600	P	IZAILTON RODRIGUES DA SILVA.PREC.nº0000421-72.2023.5.14.0000	25.704,21
223110603361700	P	JOSELITA OLÍMPIO MAIA.PREC.nº0000418-20.2023.5.14.0000	18.195,91
223110603361800	P	JOSÉ LUIZ MIRANDA LIMA.PREC.nº 0000419-05.2023.5.14.0000	30.980,55
223110603361900	P	LUCINETE DA SILVA VIEIRA.PREC.nº0000417-35.2023.5.14.0000	16.890,11
223110603362000	P	PAULO RICARDO BONFA.PREC.nº 0000414-80.2023.5.14.0000	25.251,59
223110603362100	P	RAILSON DE OLIVEIRA MARINHO.PREC.nº0000413-95.2023.5.14.0000	23.949,40
223110603362200	P	ROMILDO DOS SANTOS VASCONCELLOS.PREC.nº0000412-13.2023.5.14.0000	28.777,22
223110603362300	P	RUBENS ALVES DA SILVA.PREC.nº0000411-28.2023.5.14.0000	33.825,27
223110603362400	P	SEBASTIÃO NOBRE DA SILVA.PREC.nº0000410-43.2023.5.14.0000	27.422,38
223110603362500	P	VALDEMAR PEREIRA DA SILVA.PREC.nº0000409-58.2023.5.14.0000	29.075,18
223110603362600	P	ADHEMAR RAPO DA COSTA.PREC.nº0000318-65.2023.5.14.0000	29.804,83
223110603362700	P	ALAN DA SILVA SALES.PREC.nº0000319-50.2023.5.14.0000	24.981,98
223110603362800	P	ANTONIETA MARIA PANTOJA DOS SANTOS.PREC.nº0000320-35.2023.5.14.0000	19.289,65
223110603362900	P	ANTÔNIO HOLANDA GOMES.PREC.nº0000321-20.2023.5.14.0000	25.757,77
223110603363100	P	CLEONE MOURA DA CONCEIÇÃO.PREC.nº 0000405-21.2023.5.14.0000	31.510,56
223110603363200	P	EBERTON DA SILVA MENEZES.PREC.nº 0000404-36.2023.5.14.0000	25.303,89
223110603363300	P	ERIELTON GOMES DA SILVA.PREC.nº0000402-66.2023.5.14.0000	37.715,21
223110603363400	P	FRANCISCO BASTOS DE OLIVEIRA FILHO.PREC.nº0000401-81.2023.5.14.0000	21.819,49
223110603363500	P	FRANCISCO EDVALDO ALVES DA SILVA.PREC.nº0000399-14.2023.5.14.0000	24.548,26



223110603363600	P	GERSON SANTOS ROCHA.PREC.nº0000396-59.2023.5.14.0000	23.233,63
223110603363700	P	IRANI FERREIRA DE FARIA.PREC.nº0000394-89.2023.5.14.0000	23.547,65
223110603363800	P	JOÃO BOSCO BERNARDO CHAVES.PREC.nº0000420-87.2023.5.14.0000	31.085,42
223110603363900	P	MARLENE GONÇALVES PINTO.PREC.nº0000416-50.2023.5.14.0000	23.803,42
223110603364200	P	MARIA DE LOURDES FAUSTINO BEZERRA.PREC.nº0806510-75.2021.8.22.0000	48.309,83
223110603364600	P	ANA PAULA BATISTA DE OLIVEIRA.PREC.nº 080.3781-08-2023.8.22.0000	20.186,35
223110603364800	P	MASTERSERV.CONTROLE DE EROSÃO E COM LTDA.PREC.nº 08055632020238220000	664.888,10
223110603364900	P	MARCELO ESTEBANEZ MARTINS.PREC.nº0807327-71.2023.8.22.0000	18.957,97
223110603365000	P	LUZIA NUNES DE OLIVEIRA.Prec.nº080.6818-13.2023.8.22.0000	19.255,39
223110603365100	P	LUZINEIA NUNES DE OLIVEIRA.Prec.nº0806820-13.2023.8.22.0000	19.255,39
223110603365200	P	MARIA ANTÔNIA SILVA LIMA.Prec.nº080.6742.19.2023.8.22.0000	114.472,00
223110603365300	P	ALCINETE NUNES DE OLIVEIRA.Prec.nº0806812-36.2023.8.22.0000	19.255,39
223110603365500	P	FRANCISCO DE ASSIS LOPES.Prec.nº0000400-96.2023.5.14.0000	26.257,31
223110603365600	P	REYNALDO DINIZ PEREIRA NETO.Prec.nº 0807607-42.2023.8.22.0000	22.616,00
223110603365700	P	LUANA NUNES DE OLIVEIRA SANTOS.Prec.nº0806814-06.2023.8.22.0000	19.255,39
223110603365800	P	HLX COMÉRCIO IMP E EXP LTDA.Prec.nº0806740-49.2023.8.22.0000	27.252,43
223110603365900	P	DANIEL ALVES DE SOUZA.Prec.nº0807710-49.2023.8.22.0000	34.350,09
223110603366100	P	CARLOS ALBERTO MARTINS Processo nº 0811591-34.2023.8.22.0000	106.586,55
223110603366200	P	SHEILA CRISTINA BARROS MOREIRA Processo nº 0811844-22.2023.8.22.0000	19.816,80
223110603366300	P	EDUARDO ANTONIO OLIVEIRA LTDA precatório nº 0809097-02.2023.8.22.0000	55.255,99
223110603366400	P	HELEN SIME MARQUES MOREIRA Precatório nº 0810330-34.2023.8.22.0000	30.160,18
223110603366500	P	JOSE EDUARDO MENDES ARAUJO Precatório nº 0808343-60.2023.8.22.0000	109.357,16



223110603366700	P	NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES precatório nº 0811975-94.2023.8.22.0000	13.233,28
223110603366800	P	NATALIA CARVALHO PREC. 0807954-75.2023.8.22.0000	20.652,00
223110603366900	P	MADECON ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES PREC. 0807326-86.2023.8.22.0000	379.159,52
223110603366999	P	NATHIELE MARTINS SILVA precatório nº 0812380-33.2023.8.22.0000	94.698,57
223110603367100	P	Cleiton Vinícius Aparecido de Souza Viana PREC. 0000406-06.2023.5.14.0000	21.086,93
223110603367200	P	FERTISOLO COMERCIAL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA PREC. 0000415-65.2023.5.14.0	19.413,22
223110603367300	P	MARIA LOURDENILCE OLIVEIRA DE CARVALHO PREC. 0812971-92.2023.8.22.0000	28.176,66
223110603367400	P	KARLEON BIZERRA DA COSTA PREC. 0812979-69.2023.8.22.0000	106.261,92
223110603367500	P	PATRICIA SANTOS DA COSTA PREC. 0812390-77.2023.8.22.0000	28.418,67
223110603367600	P	MOTA & OLIVEIRA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA PREC. 0811931-75.2023.8.22.0000	39.461,29
223110603367800	P	ANGELICA DE PAULA DOURADO prec. 0812386-40.2023.8.22.0000	24.649,67
223110603367900	P	GUEDES ADVOGADOS prec. 0811930-90.2023.8.22.0000	58.339,05
223110603367999	P	Aparecido Antonio dos Santos e outros PREC. 0000322-05.2023.5.14.0000	27.174,52
223110603368100	P	FREDERICO BANDEIRA FERNANDES prec. 0811965-50.2023.8.22.0000	26.647,40
223110603368200	P	PAULO FABIANO DO VALE prec. 0811851-14.2023.8.22.0000	3.943.679,62
223110603368300	P	PEDRO ORIGA E SANTANA ADVOGADOS ASSOCIADOS prec. 0811854-66.2023.8.22.0000	194.102,54
223110603368400	P	ADALBERTO BATISTA DE ARAUJO prec. 0811843-37.2023.8.22.0000	99.084,03
223110603368500	P	CAMARGO, MAGALHAES & CANEDO SOCIEDADE DE ADVOGADOS 0811851-14.2023.8.22.0000	38.459,03
223110603368600	P	RAMILSON SANTOS PALHANO prec. 0811255-30.2023.8.22.0000	37.474,01
223110603368700	P	CAMPANARI, GERHARDT & SILVA ANDRADE - ADVOGADOS ASSOCIADOS prec. 0811255-30.2023	38.459,03
223110603368800	P	ALICE FERREIRA DA SILVA prec. 0811842-52.2023.8.22.0000	99.084,03
223110603368900	P	ROBERTO PERINA MARCIANO prec. 0001095-50.2023.5.14.0000	109.035,61
223110603368999	P	SAID GADELHA GUERRA JUNIOR prec. 0811966-35.2023.8.22.0000	26.647,40
Valor total de cadastros de Precatórios após 01/04/2023 - Via Ofício			11.266.202,53



Pagamentos de Precatórios – Exercício de 2023

ACORDOS DIRETOS	Processo	Credores	Valor Original	VALOR COMCEP ATUALIZADO BRUTO	Humanitário Atualizado	Credor	Previdência	Valor Desagio	Previdência Líquida	Valor Apos Desagio
	0805781-83.2020.8.22.0000	Edmar Antunes Luz	R\$ 290.403,30	R\$ 390.063,51	R\$ 200.849,26	R\$ 189.214,25		R\$ 75.685,70		R\$ 113.528,55
	0011469-74.2011.8.22.0000	Tânia Otto Oliveira	R\$ 538.124,41	R\$ 1.157.648,51	R\$ 199.527,60	R\$ 958.120,90		R\$ 335.342,32		R\$ 622.778,59
Previdência		R\$ 42.659,18				R\$ 42.659,18	R\$ 14.930,71	R\$ 27.728,47	R\$ 27.728,47	
Honorários		R\$ 592,52					R\$ 207,38		R\$ 385,14	
0809994-64.2022.8.22.0000	0090256-18.2016.5.14.0000	Nordeci de Paula Freitas	R\$ 47.283,24	R\$ 76.370,74		R\$ 53.251,98		R\$ 21.300,79		R\$ 31.951,19
		Previdência				R\$ 6.629,88	R\$ 6.629,88	R\$ 2.651,95	R\$ 3.977,93	R\$ 3.977,93
		Honorários				R\$ 16.488,88		R\$ 6.595,55		R\$ 9.893,33
0810004-11.2022.8.22.0000	0090274-05.2017.5.14.0000	Henrique de Oliveira Moura	R\$ 57.191,54	R\$ 73.425,93		R\$ 66.792,46		R\$ 26.716,98		R\$ 40.075,48
		Previdência				R\$ 6.633,47	R\$ 6.633,47	R\$ 2.653,39	R\$ 3.980,08	R\$ 3.980,08
	0810199-93.2022.8.22.0000	JOSE MARIA ALVES LEITE	R\$ 96.238,12	R\$ 121.377,69		R\$ 121.377,69		R\$ 48.551,08		R\$ 72.826,61
	0004039-03.2013.8.22.0000	Instituto de Oncologia e Radioterapia São Pelegrino	R\$ 85.033,70	R\$ 136.198,66		R\$ 136.198,66		R\$ 47.669,53		R\$ 88.529,13
0810145-30.2022.8.22.0000	0090065-36.2017.5.14.0000	Fabiane Gonçalves do Nascimento	R\$ 174.157,17	R\$ 201.686,32		R\$ 193.269,19		R\$ 77.307,68		R\$ 115.961,51
		Previdência				R\$ 4.235,09		R\$ 1.694,04	R\$ 2.541,05	R\$ 2.541,05
0810011-03.2022.8.22.0000	0090628-59.2019.5.14.0000	Ismael Pereira Linhares	R\$ 93.275,20	R\$ 121.884,80		R\$ 99.430,31		R\$ 39.772,12		R\$ 59.658,19
		Previdência				R\$ 22.454,49	R\$ 22.454,49	R\$ 8.981,80	R\$ 13.472,69	R\$ 13.472,69
0811397-68.2022.8.22.0000	0090218-69.2017.5.14.0000	Paulo Lima dos Santos	R\$ 101.805,88	R\$ 115.662,24		R\$ 97.074,17		R\$ 38.829,67		R\$ 58.244,50
		Previdência				R\$ 18.588,07	R\$ 18.588,07	R\$ 7.435,23	R\$ 11.152,84	R\$ 11.152,84
0810006-78.2022.8.22.0000	0090403-73.2018.5.14.0000	Aricio Lima Pimentel	R\$ 97.354,38	R\$ 128.617,78		R\$ 124.795,06		R\$ 49.918,02		R\$ 74.877,04
		Previdência				R\$ 3.822,72	R\$ 3.822,72	R\$ 1.529,09	R\$ 2.293,63	R\$ 2.293,63
0810010-18.2022.8.22.0000	0090404-24.2019.5.14.0000	Antonio Valcy Souza Borges	R\$ 50.044,18	R\$ 65.877,38		R\$ 57.458,97		R\$ 22.983,59		R\$ 34.475,38
		Previdência				R\$ 8.418,41	R\$ 8.418,41	R\$ 3.367,36	R\$ 5.051,05	R\$ 5.051,05
0810009-33.2022.8.22.0000	0000768-68.2015.5.14.0006	Cleide Marcos Mendes	R\$ 59.332,31	R\$ 70.819,46		R\$ 68.143,47		R\$ 27.257,39		R\$ 40.886,08
		Previdência				R\$ 2.675,98	R\$ 2.675,98	R\$ 1.070,39	R\$ 1.605,59	R\$ 1.605,59
	0805552-89.2021.8.22.0000	Janete Pessoa da Silva	R\$ 58.895,68	R\$ 74.961,01		R\$ 73.513,02		R\$ 29.405,21		R\$ 44.107,81
		Honorários				R\$ 1.448,00		R\$ 579,20		R\$ 868,80
	2000411-60.1999.8.22.0000	Jose Roberto Sobrinho	R\$ 79.426,07	R\$ 141.956,67		R\$ 141.956,67		R\$ 35.489,17		R\$ 106.467,50
0810007-63.2022.8.22.0000	0090495-85.2017.5.14.0000	Alex Pinheiro Ramos	R\$ 58.943,06	R\$ 71.015,65		R\$ 65.619,08		R\$ 26.247,63		R\$ 39.371,45
		Previdência				R\$ 5.396,57	R\$ 5.396,57	R\$ 2.158,63	R\$ 3.237,94	R\$ 3.237,94
	0004029-95.2009.8.22.0000	Sílvia Almeida de Lima Oliveira	R\$ 934.524,19	R\$ 1.099.521,70		R\$ 1.095.814,68		R\$ 383.535,14		R\$ 712.279,54
		Honorários				R\$ 3.707,02		R\$ 1.297,46		R\$ 2.409,56
	2002546-16.1997.8.22.0000	Vanderlei Rodrigues de Aguiar	R\$ 17.620,28	R\$ 60.708,31		R\$ 57.281,84		R\$ 14.320,46		R\$ 42.961,38
		Honorários				R\$ 3.426,47		R\$ 856,62		R\$ 2.569,85
TOTAIS			R\$ 2.839.652,71	R\$ 4.107.796,36	R\$ 400.376,86	R\$ 3.746.489,15		R\$ 1.356.341,27	R\$ 75.041,28	R\$ 2.390.147,89



A transferência para curto prazo foi efetuada com base no saldo atual da Conta de Depósitos Compulsórios, conta de Ativo Circulante, nível 1.1.3.5.1.08 – Conta Especial – Precatórios que em 31/12/2023, que apresentou um saldo disponível de R\$ 77.439.474,73, e considerando os depósitos que serão feitos no decorrer de 2024, darão suporte para pagamento dos precatórios supracitados.

Tabela 29 – Saldo Atual da Conta de Depósitos Compulsórios

<u>Nível Contábil</u>	<u>Descrição</u>	<u>Saldo Anterior</u>	<u>Débitos</u>	<u>Créditos</u>	<u>Saldo Atual</u>
10000000000000	Ativo	113.564.305,75	125.690.210,58	161.815.041,60	77.439.474,73
11000000000000	Ativo Circulante	113.564.305,75	125.690.210,58	161.815.041,60	77.439.474,73
11300000000000	Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	113.564.305,75	125.690.210,58	161.815.041,60	77.439.474,73
11350000000000	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados - A Receber	113.564.305,75	125.690.210,58	161.815.041,60	77.439.474,73
11351000000000	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados - Consolidação	113.564.305,75	125.690.210,58	161.815.041,60	77.439.474,73
11351080000000	Conta Especial - Precatórios	113.564.305,75	125.690.210,58	161.815.041,60	77.439.474,73
11351080200000	Conta Especial - Precatórios	113.564.305,75	125.690.210,58	161.815.041,60	77.439.474,73

FONTE: Gestão Pública Integrada - GPI/Contabilidade Pública Eletrônica – CPE – Exercício 2023

A movimentação detalhada da referida conta no exercício de 2023 pode ser demonstrada da seguinte forma:

Tabela 30 – Movimentação da Conta Especial de Precatórios

MOVIMENTAÇÃO DA CONTA ESPECIAL DE PRECATÓRIOS (1.1.3.5.1.08.02)*

Saldo Anterior 31/12/2022	R\$ 113.564.305,75
(-) Pagamentos de Precatório conforme Ofício 001/DECON/COMCEP/PGM/2023 - Anexo II	R\$ 2.390.147,88
(-) Pagamento do valor Incontroverso no Processo nº 2000545-58.1997.8.22.0000 conforme Ofício 001/DECON/COMCEP/PGM/2023 - item "a"	R\$ 40.199.081,02
(+) Ajuste de Saldo da Conta VPA NC 4.4.3.9.1.01.70	R\$ 6.464.397,88
(=) SALDO FINAL EM 31/12/2023	R\$ 77.439.474,73

*Compreende valores de depósitos compulsórios, de acordo com a legislação em vigor, de atributo financeiro, onde foi contabilizado a quantia que foi depositada até 31/12/2023 em conta especial para pagamento de precatórios, uma vez que constitui numerário nas contas de precatórios da Prefeitura de Porto Velho, controladas pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.

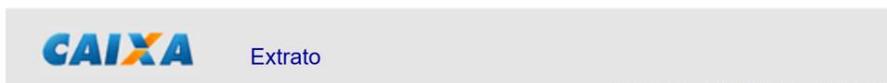
Fonte: Ofício 001/DECON/COMCEP/PGM/2023



Os depósitos são realizados em contas administradas pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na Caixa Econômica Federal, em atendimento ao disposto no inciso I do § 1º do artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da constituição federal e demais instrumentos indicados nos parágrafos anteriores.

Importante registrar que o saldo de R\$ 77.439.474,73 da Conta Especial – Precatórios se encontra em consonância com a soma dos saldos das contas correntes em que os depósitos supracitados são realizados (R\$ 55.154.653,72 + R\$ 22.284.821,01), conforme demonstrado a seguir:

Serviços de Depósitos Judiciais



Data de Emissão: 09/01/2024 - Hora: 10:39:29 #10

Conta 2848 / 040 / 01518832-4

Processo

Tribunal TJ RONDONIA
 Vara TRIBUNAL DE JUSTICA - PORTO VELHO/RO
 Número do Processo 00739385320138221111
 Número Único do Processo 00739385320138221111

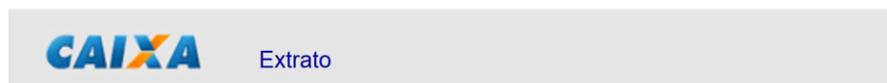
Partes Nome/ Razão Social CPF/ CNPJ

Autor TRIBUNAL DE JUSTICA - PRECATORIOS
 Réu MUNIC DE PORTO VELHO

Lançamentos

Data do Movimento	Documento	Histórico	Valor (R\$)	Saldo (R\$)
	0	Saldo Anterior	0,00	97.355.713,71
11/12/2023	122023	CR DJ ES R	957.000,65	98.312.714,36
11/12/2023	0	LEV JU AU	43.548.066,30	54.764.648,06
11/12/2023	231208	Remuneração Básica	20.148,52	54.784.796,58
11/12/2023	0	CRED JUROS	156.792,67	54.941.589,25
11/12/2023	231208	Remuneração Básica	33,00	54.941.622,25
11/12/2023	44902	CRED JUROS	462,04	54.942.084,29
29/12/2023	231228	Remuneração Básica	26.535,28	54.968.619,57
29/12/2023	0	CRED JUROS	186.034,15	55.154.653,72

Serviços de Depósitos Judiciais



Data de Emissão: 09/01/2024 - Hora: 10:41:19 #10

Conta 2848 / 040 / 01531493-1

Processo

Tribunal TJ RONDONIA
 Vara PLENO ADMINISTRATIVO - PORTO VELHO/RO
 Número do Processo 00739410820138221111
 Número Único do Processo 00739410820138221111

Partes Nome/ Razão Social CPF/ CNPJ

Autor TRIBUNAL DE JUSTICA DE RONDONIA 111.111.111-11
 Réu PREFEITURA DO MUNICIPIO DE PORTO VELHO 05.903.125/0001-45

Lançamentos

Data do Movimento	Documento	Histórico	Valor (R\$)	Saldo (R\$)
	0	Saldo Anterior	0,00	21.202.902,59
11/12/2023	122023	CR DJ ES R	957.000,65	22.159.903,24
11/12/2023	231208	Remuneração Básica	4.388,10	22.164.291,34
11/12/2023	0	CRED JUROS	34.147,56	22.198.438,90
11/12/2023	231208	Remuneração Básica	33,00	22.198.471,90
11/12/2023	44902	CRED JUROS	462,04	22.198.933,94
29/12/2023	231228	Remuneração Básica	10.721,38	22.209.655,32
29/12/2023	0	CRED JUROS	75.165,69	22.284.821,01



3.3.7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido compreende o valor residual dos Ativos depois de deduzidos todos os Passivos, podendo evidenciar uma Situação Patrimonial Positiva ou uma Situação Patrimonial Negativa. O Balanço Patrimonial no exercício de 2023 apresentou em seu ativo o montante de R\$ 2.801.885.657,84, enquanto o passivo totalizou R\$ 5.545.516.585,71, tendo como resultado um patrimônio líquido negativo no montante de -R\$ 2.743.630.927,87, enquanto em 2022 totalizou saldo positivo de R\$ 1.137.193.346,45. Essa alteração relevante se deveu principalmente ao registro da Obrigação Atual de Cobertura de Insuficiência Financeira do Fundo em Repartição, ou seja, o resultado atuarial passou a causar impacto no patrimônio do Município de Porto Velho.

Tabela 31 – Saldo do Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido

DESCRIÇÃO	SALDO FINAL EXERCÍCIO/2023
ATIVO	2.801.885.657,84
PASSIVO	5.545.516.585,71
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(2.743.630.927,87)

Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado – Exercício 2023

A situação patrimonial negativa demonstrada na tabela acima foi calculada conforme o modelo de Balanço Patrimonial implementado pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP, pelo Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, parte V – Demonstrações Contábeis aplicadas ao Setor Público e conforme Instruções de Procedimentos Contábeis – IPC 04 – Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial, que não considera os empenhos a liquidar que foram inscritos em restos a pagar (não processados) como parte componente do passivo circulante, somente os empenhos que foram liquidados (processados) são considerados obrigações a pagar (passivo).

No entanto, para atender a Lei 4.320/64, especificamente ao § 2º do art. 43, quanto ao cálculo do superávit financeiro, existe o quadro anexo ao Balanço Patrimonial denominado “Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes” que considera os restos a pagar não processados como obrigações a pagar, sendo que ficam registrados no passivo financeiro.



Quadro 05 - Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes – Lei nº 4.320/64

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES		
ATIVO (I)	Exercício Atual 2023	Exercício Anterior 2022
Ativo Financeiro	1.183.319.067,23	1.535.949.874,39
Ativo Permanente	1.618.566.590,61	1.201.581.201,39
Total do Ativo	2.801.885.657,84	2.737.531.075,78
PASSIVO (II)	Exercício Atual 2023	Exercício Anterior 2022
Passivo Financeiro	191.551.982,38	172.208.725,82
Passivo Permanente	5.529.871.884,47	1.589.663.783,69
Total do Passivo	5.721.423.866,85	1.761.872.509,51
	Exercício Atual 2023	Exercício Anterior 2022
Saldo Patrimonial (I - II)	-2.919.538.209,01	975.658.566,27
Superávit Financeiro	991.767.084,85	1.363.741.148,57

Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado – Exercício 2023

Considerando a Lei 4.320/64 quanto à apuração da situação patrimonial o resultado passa a ser de R\$ 2.919.538.209,01, ainda negativo. A diferença entre o valor apurado conforme o MCASP (R\$ 2.743.630.927,87 negativos) e a Lei 4.320/64 (R\$ 2.919.538.209,01 negativos) de R\$ 175.907.281,14 é exatamente o valor de restos a pagar não processados inscritos no exercício de 2022 que passaram para o exercício de 2023.

O quadro dos ativos e passivos financeiros é utilizado para efetuar o cálculo do superávit ou déficit financeiro do exercício, e conforme o § 2º do art. 43 da Lei 4.320/64, este valor é obtido pela diferença positiva (superávit) ou negativa (déficit) entre o ativo financeiro e o passivo financeiro.

O Superávit ou Déficit Financeiro é demonstrado por fonte/destinação de recursos no quadro anexo ao Balanço Patrimonial denominado “QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO”, onde podemos visualizar que houve superávit financeiro no exercício de 2023 na ordem de R\$ 991.767.084,85.

A apuração das variações patrimoniais pode ser visualizada no Demonstrativo das Variações Patrimoniais do exercício de 2023.

O valor apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais denominado “Resultado Patrimonial do Período” que é a diferença entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e Variações Patrimoniais Diminutivas foi de R\$ 3.883.848.907,61 negativos, ou seja, as variações aumentativas foram menores do



que as diminutivas influenciando diretamente na diminuição do Patrimônio Líquido demonstrado no Balanço Patrimonial, ou seja, foi apurado um Déficit no exercício de 2023.

Tabela 32 – Resultado Patrimonial do Exercício de 2023

Resultado Patrimonial do Período - 2023

Total das VPAs	4.226.873.619,41
Total das VPDs	8.110.722.527,02
RESULTADO	(3.883.848.907,61)

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais – Exercício 2023

Tabela 33 – Resultado Patrimonial – Balanço Patrimonial do Exercício de 2023

Resultado Patrimonial - Período 2023 - Balanço Patrimonial

Superávit ou Déficit do Exercício - Consolidação	(1.087.862.002,23)
Superávit ou Déficit do Exercício - Intra OFSS	(4.173.169.279,99)
Superávit ou Déficit do Exercício - Inter OFSS - União	834.518.192,91
Superávit ou Déficit do Exercício - Inter OFSS - Estado	549.583.771,16
Superávit ou Déficit do Exercício - Inter OFSS - Município	(6.919.589,46)
RESULTADO PATRIMONIAL 2023	(3.883.848.907,61)

Fonte: Balanço Patrimonial – Exercício 2023

O patrimônio líquido também sofre influência dos Ajustes realizados no exercício de 2023 referentes a exercícios anteriores, esta conta interfere diretamente no patrimônio, sendo utilizada para reconhecer efeitos de mudanças de política contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Os ajustes de exercícios anteriores totalizaram o valor de R\$ 3.024.633,29 a crédito no grupo de patrimônio líquido, ou seja, com a mesma influência de uma variação patrimonial aumentativa, alterando positivamente o patrimônio.

Os ajustes, com valor positivo demonstrado acima, juntamente com o Déficit (valor negativo) apurado na DVP de R\$ 3.883.848.907,61, alteraram o patrimônio em R\$ 3.880.824.274,32 negativamente, ou seja, diminuiu o Patrimônio Líquido neste valor.



O patrimônio líquido passou então de R\$ 1.137.193.346,45 em 2022 para R\$ 2.743.630.927,87 negativo em 2023 como reflexo do Déficit apurado na DVP mais a variação aumentativa dos ajustes de exercícios anteriores.

O resultado patrimonial consolidado do exercício foi negativo de R\$ 3.883.848.907,61, que foi impactado principalmente pelo resultado das Provisões Matemáticas Previdenciárias no valor de R\$ 4.910.170.692,59. As informações sobre as Provisões Matemáticas e Previdenciárias estão detalhadas na Nota Explicativa própria.

3.3.8. CONTAS DE COMPENSAÇÃO

Compreendem as contas representativas dos atos potenciais ativos e passivos. Os Atos Potenciais compreendem os atos que podem vir a afetar o patrimônio, imediata ou indiretamente, como por exemplo, direitos e obrigações conveniados ou contratados, responsabilidade por valores, títulos e bens de terceiros, garantias e contragarantias recebidas e concedidas.

Os Atos Potenciais Ativos compreendem os atos que podem vir a afetar positivamente o patrimônio e os Atos Potenciais Passivos compreendem os atos que podem vir a afetar negativamente o patrimônio.

3.4. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Demonstrativo elaborado de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP, conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público e Instruções de Procedimentos Contábeis – IPC 05 – Metodologia para Elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais.

3.4.1. A Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP evidencia as alterações verificadas no Patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, indicando o Resultado Patrimonial do Período pelo confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA e Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD.

3.4.2. As contas das VPAs são organizadas para registrar os atos e fatos relativos aos acréscimos no benefício econômico, resultante da entrada de recurso (acréscimo do patrimônio líquido), redução do passivo ou aumento do ativo.

3.4.3. As contas das VPDs são organizadas para registrar os atos e fatos relativos aos decréscimos no benefício econômico, resultante da saída de recurso (decréscimo do patrimônio líquido), redução de ativo ou aumento do passivo.



3.4.4. A DVP tem função semelhante à DRE – Demonstração do Resultado do Exercício do Setor Privado. Porém, é relevante ressaltar que a DRE apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido, como um dos principais indicadores de desempenho da entidade. Já no Setor Público, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais, efetuadas através de incorporações e desincorporações ou baixas.

3.4.5. O Resultado Patrimonial apurado neste Anexo 15, Demonstração das Variações Patrimoniais da Lei 4.320/64 deve ser somado aos ajustes de exercícios anteriores, Nível 2.3.7.1.1.03.00.00.00.00, para fins do cálculo da Variação do Patrimônio do exercício de 2023.

3.4.6. VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

Abaixo a composição das contas das Variações Patrimoniais Aumentativas:

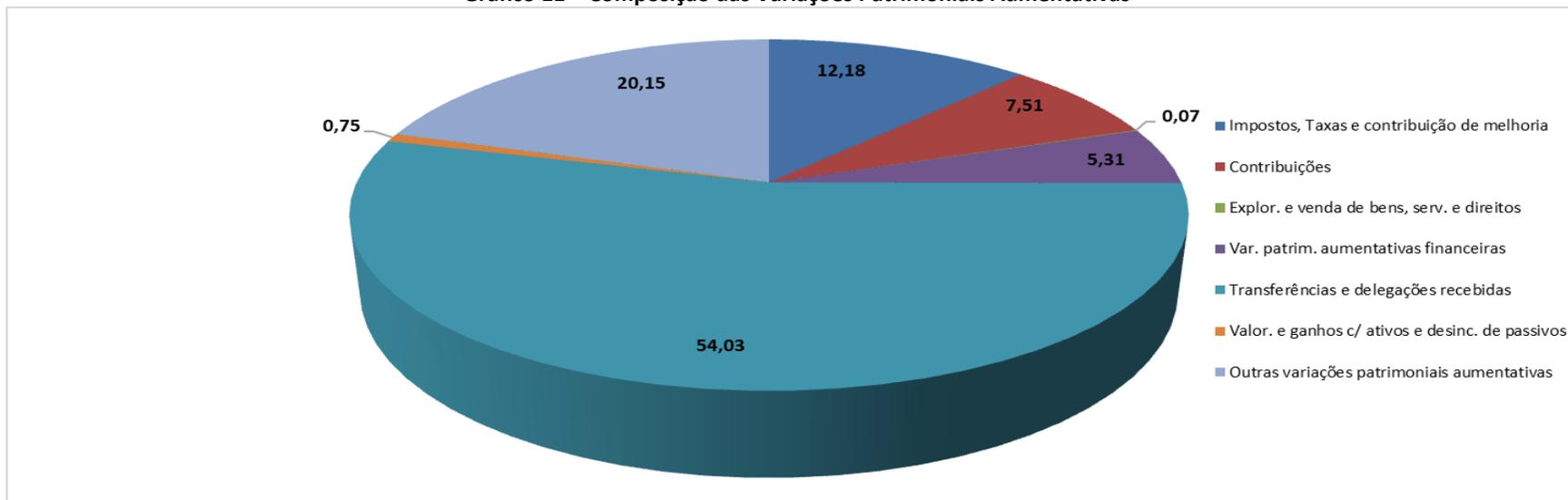
Tabela 34 - Composição das contas das Variações Patrimoniais Aumentativas

Variações Patrimoniais Aumentativas	Valor	%
Impostos, Taxas e contribuição de melhoria	515.013.414,56	12,18
Contribuições	317.273.999,82	7,51
Explor. e venda de bens, serv. e direitos	2.879.859,25	0,07
Var. patrim. aumentativas financeiras	224.307.842,02	5,31
Transferências e delegações recebidas	2.283.981.498,27	54,03
Valor. e ganhos c/ ativos e desinc. de passivos	31.527.339,78	0,75
Outras variações patrimoniais aumentativas	851.889.665,71	20,15
TOTAL	4.226.873.619,41	100,00

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada – Exercício 2023



Gráfico 11 – Composição das Variações Patrimoniais Aumentativas



Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada – Exercício 2023

Nas Variações Patrimoniais Aumentativas a conta com o maior valor individualmente é a de Transferências e delegações recebidas, conforme tabela abaixo.

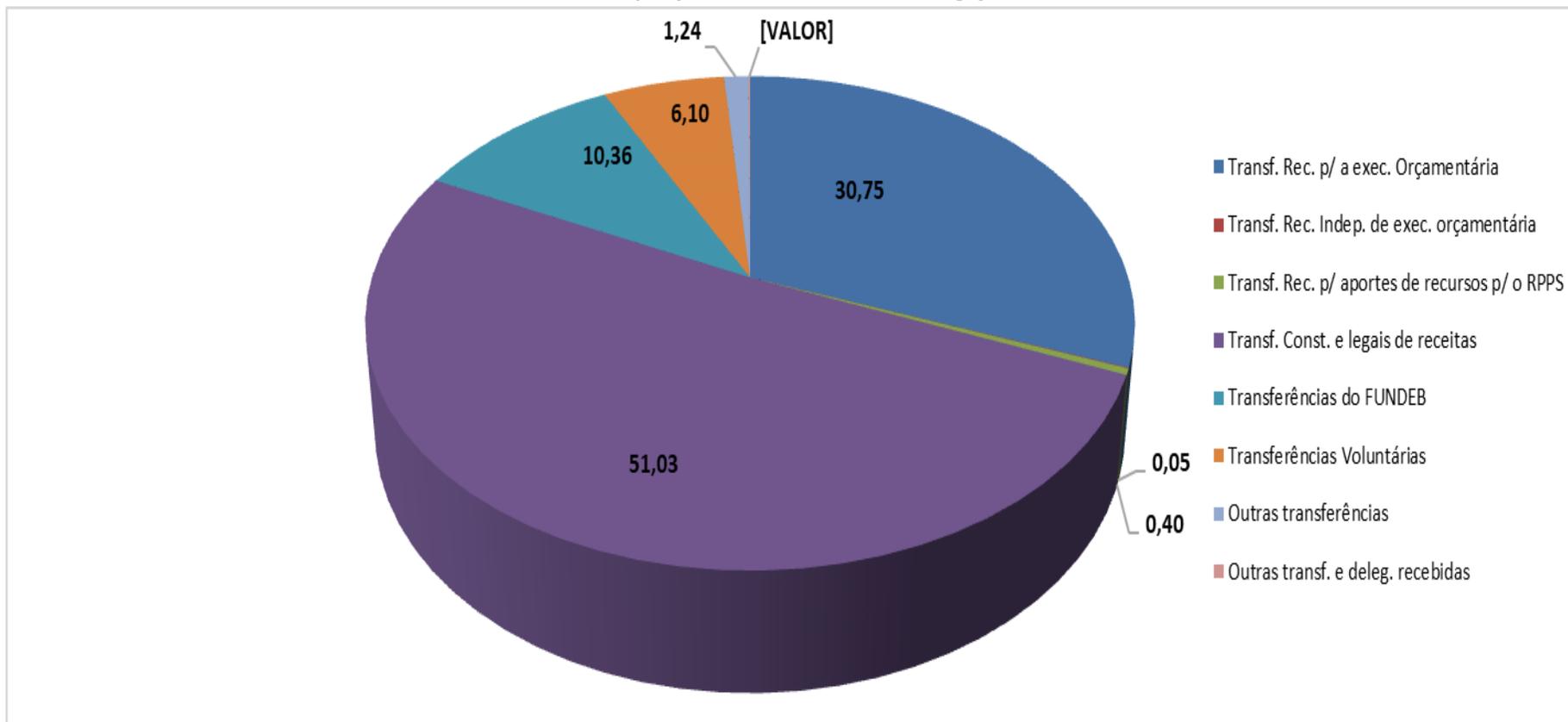
Tabela 35– Composição das Transferências e Delegações Recebidas

Transferências e delegações recebidas	Valor	%
Transf. Rec. p/ a exec. Orçamentária	702.321.620,80	30,75
Transf. Rec. Indep. de exec. orçamentária	1.094.564,95	0,05
Transf. Rec. p/ aportes de recursos p/ o RPPS	9.195.892,14	0,40
Transf. Const. e legais de receitas	1.165.468.027,91	51,03
Transferências do FUNDEB	236.628.892,98	10,36
Transferências Voluntárias	139.412.700,49	6,10
Outras transferências	28.257.646,58	1,24
Outras transf. e deleg. recebidas	1.602.152,42	0,07
TOTAL	2.283.981.498,27	100,00

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada – Exercício 2023



Gráfico 12 – Composição das Transferências e Delegações Recebidas



Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada – Exercício 2023



3.4.2. VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

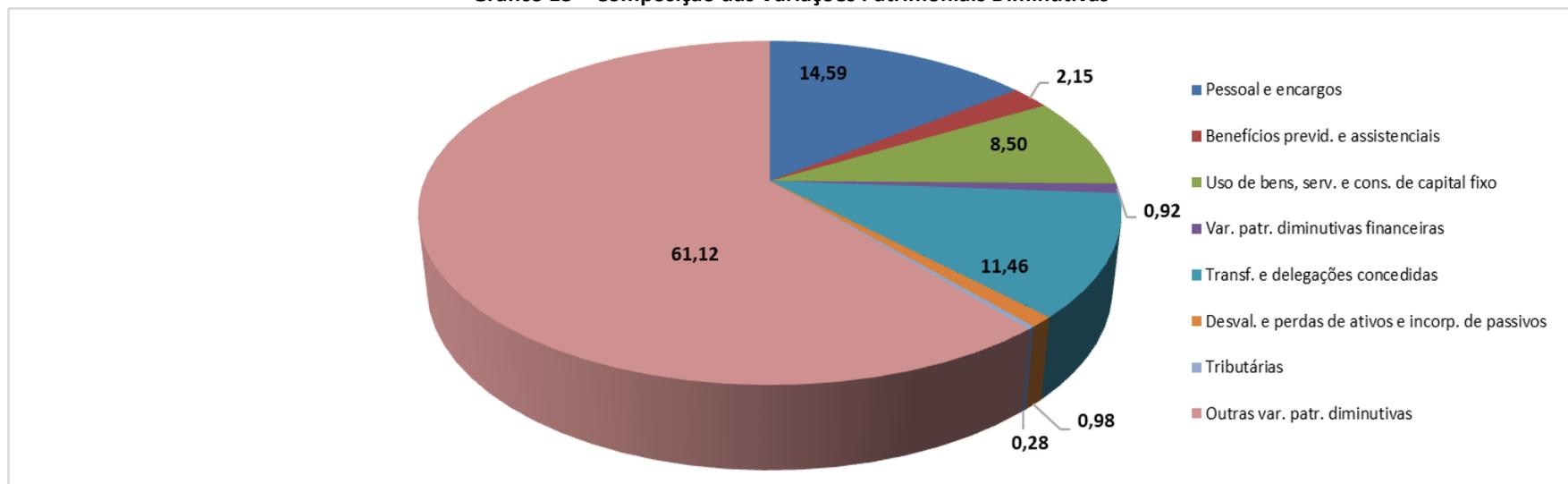
Abaixo a composição das contas das Variações Patrimoniais Diminutivas

Tabela 36 – Composição das Variações Patrimoniais Diminutivas

Variações Patrimoniais Diminutivas	Valor	%
Pessoal e encargos	1.183.080.392,54	14,59
Benefícios previd. e assistenciais	174.315.275,13	2,15
Uso de bens, serv. e cons. de capital fixo	689.649.875,79	8,50
Var. patr. diminutivas financeiras	74.463.480,68	0,92
Transf. e delegações concedidas	929.816.764,60	11,46
Desval. e perdas de ativos e incorp. de passivos	79.703.284,68	0,98
Tributárias	22.363.654,70	0,28
Outras var. patr. diminutivas	4.957.329.798,90	61,12
TOTAL	8.110.722.527,02	100,00

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada – Exercício 2023

Gráfico 13 – Composição das Variações Patrimoniais Diminutivas



Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada – Exercício 2023



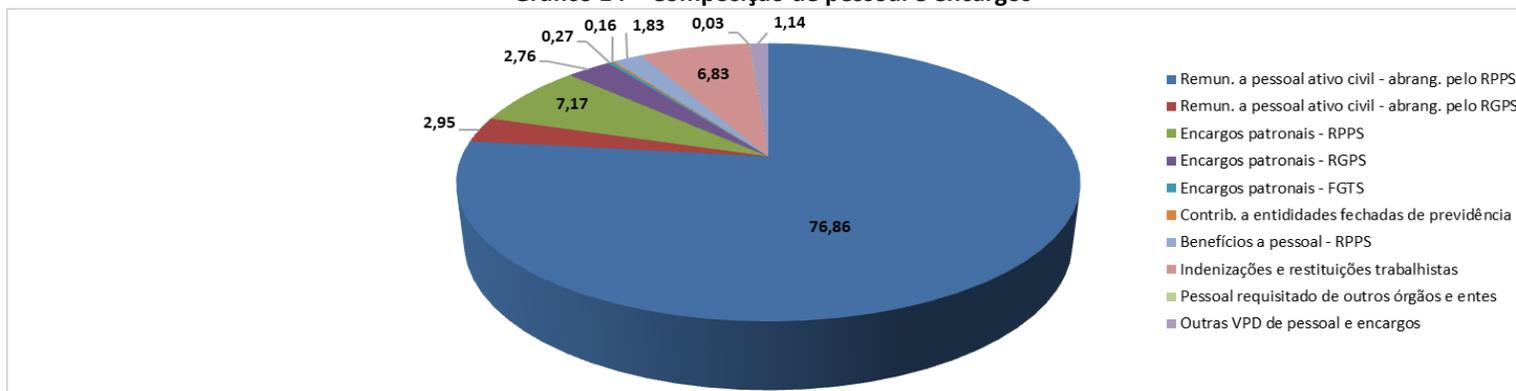
Nas Variações Patrimoniais Diminutivas as contas com os maiores valores são as de Transferências e delegações concedidas e de Pessoal e encargos, conforme tabela abaixo.

Tabela 37 – Composição do Total de Pessoal e Encargos

Pessoal e encargos	Valor	%
Remun. a pessoal ativo civil - abrang. pelo RPPS	909.277.644,38	76,86
Remun. a pessoal ativo civil - abrang. pelo RGPS	34.846.876,83	2,95
Encargos patronais - RPPS	84.825.228,16	7,17
Encargos patronais - RGPS	32.686.955,97	2,76
Encargos patronais - FGTS	3.198.371,34	0,27
Contrib. a entidades fechadas de previdência	1.845.465,70	0,16
Benefícios a pessoal - RPPS	21.678.083,84	1,83
Indenizações e restituições trabalhistas	80.802.648,67	6,83
Pessoal requisitado de outros órgãos e entes	387.390,92	0,03
Outras VPD de pessoal e encargos	13.531.726,73	1,14
TOTAL	1.183.080.392,54	100,00

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada – Exercício 2023

Gráfico 14 – Composição de pessoal e encargos



Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada – Exercício 2023

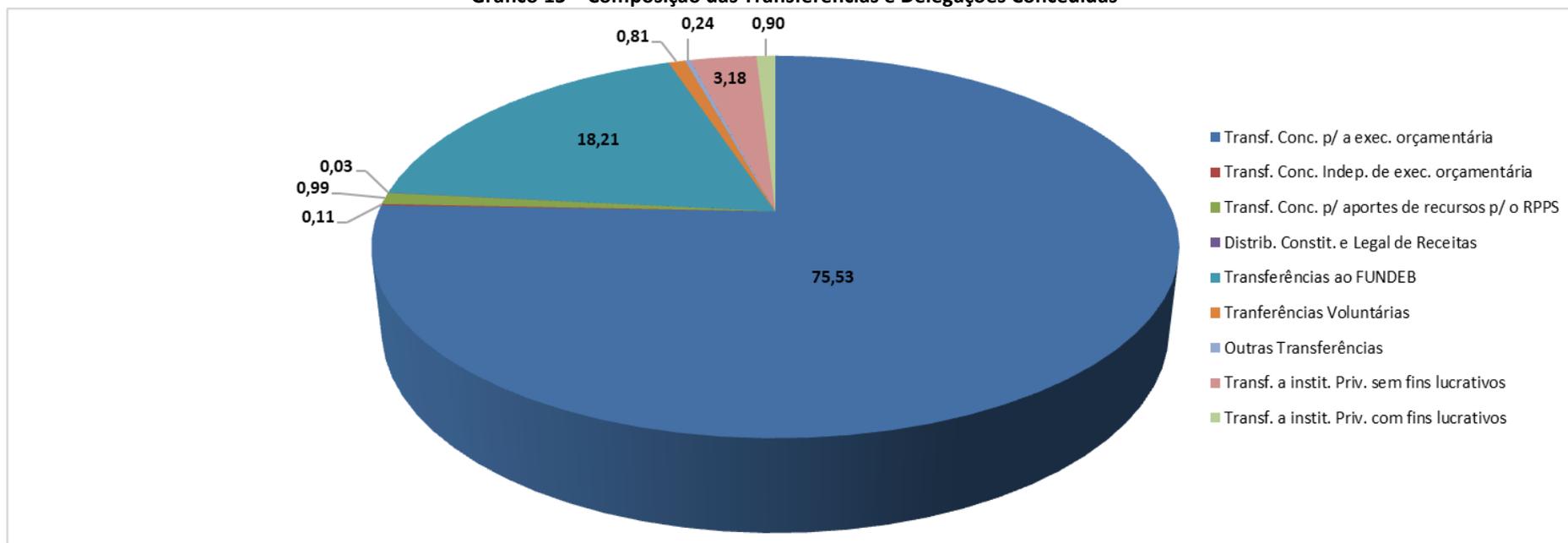


Tabela 38 - Transferências e Delegações Concedidas

Transferências e delegações concedidas	Valor	%
Transf. Conc. p/ a exec. orçamentária	702.321.620,80	75,53
Transf. Conc. Indep. de exec. orçamentária	1.026.539,33	0,11
Transf. Conc. p/ aportes de recursos p/ o RPPS	9.195.892,14	0,99
Distrib. Constit. e Legal de Receitas	244.482,92	0,03
Transferências ao FUNDEB	169.308.800,68	18,21
Transferências Voluntárias	7.530.482,02	0,81
Outras Transferências	2.269.568,62	0,24
Transf. a instit. Priv. sem fins lucrativos	29.560.058,02	3,18
Transf. a instit. Priv. com fins lucrativos	8.359.320,07	0,90
TOTAL	929.816.764,60	100,00

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada – Exercício 2023

Gráfico 15 – Composição das Transferências e Delegações Concedidas





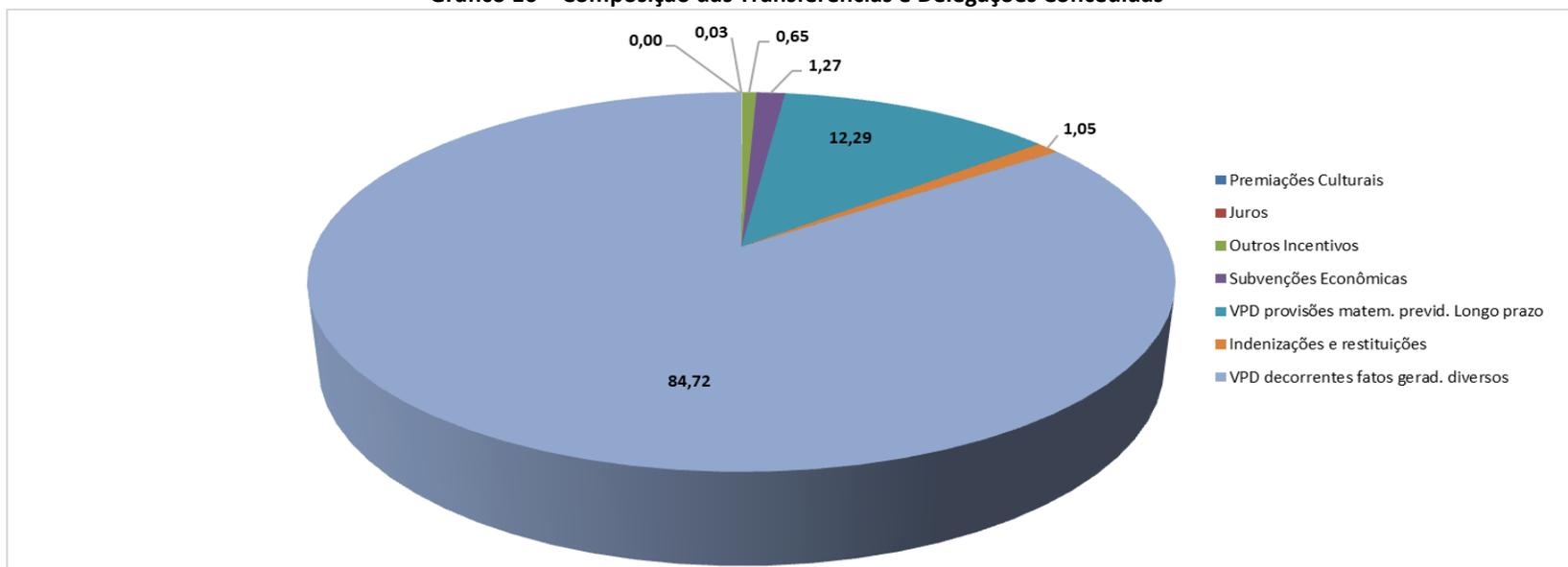
Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada – Exercício 2023

Tabela 39 – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	Valor	%
Premiações Culturais	2.224,20	0,00
Juros	1.272.282,23	0,03
Outros Incentivos	32.207.661,66	0,65
Subvenções Econômicas	62.855.097,73	1,27
VPD provisões matem. previd. Longo prazo	609.034.299,21	12,29
Indenizações e restituições	52.037.959,64	1,05
VPD decorrentes fatos gerad. diversos	4.199.920.274,23	84,72
TOTAL	4.957.329.798,90	100,00

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada – Exercício 2023

Gráfico 16 – Composição das Transferências e Delegações Concedidas



Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada – Exercício 2023



3.4.3. RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO

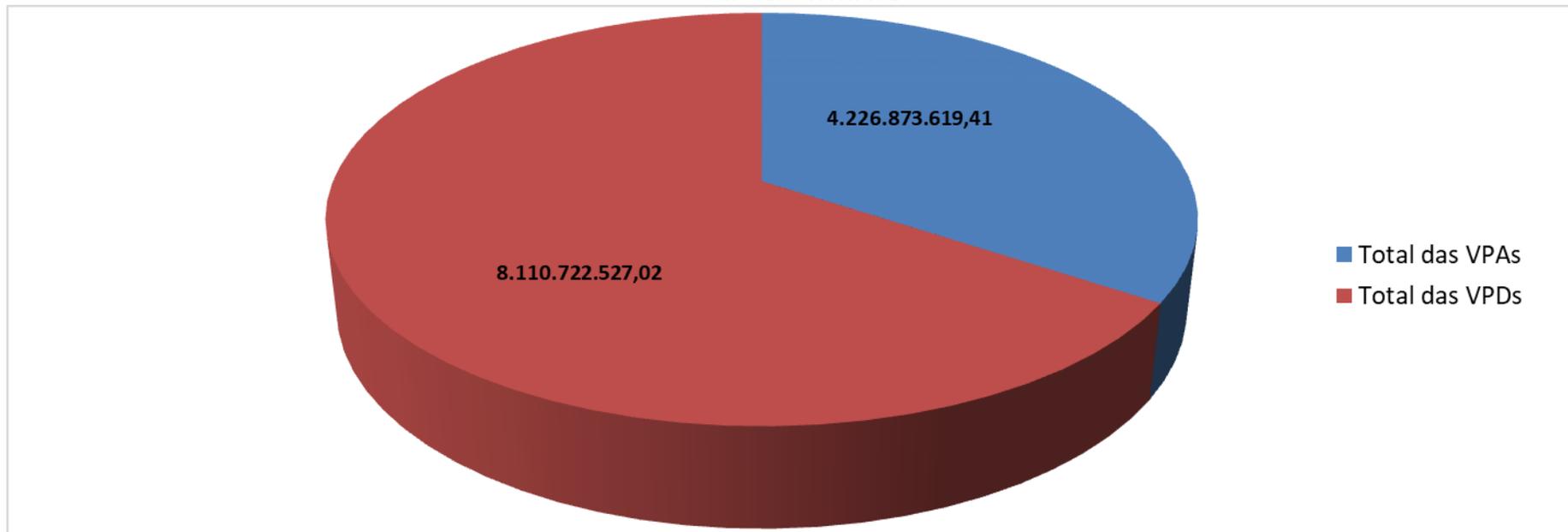
O valor apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais denominado “Resultado Patrimonial do Exercício” que é a diferença entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e Variações Patrimoniais Diminutivas foi de R\$ 3.883.848.907,61 negativa, ou seja, as variações aumentativas foram menores que as diminutivas influenciando diretamente na diminuição do Patrimônio Líquido demonstrado no Balanço Patrimonial, ou seja, foi apurado um Déficit no exercício de 2023.

Tabela 40 - Resultado Patrimonial

VPA X VPD 2023	Valor
Total das VPAs	4.226.873.619,41
Total das VPDs	8.110.722.527,02
Resultado Patrimonial do Exercício de 2023	-3.883.848.907,61

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada – Exercício 2023

Gráfico 17 - VPA x VPD



Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada – Exercício 2023



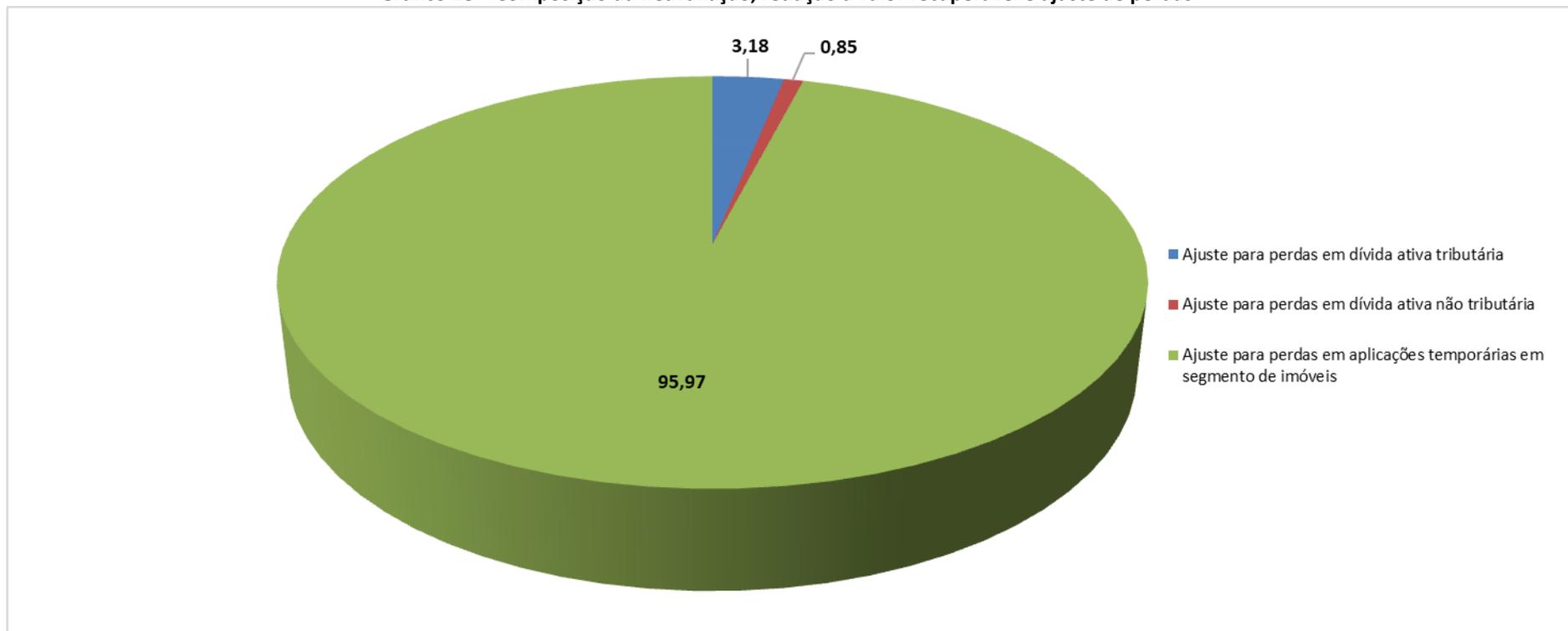
3.4.4 REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE DE PERDAS

Tabela 41 - Composição da Reavaliação, redução a valor recuperável e ajuste de perdas

Reavaliação, redução a valor recuperável e ajuste para perdas	Valor	%
Ajuste para perdas em dívida ativa tributária	239.480,00	3,18
Ajuste para perdas em dívida ativa não tributária	64.296,00	0,85
Ajuste para perdas em aplicações temporárias em segmento de imóveis	7.230.337,68	95,97
TOTAL	7.534.113,68	100,00

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada – Exercício 2023

Gráfico 18 – Composição da Reavaliação, redução a valor recuperável e ajuste de perdas



Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada – Exercício 2023



O valor de R\$ 7.230.337,68 refere-se a lançamento de perdas com investimentos do RPPS, que são lançados mensalmente conforme se verifica se houve ou não perdas. Estes registros são feitos em atendimento a Instrução de Procedimentos Contábeis IPC 14 – Procedimentos Contábeis Relativos aos RPPS e Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP.

Quanto aos Ajustes para perdas em dívida ativa tributária e não tributária nos valores de R\$ 239.480,00 e 64.296,00, respectivamente, o MCASP não especifica uma metodologia para o cálculo do ajuste para perdas, cabendo a cada ente a escolha da metodologia que melhor retrate a expectativa de recebimento dos créditos inscritos.

Conforme regem as normas contábeis, torna-se necessário o reconhecimento dos riscos, os quais são registrados em contas de ajustes de perdas. A metodologia utilizada nessas demonstrações é a média percentual de recebimentos passados, que utiliza a média ponderada dos recebimentos com relação aos montantes inscritos dos três últimos exercícios. A íntegra da memória de cálculo do ajuste de perdas da dívida ativa está contida no processo 06.02262-02/2021.

3.4.5. DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS

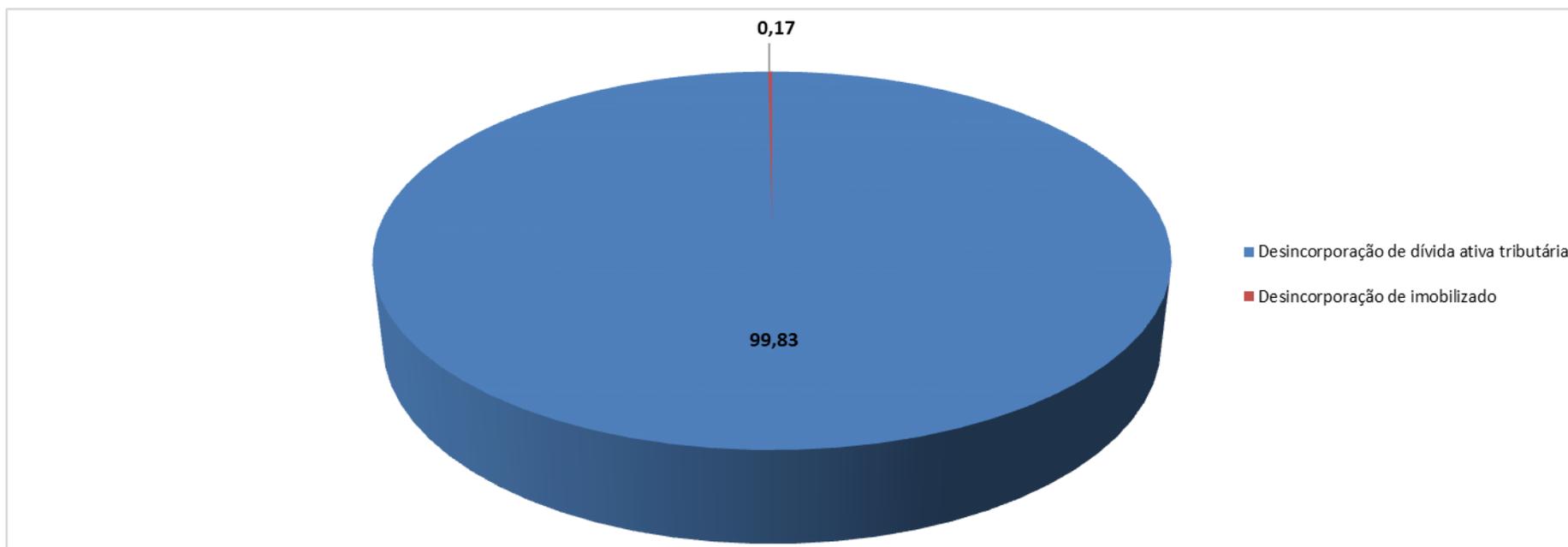
Tabela 42 – Composição da Desincorporação de Ativos

Desincorporação de ativos	Valor	%
Desincorporação de dívida ativa tributária	39.051.841,09	99,83
Desincorporação de imobilizado	68.025,62	0,17
TOTAL	39.119.866,71	100,00

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada – Exercício 2023



Gráfico 19 – Composição da Desincorporação de Ativos



Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada – Exercício 2023

Os valores cancelados no exercício de 2023, na ordem de R\$ 39.051.841,09, são referentes a baixas de dívida ativa tributária por cancelamento, sentenças judiciais, lançamentos indevidos ou em duplicidade conforme descritas abaixo.

Valor de R\$ 25.464.283,64 – Baixa de dívida ativa por cancelamento, decisão judicial exarada nos autos do processo nº 7023681-58.2018.8.22.0001, dívida nº. 24.864.601, referente ao Auto de Infração aplicado à Energia Sustentável do Brasil S.A, representada pela Certidão de Dívida Ativa nº. 13277/2018, fundamentação jurídica contida no art. 156, inciso X, da Lei Federal nº 5.172/66 (CTN) c.c. art. 33 da Lei Federal nº 6.830/80 (LEF), contidos nos autos dos processos eletrônicos 00600-00032460/2023-23 (GAB/SUREM) e 00600-00002343/2024-16 (GAB/SUREM).

Valor de R\$ 9.965.122,30 – Baixa de dívida ativa do CADASTRO IMOBILIÁRIO por cancelamento, sentença judicial, lançamentos indevidos ou em duplicidade do ano de 2023, conforme processo 00600-00002343/2024-16-e (GAB/SUREM) referente ao (Principal, Juros, multa demais) do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU): R\$3.875.135,12; do Imposto Territorial Urbano (ITU): R\$3.847.695,84; da Taxa de Resíduo Sólido Domiciliar (TRSD): R\$1.982.386,19; dos



Autos de Infração Postura e Obras: R\$61.943,83; dos Foros: R\$184.680,36; das Denúncias Espontâneas R\$1.216,64; do ISS Construção Civil R\$5.772,96; da COSIP R\$6.291,36.

Valor de R\$ 3.556.770,27 – Baixa de dívida ativa do CADASTRO ECONÔMICO por cancelamento, sentença judicial, lançamentos indevidos ou em duplicidade do ano de 2023, conforme processo 00600-00002343/2024-16-e (GAB/SUREM) referente ao (Principal, Juros, multa demais) da Dívida Ativa do (ISS) R\$870.471,52; da Licença para Funcionamento Regular R\$1.210.334,79; dos Autos de Infração Obrigação Acessória R\$1.369.074,85; das Multas por Não Adesão a NFSE do PZ (Multa TCE) R\$98.433,80; da Dívida Ativa (Alvará) R\$3.966,12; e Taxas de Publicidade R\$4.489,19.

Valor de R\$ 65.664,88 – Baixa de dívida ativa por cancelamento, sentença judicial, lançamentos indevidos ou em duplicidade do ano de 2023, conforme processo 00600-00002343/2024-16-e (GAB/SUREM) referente as TAXAS DIVERSAS (código 4) R\$16.429,63; SEMTRAN (código 6) R\$2.411,77; CADASTRO EVENTUAL (código 9) R\$46.823,48.

A desincorporação de Imobilizado no valor de R\$ 68.025,62 foi realizado na Unidade da Empresa de Desenvolvimento Urbano – EMDUR e trata-se de transferência de bem imobilizado para a Unidade Prefeitura Municipal.

3.4.6. REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS

Tabela 43 – Composição da Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas

Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	Valor
Reversão de provisões matemáticas previdenciárias a longo prazo	757.561.908,78
Reversão de ajustes de perdas de créditos	43.597.567,69
Total da Reversão de provisões e ajustes de perdas	801.159.476,47

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada – Exercício 2023

O Valor de R\$ 757.561.908,78 refere-se a ajustes na conta Reversão de provisões matemáticas previdenciárias a longo prazo, sendo que os lançamentos foram subsidiados conforme Relatório de Reavaliação Atuarial do IPAM – Data base “Novembro/2023”, sendo que o valor foi contabilizado na Unidade IPAM – Fundo Previdenciário Capitalizado.



O valor de R\$ 43.597.567,69 refere-se a reversão de constituição de ajuste para reconhecer as perdas prováveis para os créditos de recebimento ou liquidação duvidosa, conforme metodologia de cálculo pelo histórico das médias percentuais de recebimento de receita nos últimos 3 anos. A memória de cálculo deste valor está contida no processo 06.02262-02/2021.

3.4.7. VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES

O valor de R\$ 609.034.299,21 refere-se a ajustes na conta VPD de provisões matemáticas previdenciárias a longo prazo, sendo que os lançamentos foram subsidiados conforme Relatório de Reavaliação Atuarial do IPAM – Data base “Novembro/2023”, sendo que o valor foi contabilizado na Unidade IPAM – Fundo Previdenciário Capitalizado.

3.4.8. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

O patrimônio líquido também sofre influência dos Ajustes realizados no exercício de 2023 referentes a exercícios anteriores.

Esta conta interfere diretamente no patrimônio, sendo utilizada para reconhecer efeitos de mudanças de política contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Os ajustes de exercícios anteriores totalizaram o valor de R\$ 3.024.633,29 a crédito no grupo de patrimônio líquido, ou seja, com a mesma influência de uma variação patrimonial aumentativa, alterando positivamente o patrimônio.

Os ajustes, juntamente com o Déficit apurado na DVP de R\$ 3.883.848.907,61, alteraram o patrimônio em R\$ 3.880.824.274,32 negativamente.

O patrimônio líquido passou então de R\$ 1.137.193.346,45 em 2022 para R\$ 2.743.630.927,87 negativo em 2023 como reflexo do déficit apurado na DVP mais a variação aumentativa dos ajustes de exercícios anteriores.

3.5. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Demonstrativo elaborado de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, Instruções de Procedimentos Contábeis - IPC 08 - Metodologia para Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa (versão Janeiro/2020) e Manual de Orientação da Prestação de Contas do Executivo Municipal -TCERO.



3.5.1. A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa classificadas em fluxos operacional, de investimento e de financiamento, é elaborada pelo método direto e evidencia as movimentações ocorridas na conta Caixa e Equivalentes de Caixa.

3.5.2. A soma dos três fluxos deverá corresponder à diferença entre o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício em relação ao saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício anterior.

3.5.1. FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL

No Fluxo de Caixa Operacional os ingressos, estão compostos pelas Receitas Correntes e de Capital, as Transferências Correntes, as Transferências Intragovernamentais, que são os repasses financeiros recebidos pelas entidades consolidadas do Poder Executivo. Os ingressos operacionais são as receitas relativas às atividades operacionais líquidas das respectivas deduções e as transferências correntes recebidas; e os desembolsos das operações compreendem as despesas relativas às atividades operacionais, demonstrando os desembolsos de pessoal, os juros e encargos sobre a dívida, as transferências concedidas e demais desembolsos das operações.

3.5.4. FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

Compreendem os ingressos referentes às receitas de alienação de ativos não circulantes e de amortização de empréstimos e financiamentos concedidos e os desembolsos compreendem as despesas referentes à aquisição de ativos não circulantes e as concessões de empréstimos e financiamentos.

3.5.5. FLUXOS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Compreendem os ingressos referentes a obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida. Já os desembolsos de atividades de financiamentos compreendem as despesas com amortização e refinanciamento da dívida.

3.5.6. CRITÉRIOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

- a) No Fluxo das Atividades Operacionais, podemos observar a composição dos ingressos, onde a receita é apresentada por sua natureza, novo modelo de apresentação definido pela atualização da IPC 06 - versão 2020.
- b) O Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas corresponde às transferências financeiras recebidas da União e dos Estados mais as transferências intragovernamentais, que apresenta o valor total de transferências entre as unidades gestoras do Município mais outras transferências correntes recebidas e concedidas.



- c) O valor total de Transferências Intragovernamentais recebidas concilia com saldo total das Transferências Financeiras Recebidas na coluna ingressos do Balanço Financeiro, assim como, o valor total de Transferências Intragovernamentais Concedidas também deve coincidir com o valor total de transferências financeiras concedidas na coluna dispêndios do Balanço Financeiro.
- d) Os desembolsos operacionais é composto pela soma das despesas com pessoal e demais despesas por função, juros e encargos da dívida, transferências concedidas mais outros desembolsos operacionais, onde engloba os Pagamentos de Restos a Pagar no exercício e outros pagamentos extra orçamentários, que se referem a depósitos restituíveis e valores vinculados, são valores que não transitam pelo orçamento, mas afetam a geração líquida de caixa e equivalente de caixa.
- e) O total da despesa corrente paga mais os restos a pagar pagos no exercício foi de R\$ 2.190.618.053,10, sendo R\$ 2.114.913.436,16 despesas do ano e 75.704.616,94 restos a pagar pagos no ano.
- f) Do total da despesa paga no ano, Pessoal e encargos sociais correspondem ao montante de R\$ 1.267.117.574,58 mais juros e encargos da dívida R\$ 33.834.797,95 e outras despesas correntes de R\$ 889.665.680,57, Investimentos no valor total de R\$ 221.739.597,78, e Amortização da Dívida e outras despesas de capital correspondem R\$ 42.743.291,33.
- g) No Demonstrativo apresentado de despesas por função (Tabela 42), pode-se observar que maior parte das despesas pagas, é no fluxo operacional, sendo do valor total pago de R\$ 2.190.618.053,10, sendo R\$ 2.114.913.436,16 despesas do ano e R\$ 75.704.616,94 pagamento de restos a pagar na naturezas da despesas 3.1 despesa com pessoal, 3.2 juros e encargos da dívida e 3.3 outras despesas correntes.
- h) Do total dos desembolsos operacionais, as despesas pagas com Pessoal e demais despesas correntes correspondem a 87,85%.
- i) O fluxo líquido das atividades operacionais no exercício de 2021 foi de R\$ -97.037.539,99 que corresponde à diferença entre os ingressos operacionais R\$ 6.673.476.147,46 e desembolsos no valor de R\$ 6.770.513.687,45.
- j) Assim, observando os dados acima temos o seguinte:



Tabela 44 – Despesa Total Paga (Despesas do ano + Restos a Pagar)

DESCRIÇÃO	VALOR	%
Pessoal e Encargos Sociais (natureza da despesa 3.1)	1.267.117.574,58	51,61
Juros e Encargos da Dívida (natureza da despesa 3.2)	33.834.797,95	1,38
Outras Despesas Correntes (natureza a despesa 3.3)	889.665.680,57	36,24
Investimentos (natureza da despesa 4.4)	221.739.597,78	9,03
Inversões Financeiras (natureza da despesa 4.5)	0	0,00
Amortização da Dívida e outras despesas de capital (natureza da despesa 4.6)	42.743.291,33	1,74
TOTAL DA DESPESA PAGA	2.455.100.942,21	100

Fonte: Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidada – Exercício 2023

- k) As Atividades de Investimento são os gastos efetuados no Realizável a Longo Prazo, em Investimentos, no Imobilizado. No Fluxo das Atividades de Investimento do Município em 2023, houve ingressos referentes à Alienação de Bens no valor de R\$ 1.387.710,00. Os desembolsos de investimento, que correspondem a Aquisição de Material Permanente, representado pela natureza de despesa de capital 4.4, no montante de R\$ 221.739.597,78 que corresponde o valor total da despesa paga no ano R\$ 176.210.155,56 mais restos a pagar R\$ 45.529442,22 nos elementos 44.90.52 (Aquisição de Material Permanente), bem como o pagamento no elemento 44.90.40 (Serviços de Tecnologia PJ) e 44.90.30 (Material de Consumo).
- l) As Atividades de Financiamentos inclui os recursos relacionados à captação e à amortização de empréstimos e Financiamentos, os ingressos de Financiamentos totalizam em R\$ 7.502.911,94, que correspondem a Operação de Crédito referente aos Processos de nºs 00600-00000351/2023-47-e 00600-0000357/2023-14-e Pro moradia Zona Leste e Finisa II, conforme imagem abaixo:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
DEMONSTRATIVO SOBRE OPERAÇÕES DE CRÉDITO, AVAIS E GARANTIAS
Exercício de 2023

Processo nº	Contrato nº	Concedente	UG	Objeto	Ato Autorizativo	Receita Código	Valor	Valor Contra Partida	Prazo (meses)	Data Liberação	Valor Liberado
00600-0000351/2023-47-e	0238.671-40/08	Caixa Econômica Federal	00-PMPV	Contrato de Financiamento e repasse no valor de R\$ 40.375.000,00 celebrado entre CEF e o Município de Porto velho no âmbito do Pró-Pró-Moradia Zona Leste com objetivo de Produção de 440 unidades habitacionais com 40,80m2, infraestrutura, regularização fundiária das unidades, trabalho social e aquisição de terreno, pavimentação e drenagem superficial e profunda em 60 ruas da Zona Leste - Assinatura em 07/08/2008	Lei 1768/2008	146 3757	40.375.000,00	2.125.000,00	240	28/03/2023	140.161,88
										04/04/2023	8.519,21
										31/05/2023	393.251,26
										11/09/2023	127.256,31
21/12/2023	98.226,68										
00600-0000357/2023-14-e	0552585-53/21	Caixa Econômica Federal	00-PMPV	Contrato de Financiamento no valor de R\$ 30.000.000,00 celebrado entre CEF e o Município de Porto Velho destinado ao apoio financeiro de despesas de capital conforme plano de investimento com recursos do FINISA-II : Programa de Financiamento a Infraestrutura e ao Saneamento. assinatura em 07/07/2021	Lei 2620/2019	245 23165	45.000.000,00	-	120	01/06/2023	5.381.496,60
										21/12/2023	1.354.000,00
Total											7.502.911,94

Fonte: Anexo IV, Artigo 5º, item IX – IN 65/2019/TCERO

m) O total dos ingressos do Fluxo de Financiamentos corresponde a R\$ 7.502.911,94, sendo Operações de Crédito interna – Programas Pro moradia (Receita 146) R\$ 767.415,34 e FINISA II (Receita 245) R\$ 6.735.496,60.

3.5.7 CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL

Os Saldos de Caixa e Equivalente de Caixa devem ser conciliados entre os demonstrativos do Balanço Patrimonial, Balanço Financeiro e Demonstrativo dos Fluxos de Caixa, a fim de evidenciar a disponibilidade de caixa do Município, que em ambos os demonstrativos corresponde a R\$ 1.183.319.067,23, conforme demonstrado a seguir:



ATIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO	2.801.885.657,84	2.737.531.075,78
ATIVO CIRCULANTE	1.717.247.305,12	1.776.041.604,92
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.183.319.067,23	1.535.949.874,39
Caixa e Equivalentes de Caixa Em Moeda Nacional	1.183.305.672,24	1.535.949.874,39
Caixa e Equivalentes de Caixa Em Moeda Nacional - Consolidação	1.183.305.672,24	1.535.949.874,39
Bancos Conta Movimento - Demais Contas	3.640.826,83	4.750.201,61
Conta Única RPPS	7.828,09	36.881,57
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	573.790.734,96	724.220.308,01
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata - Rpps - Taxa de Administração	22.010.584,76	39.023.801,02
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata - Rpps - Fundo Em Capitalização	539.565.203,02	683.522.748,57
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata - Rpps - Fundo Em Repartição	44.290.494,58	84.395.933,61

Imagem Parcial - Balanço Patrimonial 2023

SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)	1.525.365.361,05	1.556.250.619,21
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.183.319.067,23	1.535.949.874,39
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto e Longo Prazos - RPPS	342.046.293,82	20.300.744,82
TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	8.436.431.989,77	9.005.802.457,75

Luiz Henrique Gonçalves
Coordenador Geral de Contabilidade

João Altair Caetano dos Santos
Secretário Municipal de Fazenda

Jeoval Batista da Silva
Controlador Geral do Município

Hildon de Lima Chaves
Prefeito